

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA – IPUB
Centro de Ciências da Saúde – CCS
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mal-estar na Cidade Maravilhosa: juventude desafiada, rua e saúde mental

Adriana Pedreira Botelho

Dissertação de Mestrado submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental – PROPSAM do Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Saúde Mental.

Orientadora:

Ligia Maria Costa Leite

Phd em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

Outubro/2008

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA – IPUB
Centro de Ciências da Saúde – CCS
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mal-estar na Cidade Maravilhosa: juventude desafiada, rua e saúde mental

Adriana Pedreira Botelho

Dissertação de Mestrado submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental – PROPSAM do Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Saúde Mental.

Aprovada por:

Ligia Maria Costa Leite – Presidente

PhD em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristina Maria Douat Loyola

PhD em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sonia Elisabete Altoé

PhD em Educação pela Universidade Paris VIII

RIO DE JANEIRO

Outubro/2008

Botelho, Adriana Pedreira

(Título da Dissertação: Mal-estar na Cidade Maravilhosa: juventude desafiliada, rua e saúde mental / Adriana Pedreira Botelho, Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Psiquiatria, 2008.)

(nº de páginas em romanos: X), (nº de páginas em arábicos: 119)

Bibliografia: (nº da página inicial 108, nº da página final: 114)

Orientadora: Ligia Costa Leite

Dissertação (Mestrado) / Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPUB.

1. Saúde Mental 2. Juventude 3. Desafiliação 4. Políticas públicas em saúde para infância e adolescência

I. Mal-estar na Cidade Maravilhosa: juventude desafiliada, rua e saúde mental

II. Dissertação (Mestrado)

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai e do Professor João Ferreira

AGRADECIMENTOS

Aos *invencíveis*: “Na moral, na moral (só na moral), na moral, vivendo de folia e caos quebrando tudo, pra variar, vivendo entre o sim e o não, levando tudo na moral, uma manchete de jornal, não vou deixar, me abalar, mais uma noite, carnaval, no Brasil, só na moral...” (Jota Quest)

À Ligia: “Em paz com a vida, e o que ela me trás, na fé que me faz, otimista demais, se chorei ou se sorri, o importante, é que emoções eu vivi...” (Roberto Carlos)

À Esther, Stella, Sheyla, Artemis, Camilla, Maíra, Richarlls, Bianca – equipe do Projeto PIBEX: “Pois seja o que vier, venha o que vier, qualquer dia amigo, eu volto pra te encontrar, qualquer dia amigo, a gente vai se encontrar...” (Milton Nascimento)

Às amigas de sempre, em ordem alfabética: Adriana, Ana Lúcia, Danielle, Gabriela, Lília, Magê e Thaaty: “E a gente canta, e a gente dança, e a gente não se cansa, de ser criança, a gente brinca na nossa velha infância...” (Tribalistas)

Às novas amigadas bocainenses: “Todo mundo espera alguma coisa, de um sábado à noite, bem no fundo todo mundo, quer zoar, todo mundo sonha em ter, uma vida boa, sábado à noite, tudo pode mudar...” (Cidade Negra)

Aos professores do IPUB/UFRJ e às funcionárias da Secretaria Acadêmica do IPUB/UFRJ, muito obrigada!

Ao tio Fernando e às minhas irmãs, eu amo vocês!!

À mamãe: “Eu tenho tanto, prá lhe falar, mas com palavras, não sei dizer, como é grande, o meu amor, por você... Nunca se esqueça, nem um segundo, que eu tenho o amor, maior do mundo, como é grande, o meu amor, por você...” (Roberto Carlos)

Ao Dan: “Se eu não te amasse tanto assim, talvez perdesse os sonhos dentro de mim... E vivesse na escuridão, se eu não te amasse tanto assim, talvez não visse flores, por onde eu vim, dentro do meu coração...” (Ivete Sangalo)

O que não se compreende, não se possui
Goethe (1749-1832)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado está vinculada à Pesquisa *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito* e ao Projeto de Extensão *Juventude, desafiliação e violência*, coordenados pela Professora Lígia Costa Leite e tem como objetivo central investigar como o processo de subjetivação de adolescentes em situação de risco psicossocial/ violência pode se articular com os (des)caminhos sociais que eles encontram/ “escolhem” para suas vidas. Em decorrência, levantar indicadores de saúde mental e risco psicossocial presentes na subjetivação destes. A hipótese formulada para este estudo é de que a “escolha” pela rua poderia ser um indicador de saúde mental para esses jovens. Para examinar esta hipótese debruçou-se nas premissas da *Lei (Estatuto da Criança e do Adolescente)* que define a *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*, demonstrando preocupação quanto à saúde mental infanto-juvenil e propondo implantar *medidas de proteção* que fundamentem a *política de atendimento* para os grupos que estão à margem da ordem social e são considerados a sujeira no mundo da pureza, segundo Bauman. Considera-se que o cumprimento das leis *Constituição Federal* e do *Estatuto*, no que diz respeito à proteção integral à criança e ao adolescente, é um indicador de saúde mental. Compreende-se que o não cumprimento da *Constituição* e do *Estatuto* poderia acarretar risco psicossocial. Os estudos que embasam teoricamente e ajudam compreender esses jovens são: Castel, Freud, Leite, Winnicott. O campo da pesquisa foi o Projeto de Extensão. Utilizou-se a abordagem qualitativa para a coleta da história oral de 30 jovens e como método de análise a teoria da comunicação para articular, através das narrativas dos jovens, as vivências objetivas/ subjetivas estabelecendo categorias e pontos de análise que atravessam estas vivências. O estudo, então, comprovou que alguns adolescentes encontraram aspectos de saúde mental nas ruas, mais do que nos lugares de moradia ou mesmo nos abrigos. Deparou-se com 20 jovens que tiveram passagem pela rua, com uma média de tempo de rua de aproximadamente 02 anos. Os motivos referidos da ida para a rua foram família, evasão do abrigo e envolvimento com tráfico; as estratégias de sobrevivência: pedir, roubar, aceitar oferecimentos; os atrativos da rua encontram-se relacionados, principalmente, ao uso de drogas e a fatores lúdicos e; os problemas: violência, necessidades básicas, polícia. A maioria dos jovens estabelece relação com outros jovens na rua, optando por permanecer em grupo. O contato do adolescente com sua família e a intenção de retorno para casa encontram-se relacionados com as circunstâncias que promoveram a saída do jovem de casa ou que levaram o responsável a optar pela inserção do adolescente no abrigo.

ABSTRACT

This dissertation linked to the Masters is bound by a research of *School evasion, drugs, and criminality: the byways of adolescence and its connections with subjective issues* and on the Extension Project *Youth, disaffiliation and violence* coordinated by Professor Ligia Costa Leite and that has as its main objective to investigate how the process of subjectivity of adolescents is a risk for psychosocial/ violent behavior which can be interconnected with their social byways and the way they choose to live their lives. As a result, raised indicators of mental health and psychosocial risk are presenting in this subjective. The hypothesis formulated for this study is that the "choice" of the street could be an indicator of mental health issues for these young people. To examine this hypothesis, basing on the premises of the *Law (Statute of the Child and Adolescent)* that defines the *peculiar condition of the child and the adolescent as developmental people*, showing concern about the children and youth's mental health and proposing measures to implement protection which is based on a care policy for groups that are on the margins of social order and are considered dirt in a world of purity, according to Bauman. It is considered that a compliance with the *Federal Constitution* and laws of the *Statute*, with respect to the protection of children and adolescents, is an indicator of mental health. It is understandable that non-compliance of the *Constitution* and the *Statute* could lead to psychosocial risks. The studies that theoretically understand and help these young people were done by: Castel, Freud, Leite, Winnicott. The field of research was the Extended Project. The qualitative approach for the collection of oral history was used in 30 youths and as a method for analysis and the theory of communication to articulate, through the narratives of young people, the experiences objective/ subjective categories and setting points of analysis through these experiences. The study then, proved that some of them (adolescents) reported have found aspects of mental health on the streets rather than in places of residence or in shelters. Interviews were done with 20 youths who were at some point homeless, on the streets, for a time of approximately 02 years. The reasons given for their choices to live on the streets were family, house invasion and drug trafficking. The strategies for survival were begging, stealing and miscellaneous offerings. The attractions of the street are mainly related to drug use, ludicrous factors. The problems were violence, basic needs, and police. Most young people create relationship with other young people in the street by choosing to remain in groups. The contact with the adolescent and his family with the intention to return to their homes are related to circumstances which led the youth to leave the house or the responsibility that led to opt for integration of adolescents in the shelter.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| Apresentação..... | 11 |
| Desenvolvimento da pesquisa..... | 12 |
| Estrutura da dissertação..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 – Rua, desafiliação e saúde mental..... | 15 |
| 1.1. Categorias..... | 15 |
| 1.1.1. Instituição..... | 15 |
| 1.1.2. Rua..... | 18 |
| 1.1.3. Saúde mental..... | 20 |
| 1.1.4. Subjetividade..... | 22 |
| 1.1.5. Escolha..... | 23 |
| 1.2. Pistas psico-sociais..... | 24 |
| 1.3. Juventude desafiada..... | 28 |
| 1.4. (Inter)relação: juntando as peças..... | 36 |
| CAPÍTULO II – Políticas públicas para infância e adolescência no Brasil..... | 40 |
| 2.1. Medidas de proteção inseridas na política de atendimento..... | 45 |
| 2.2. Medidas de proteção e prática de ato infracional..... | 48 |
| 2.3. Resultados da pesquisa <i>Juventude, Desafiliação e Violência</i> | 55 |
| CAPÍTULO III – <i>Juventude desafiada, rua e saúde mental</i> | 62 |
| 3.1. Descrevendo os caminhos da pesquisa..... | 62 |
| 3.2. Metodologia..... | 67 |
| 3.2.1. Abordagem qualitativa, história oral e narrativas de vida..... | 67 |
| 3.3. Resultados e análise..... | 69 |
| 3.3.1. Rua..... | 71 |
| 3.3.1.1. Motivos..... | 72 |
| 3.3.1.2. Sobrevivência..... | 74 |
| 3.3.1.3. Atrativos..... | 78 |
| 3.3.1.4. Problemas..... | 80 |
| 3.3.1.5. Relações com outros jovens na rua..... | 83 |
| 3.3.2. Contato com a família e intenção de retorno para casa..... | 85 |
| 3.3.3. Relação entre passagem pela rua, frequência na escola e intenção de retorno para a escola..... | 90 |

| | |
|---|-----|
| 3.3.4. Relação dos jovens com a instituição abrigo..... | 92 |
| 3.3.5. Projeto de vida..... | 99 |
| REFLEXÕES FINAIS..... | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 108 |
| ANEXO..... | 115 |
| Roteiro para entrevista – PIBEX..... | 116 |

INTRODUÇÃO

▪ Apresentação

Como psicóloga, especialista em Saúde Mental na Infância e Adolescência (IPUB/UFRJ), venho participando há 03 anos do Programa de Assistência e Pesquisa *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito*, desenvolvido e coordenado pela Professora Ligia Costa Leite. O foco do Programa é a experimentação de formas de reabilitação psicossocial dirigidas a adolescentes que mesmo sem apresentar, *a priori*, transtornos mentais, vivem situações de risco psicossocial e (des)caminhos sociais que eles encontram/“escolhem” para suas vidas. O pressuposto básico é o de articular os diversos olhares teóricos através da ciência da comunicação, tendo como foco central o jovem, suas emoções, seus desejos e suas vicissitudes, enfim sua subjetividade, no processo de reabilitação psicossocial. Estuda-se como a reabilitação psicossocial pode interagir para romper com o “destino anunciado” desses jovens, que pode acabar na delinquência, condenação jurídica, e, em grande parte das vezes, na morte. O trabalho de reabilitação psicossocial de Leite (2006) é feito, preferencialmente, em grupos de intervenção terapêutica e é desenvolvido, basicamente, em parceria com entidades governamentais ou não-governamentais que atendem à adolescência pobre.

Nesta experiência, primeiramente no curso de Especialização em Saúde Mental na Infância e Adolescência (área de concentração: Reabilitação Psicossocial), pude perceber, através da teoria revisada e do estudo de narrativas, as interfaces e afastamentos no sofrimento psíquico e riscos psicossociais enfrentados tanto por jovens com transtornos mentais graves quanto por aqueles que se encontram “momentaneamente” com vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados, quando não rompidos. Constatei que (I) apesar dos sofrimentos abduzidos advirem de lugares diferentes, os adolescentes sofriam psicologicamente e, por conseguinte, viviam riscos psicossociais; (II) a reabilitação psicossocial enquanto uma estratégia terapêutica poderia promover a atenção e o acolhimento de que necessitavam esses jovens.

Visando aprofundar os pontos que ficaram em suspenso neste primeiro estudo me debruço nesta pesquisa de mestrado na seguinte hipótese/questão: a “escolha” pela rua poderia ser um indicador de saúde mental?

- Desenvolvimento da pesquisa

Este estudo de mestrado está vinculado à (1) Pesquisa *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito* (2006), desenvolvida na pós-graduação do Instituto de Psiquiatria, (Registro Sigma/UFRJ n.º. 12639/2005. Aprovado CEP IPUB/UFRJ n.º. 0008.0.249.000-06), e ao (2) Projeto de Extensão (PIBEX 2007-II) *Juventude, desafiliação e violência*, ambos coordenados pela Professora Ligia Costa Leite.

O objetivo central desta dissertação é, seguindo o objetivo geral da Pesquisa de Leite (2006), investigar como o processo de subjetivação de adolescentes em situação de risco psicossocial/violência pode se articular com os (des)caminhos sociais que eles encontram/“escolhem” para suas vidas. Em decorrência, investigar aspectos do sofrimento psíquico nos riscos psicossociais vividos pelos adolescentes inseridos na pesquisa e levantar indicadores de saúde mental e riscos psicossociais presentes na subjetivação destes jovens.

O Projeto PIBEX (LEITE, 2007) foi o campo desta pesquisa. Os elementos levantados pelo primeiro serviram de dados para a segunda. O objetivo do Projeto extensionista era estudar o grau de enraizamento psíquico existente nas relações de sociabilidade que os jovens desafiados estabelecem com a Rede de assistência social no município do Rio de Janeiro.

O trabalho de campo da pesquisa foi realizado entre setembro de 2007 e janeiro de 2008. Foram entrevistados 30 adolescentes, 15 meninas e 15 meninos (esta divisão não foi proposital, já que os/as jovens se auto-escolheram) abrigados em função das medidas protetivas, definidas no artigo 98 do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Brasil, 1990a), diante da ação ou omissão do Estado e da sociedade, da vulnerabilidade dos laços sociais e familiares. Quatro instituições do sistema de abrigo da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS) e também uma ONG configuram o campo desta pesquisa.

A fim de facilitar o desenvolvimento das entrevistas foi elaborado um roteiro semi-estruturado (anexo). O roteiro compôs-se dos seguintes temas: família; rua; instituição; projeto de vida. Foi realizada somente 01 entrevista com os abrigados entrevistados com duração média de 40 minutos por sessão. Finalizada a etapa de trabalho de campo, o processamento das informações contidas nas entrevistas foi efetuado com a transcrição média de 20 horas de gravação.

Os estudos de Castel (1995) com o conceito de desafiliação social; Freud (1919; 1930) que apresenta a categoria do estranho e o mal-estar na civilização; Bauman (1998; 2005) com

a concepção de quem são os consumidores falhos e refugos sociais na pós-modernidade, embasam teoricamente esta pesquisa e ajudam a compreender grupos que estão à margem da ordem social e são considerados a sujeira no mundo da pureza, proposta por Bauman (1998). Winnicott (1946; 1952; 1956; 1963; 1964; 1965; 1979) traz subsídios para entender os tipos de comportamento que os adolescentes utilizam para se sentirem incluídos/aceitos em sociedade, principalmente através do conceito tendência anti-social e Leite (1991; 1998; 1999; 2002; 2005a; 2005b; 2006; 2007; 2008) estuda representações sociais, trazendo aspectos teóricos e identitários da adolescência desafiliada.

São referenciais metodológicos deste estudo: Minayo (2007); Thompson (2002); Alberti (2007); Gaulejac (1999). Utilizou-se a abordagem qualitativa para a coleta da história oral de 30 jovens provisoriamente abrigados por impossibilidade de convivência familiar e/ou comunitária e como método de análise a teoria da comunicação para articular, através das narrativas dos jovens, as vivências objetivas/ subjetivas estabelecendo categorias e pontos de análise que atravessam estas vivências.

▪ Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em três capítulos. Introduzo no primeiro capítulo as categorias que o nortearam: instituição, rua, saúde mental, subjetividade e escolha. Apresento alguns aspectos sociais e psíquicos do adolescente, objeto deste estudo, que, por sua vez, é analisado através de breve revisão bibliográfica. (Inter)relaciono teoricamente o que foi exposto, para que sirva de pano de fundo para os capítulos seguintes.

No segundo capítulo apresento e discuto criticamente as políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil. Utilizo o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) para tecer possíveis indicadores de saúde mental e risco psicossocial, através: (1) da *política de atendimento*, instituída por lei, em contraste com os resultados obtidos no estudo de extensão universitária *Juventude, Desafiliação e Violência* coordenado por Leite (2007); (2) das *medidas de proteção* objetivadas pela Rede de abrigos do município do Rio de Janeiro e da *prática de ato infracional* dialogando com a teoria winnicottiana.

No terceiro capítulo descrevo os caminhos percorridos pela pesquisa, apresento a metodologia utilizada e, dando voz aos jovens entrevistados a partir de fragmentos de suas narrativas, analiso os dados colhidos pelo método da história oral utilizando a teoria da comunicação.

Ao final, faço algumas reflexões sobre o panorama proporcionado por esta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – Rua, desafiliação e saúde mental

Neste capítulo, primeiramente farei uma explanação sobre as categorias utilizadas, ao longo desta dissertação: instituição, rua, saúde mental, subjetividade e escolha. Em seguida apresentarei alguns aspectos sociais e psíquicos do adolescente, objeto deste estudo, que por sua vez, será analisado através de breve revisão bibliográfica. Finalmente (inter)relacionarei teoricamente o que foi visto aqui, para que este panorama sirva de pano de fundo para os capítulos seguintes.

1.1. Categorias

1.1.1. Instituição

Instituição, do latim *institutione*, ato de instituir, criação; a coisa instituída, ou estabelecida (FERREIRA, 1999). Do ponto de vista sociológico, a instituição é uma “estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis” (p. 1119).

Para Lapassade (1977) o termo instituição pode ser compreendido a partir de um sentido conceitual e não meramente empírico: forma que produz e reproduz as relações sociais, que se instrumenta em estabelecimentos e/ou dispositivos.

Segundo Castoriadis (1982) a “instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (p. 159). Para o autor: “As instituições não se reduzem ao simbólico [...] e constituem cada qual sua rede simbólica” (p. 142). Ele explica:

Tudo o que se nos apresenta no mundo social e histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica (p. 142).

Assume-se como Altoé (1990) a perspectiva dialética do conceito instituição. Instituído, instituinte e institucionalização fazem parte do esquema da dialética institucional, onde o instituído é “determinado dentro do estabelecimento, seus mecanismos de funcionamento, as relações de trabalho; também a força da inércia, conservadora, que busca preservar a situação tal como ela é”; o instituinte “são as forças de transformação que contestam o instituído e demandam novas normas”; e a institucionalização “é a fase de resolução da contradição

inicial – o instituinte contra o instituído; é também o reconhecimento das novas normas que emergem” (p. 14-5).

Isso se pode perceber na estrutura montada para a Rede de abrigos no município do Rio de Janeiro, uma iniciativa bastante inovadora, que, no entanto, parece reproduzir o instituído dos séculos passados, quando a internação de menores era a política governamental vigente. Este era um o mecanismo de controle pelo símbolo das portas fechadas que Goffman (1961/1999) em sua obra *Manicômios, prisões e conventos*, descreve:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. [...]. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos (p. 16).

Isto também se faz presente no estudo de Leite (1998). A autora sustenta que os internatos de menores são exemplos de instituições totais. Fazendo uso da teoria de Castoriadis (1982), ela considera que:

No caso dos internatos, o componente funcional era evidente: tirar a infância da rua. Por outro lado, no componente imaginário estava presente a idéia de higienização, do disciplinamento, da correção da conduta, de preparar essa infância para se enquadrar no social, aceitando passivamente o que lhe fosse destinado (p. 181).

Desde a chegada da Corte ao Brasil, as crianças e os jovens, órfãos ou abandonados eram tratados como perigosos (LEITE, 1998), no mínimo por macular o ideal de pureza da civilização, que simbolicamente se instituiu no país. Assim sendo, eram retirados da vista da sociedade, sendo internados em estabelecimentos para esse fim. Desta forma, dentro da representação social¹ cristalizada que se tem da pobreza, entende-se o porquê da sociedade ainda desejar a punição/ internação para todos eles.

Ao longo da História brasileira, constituiu-se uma imagem de periculosidade ou de deficiência dessas crianças e jovens e não de desamparo, como podia se esperar devido à precariedade psico-sócio-econômica em que sempre viveram com suas famílias, quando as tinham. Assim, a representação social desses menores de idade conduziu a sociedade na busca de formas para corrigi-los, com árdua disciplina, na tentativa de torná-los “homens de bem”. Não para dar-lhes equivalência no aproveitamento do capital social, mas para deles fazer bom uso na produção da imagem de uma Nação sem sujeira (LEITE, 2007).

¹ Como define Moscovici (1978): “Representações sociais são entidades quase tangíveis que circulam, cruzam-se, cristalizam-se incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro em nosso universo cotidiano” (p. 41).

A pesquisa de Altoé (1990) elucida as conseqüências da vida institucional das crianças pobres em internatos:

Observei no atendimento cotidiano das crianças pequenas que a vida institucional é fonte de carências, que colocam em perigo seu desenvolvimento e estruturação psíquica. Encontramos nestes estabelecimentos os principais fatores de carência já tão conhecidos e estudados – transferência múltipla de ambiente de vida, rodízio de funcionários, atendimento impessoal e despersonalizante, impossibilidade de construir laços afetivos significativos, hipostimulação do desenvolvimento psicomotor, fechamento para o mundo exterior, monotonia do cotidiano e pobreza das relações sociais (p. 265).

A autora conclui que:

O sofrimento é fabricado pelo sistema institucional que, pela justificativa de resguardar, proteger e educar, torna a vida de milhares de crianças brasileiras infâncias desperdiçadas, infâncias perdidas, expropriadas da própria possibilidade de futuro (ALTOÉ, 1990, p. 268).

Da mesma forma que os internatos tiravam da convivência familiar para “melhor formar o futuro cidadão” de acordo com Leite (1991; 1998; 2005a), os abrigos (medida protetiva sancionada por *Lei* que será aprofundada no capítulo seguinte) poderiam estar substituindo, mesmo que temporariamente, o lar do jovem, servindo não só como moradia, mas como um local favorável para seu desenvolvimento como sujeito. Portanto, o abrigo deveria “ampará-los” nos campos social, educacional e psíquico, uma vez que dentro do seu ambiente familiar, esse amparo não estaria acontecendo adequadamente (LEITE, 2007).

Com isto, fica evidente a perda do aspecto instituinte na luta contra o instituído, apesar de pequenas modificações que lentamente se processam.

1.1.2. Rua

Rua, do latim *ruga*, caminho, via margeada por casas (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001), espaço entre as casas e as povoações por onde se anda e passeia. (RIO, 1908/1987). A rua revela o mundo, “seus imprevistos, acidentes e paixões” (DAMATTA, 1997, p. 90-1). Ela é ato, plástica, cinestésica, laboral.

João do Rio (1908/1987), assim como outros autores, no início do século XX sintetizam que a magia da rua possibilita ao homem ter aspirações mais profundas daquelas ofertadas pela sociedade: “Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação – idéias gerais – até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor [...]” (p. 14).

Na obra de Rio (1908/1987) pode-se elencar cinco particularidades da rua: proteção, cumplicidade, identificação, sedução e ambigüidade. Estas têm sido usadas e vividas em plenitude pelos transeuntes e seus moradores, descritos pelo autor, e que pode-se encontrar similaridades até hoje, através das vozes dos jovens entrevistados, demonstradas, posteriormente, no capítulo 3. Sinteticamente, estas particularidades são entendidas, nesta dissertação, a partir de fragmentos da escrita do cronista:

▪ Proteção – “[...], a rua é a agasalhadora da miséria” (Rio, 1908/1987, p. 4). A rua protege, abriga, ampara quem nela “escolhe” viver. Como algo amplo, sem limites visíveis, pode oferecer proteção? Isto parece à primeira vista impossível de ocorrer. O senso comum sequer consegue entender a rua como um lugar de fuga e proteção, vivida desde o Brasil Império.

▪ Cumplicidade – “[...], a rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela” (Rio, 1908/1987, p. 4). A rua não só é cúmplice, como produz a cumplicidade entre grupos, participando de cada grupo, através do silêncio que os protege. O silêncio da rua diante de qualquer ato, seja este legal ou não, é concedido sem nada pedir em troca.

▪ Identificação – “As ruas são tão humanas, vivem tanto e formam de tal maneira os seus habitantes, que há até ruas em conflito com outras” (Rio, 1908/1987, p. 13). A rua cria identificações, produzidas em função do lugar geográfico, permitindo que grupos sejam formados. Isto aparece nas rivalidades entre grupos de determinados bairros, praças ou esquinas. O mesmo ocorre na construção de outra linguagem, que não se encontra nos dicionários, nem nas academias: “A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros” (p. 4).

João do Rio (1908/1987) humaniza a rua, utilizando belissimamente a prosopopéia: “A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há o suor humano na argamassa do seu calçamento. [...]. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas” (p. 4).

▪ Sedução – Pode-se afirmar que Rio (1908/1987) foi extremamente seduzido por ela: a rua. A rua pode enfeitiçar, também, quem nela “escolhe” viver. É possível relacionar a “liberdade”, o “sair andando”, o “encontrar lugares”, como dizem os meninos e meninas de rua, com o flunar do autor, que ele define como “distinção [a arte] de perambular com inteligência” (p. 5).

Se a rua é para o homem urbano o que a estrada foi para o homem social, é claro que a preocupação maior, a associada a todas as outras idéias do ser das cidades, é a rua. Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação – idéias gerais – até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares, instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua! Ainda não fala e já a assustam: se você for para a rua encontra o bicho! Se você sair apanha palmadas! Qual! Não há nada! É pilhar um portão aberto que o petiz não se lembra mais de bichos nem de pancadas! (RIO, 1908/1987, p. 14).

▪ Ambigüidade – “[...] a rua nos pode dar a expressão do sofrimento absoluto, como da alegria completa [...]” (RIO, 1908/1987, p. 18). Isto é, a rua protege e abandona, faz sofrer e amar, permite todos os tipos de experiência e sentimentos. Ela é o “caleidoscópio da vida” (p. 5). O autor aprofunda sua apreensão sobre *quem é a rua*:

Neste elogio, talvez fútil, considerei a rua um ser vivo, tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo o seu perpétuo escravo delirante, e mostrei mesmo que a rua é o motivo emocional da arte urbana mais forte e mais intenso. A rua tem ainda um valor de sangue e de sofrimento: criou um símbolo universal (p. 19).

Na rua “as relações têm um caráter indelével de escolha, ou implicam essa possibilidade” (DAMATTA, 1997, p. 90-1). As relações sejam elas quais forem, são incondicionais. “Na rua é preciso muitas vezes algum esforço para se localizar e descobrir [...] hierarquias, fundadas que estão em outros eixos” (p. 90-1). As hierarquias que são organizadas nas ruas, diferentemente das estabelecidas na casa (lar), têm sua cultura e códigos próprios. Partindo desta premissa e de uma esfera mais ampla, a rua pode ser compreendida como uma instituição (LEITE, 1998).

1.1.3. Saúde mental

Etimologicamente, saúde procede do latim *salute*, “salvação, conservação da vida” (FERREIRA, 1999, p. 1822). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como: “um estado de completo bem-estar físico, *mental* e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (1946, grifo nosso).

De acordo com Miranda Sá Junior (2004) a *Constituição Federal do Brasil* (1988) decreta a saúde como direito social, assim como dever do Estado. O autor ressalta que nossa Carta Magna estabelece saúde como sistema social de atendimento à saúde das pessoas e das comunidades.

Canguilhem (1966) citado por Martins (1999) afirma que “o anormal não o é por ausência de normalidade”, ou mesmo por sua limitação, mas por manifestar uma normalidade diferente da que se encontra em vigor. Para o autor “o estado mórbido é ainda uma certa maneira de viver”. Martins (1999) conclui que “o que se opõe à enfermidade não é portanto a anormalidade, mas a saúde, entendida como capacidade de produção contínua de novas normas” (p. 20).

Assim, é possível compreender que o que é doença numa sociedade, pode ser saúde noutra e vice-versa. A cultura de uma determinada sociedade determinará o que é ou não patológico. No livro *Doença mental e Psicologia* (1994), Foucault afirma que cada cultura formará da doença uma imagem cujo perfil é delineado pelo conjunto das *virtualidades antropológicas* que ela negligencia ou reprime. A doença ocorre entre as *virtualidades* que servem de margem à realidade cultural de um grupo social: “A doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal” (p. 71). Ele defende que a doença mental é uma expressão positiva da sociedade: “Na realidade, uma sociedade se exprime positivamente nas doenças mentais que manifestam seus membros, e isto, qualquer que seja o status que ela dá a estas formas mórbidas” (p. 74).

Nessa mesma linha de pensamento, Winnicott (1983) postula que normalidade é a saúde tanto do indivíduo quanto da sociedade, portanto “a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente” (p. 80).

Os diversos conceitos de saúde mental abarcam principalmente os seguintes fatores: “bem-estar subjetivo, auto-eficácia percebida, autonomia, competência, dependência intergeracional, auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa” (OMS, 2001). Definir integralmente saúde mental não é tarefa simples. Para os teóricos e pesquisadores da área existe quase um consenso de que a saúde mental é mais do que a ausência de doença mental.

Winnicott (1965/2005) afirma que se filia a uma corrente psicológica que identifica maturidade com saúde, ressaltando o papel desempenhado pela família no estabelecimento da saúde individual. A base da saúde mental, para o autor, vai sendo estabelecida pela mãe a partir da concepção, através do cuidado ordinário que ela confere ao filho a partir da orientação especial que possui para essa tarefa. Esse estado especial que a mãe se encontra é nomeado pelo autor como *preocupação materna primária*² (1952/2000).

² O autor assim define *preocupação materna primária*: “ao chegar ao fim da gravidez e nas primeiras semanas depois do nascimento de uma criança a mãe está devotada ao cuidado de seu nenê, [...] parece ser parte dela mesma; [...] ela está muito identificada com o nenê e sabe muito bem como é que o nenê está se sentindo. [...] ela

A fim de tentar nortear a percepção acerca desta categoria, defendo que a saúde mental pode ser compreendida como um fenômeno complexo, multideterminado por fatores bio-psico-socio-ambientais (BOTELHO & LEITE, 2008). A saúde mental seria delineada pelo ambiente (WINNICOTT, 1983) em que o sujeito está inserido, assim como por fatores biológicos, psicológicos e sociais ofertados por tal.

1.1.4. Subjetividade

O Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss (2001), em sua versão eletrônica, define subjetividade como “característica do que é subjetivo”; “realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo”. Guattari & Rolnik (1996) aprofundam esta compreensão:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (p. 33, grifo do autor).

Os autores complementam: “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 31).

Segundo Guattari & Rolnik (1996) a subjetividade circula nos conjuntos sociais e é vivida pelos indivíduos em suas existências particulares. Já a singularização implica novas formas de ser, sentir, perceber, criar, amar, sobreviver, tal qual se caracterizam os processos desviantes, que podem não consumir a subjetividade em pacote, mas aproveitar o coletivo para ver nascer a subjetividade individual. Assim, por uma economia coletiva, o sujeito pode transformar alguns contextos sociais em fatos de subjetividade (LEITE, 2007).

Guattari & Rolnik (1996), partindo da diferenciação entre subjetividade e singularidade, pontuam o cuidado que se deve ter quando se atua como *trabalhador social*, pois este, direta ou indiretamente, está conectado à produção de subjetividade e tem duas possíveis saídas: reproduzir modelos que aprisionam e, por conseguinte, coíbem a singularização; facilitar o

usa suas próprias experiências como bebê. [...] a própria mãe está em um estado dependente, e vulnerável” (WINNICOTT, 1983, p. 81).

deslizamento do processo de subjetivação para o de singularização a partir do que é possível fazer.

Aquilo que se convencionou chamar de “trabalhador social” – jornalistas, psicólogos de todo tipo, assistentes sociais, educadores, animadores, gente que desenvolve qualquer tipo de trabalho pedagógico ou cultural em comunidades de periferia, em conjuntos habitacionais, etc. – atua de alguma maneira na produção de subjetividade (p. 29, grifo do autor).

[...] devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição [...], ou no campo de trabalho social – todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (p. 29).

De certa forma pôde-se perceber nas entrevistas utilizadas nesta dissertação, que a subjetividade dos jovens abrigados é atravessada pelo senso comum, pelas representações sociais sobre a vida nas ruas, o que seria um “cidadão de bem”, e pelo contato com o cuidador, que não pode ser evitado, como veremos no capítulo 3.

1.1.5. Escolha

As definições que constam no dicionário eletrônico Houaiss (2001) para o termo “escolha” são: 1) “ato ou efeito de escolher”; 2) “preferência que se dá a alguma coisa que se encontra entre outras”; 3) “predileção; opção entre duas ou mais coisas”; 4) “ato de eleger; eleição”; 5) “capacidade de escolher bem, de escolher com discernimento”.

No *Vocabulário de Psicanálise Laplanche & Pontalis* (1998) o termo “escolha” não é tomado num sentido intelectualista: “escolha entre diversos possíveis igualmente presentes”, mas sim “evoca o que pode haver de irreversível e de determinante na eleição pelo sujeito, num momento decisivo da sua história” (p. 154).

Mínayo, em prefácio a obra de Assis (1999), refere que *condições dadas* afetam nas escolhas, porém não determinam estas. Ela destaca a importância do contorno que o sujeito dá para tais *condições*:

É preciso compreender a escolha e, depois, saber que nenhuma escolha humana pode ser explicada apenas por determinismos sociais, embora todas sejam realizadas frente a condições dadas. [...] nenhuma escolha pode ser explicada apenas por determinismo biológico e de “índole” (como se diria no senso comum), porque todas as condições dadas são necessariamente reinterpretadas e reconstruídas pelo sujeito,

dentro de seu espaço de liberdade e capacidade de projetar, atributos de todos os seres humanos (p. 11, grifo do autor).

Ao longo deste texto o termo “escolha” será empregado no “caminho do meio” das concepções referidas anteriormente. A “escolha” pela rua investigada aqui é compreendida como uma eleição não consciente do sujeito, estabelecida pela inter-relação do desenvolvimento bio-psico-social e o ambiente (BOTELHO *et al*, 2008).

1.2. Pistas psico-sociais

Castel (1995) faz uma “análise dos fatores contemporâneos de dissociação social” (p. 24), em que a desafiliação seria “um modo particular de dissociação do vínculo social” (p. 22). Dentre os fatores contemporâneos de dissociação social, a desafiliação seria um modo particular de precariedade financeira e fragilidade de relacionamentos sociais e profissionais. O extremo do processo de desafiliação é a miséria, o isolamento social e o desemprego, onde a precariedade financeira se tornaria “privação” e a “fragilidade relacional”, isolamento.

Segundo o autor, a desafiliação pressupõe a conjunção de dois eixos: primeiro, pela integração/ não-integração no trabalho; e segundo, pela inserção/ não-inserção na rede sócio-familiar. A partir destes dois eixos, o autor aponta que o indivíduo pode se encontrar numa gradação dentro do espaço social, dividindo-o em três zonas: de integração, de vulnerabilidade e de desafiliação. A zona de integração está associada às relações estáveis no trabalho e na família; a de vulnerabilidade é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade no trabalho – trabalhadores temporários, subempregados ou informais – à fragilidade dos suportes de proximidade; por fim, a zona de desafiliação configura-se pela ausência de participação em todas as atividades produtivas e o isolamento das relações sócio-familiares (CASTEL, 1995, p. 13).

Essas três zonas se diferenciam em relação à coesão social e não exatamente à divisão econômica, ainda que a população dessas diferentes zonas possa encontrar dificuldades financeiras. Daí o autor propor três implicações: primeiro, as fronteiras entre as zonas são porosas, uma engorda a outra; segundo, existe uma compensação entre os eixos que se cruzam, ou seja, o indivíduo estando bem inserido comunitariamente compensaria a não integração no mundo do trabalho e vice-versa, caso esteja bem empregado, pode sobreviver fora do eixo familiar; terceiro, a dimensão econômica não é determinante, apesar de não poder ser um fator negligenciado. O modelo proposto por Castel (1995) não é estático, pelo contrário, ele enfatiza que o indivíduo pode transitar nos vários níveis de a-filiação/ desafiliação. “Os indivíduos em situação de flutuação nessas zonas, dentro da estrutura social,

é que povoam seus interstícios, não encontrando seu lugar determinado nesta estrutura” (p. 13).

Castel (1995) acrescenta que, falar de desafiliação não significa marcar uma ruptura, mas traçar o percurso do sujeito, visando sua reabilitação psicossocial. Como, atualmente, a zona de integração está se dissolvendo, o que faz com que as zonas de vulnerabilidade e de desafiliação se expandam, as soluções apontadas pelo autor estariam em reforçar a zona da assistência, para aqueles que não trabalham, mas que o laço social não está totalmente rompido.

No que se refere ao aspecto psíquico da desafiliação social apontada por Castel, encontra-se no texto *O Estranho* de Freud (1919/1996), indícios para entender o significado do “sintomático” incômodo causado pelos desafiados. Neste artigo, Freud descreve o *estranho* como o assustador, que provoca medo e terror diante do desconhecimento das suas formas de viver, as quais são inacessíveis a quem não partilha daquele mundo, desconhecidas e pouco ou nada familiares.

O autor faz um paralelo entre o *estranho* da epilepsia, da loucura, também *estranhos* sociais, e a impressão deste *estranhamento* produzida pelo senso comum. Como se analisa a seguir, é possível compreender esse incômodo social como uma projeção³. Freud (1919/1996) ressalta: “O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser”.

A representação social de perigo, agressividade, monstruosidade, violência, perversão, ociosidade, que a opinião pública, o senso comum e o leigo percebem nos desafiados sociais, lhes são *estranhas*, mas, simultaneamente, familiares. A partir de Freud (1919/1996), essas são representações recalçadas⁴, projetadas no outro. Minayo (1999) parece compartilhar, de certa forma, da mesma opinião: “[...] tendemos, na sociedade, a transferir para determinadas pessoas a personificação daquilo que é nosso próprio lado negativo” (p. 12).

Almejando ir para além do particular, aqui entendido como a projeção efetuada em cada sujeito, para um âmbito mais abrangente e que atravessa o imaginário de nossa sociedade, introduz-se outro texto de Freud (1930/1996): *O Mal-Estar na Civilização*.

³ Projeção: “operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo ‘objetos’ que ele desconhece ou recusa nele” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998, p. 374).

⁴ Neste sentido recalque pode ser entendido enquanto “defesa”. Ver o conceito recalque ou recalçamento em LAPLANCHE & PONTALIS, 1998, p. 430-4.

Neste, Freud (1930/1996) interroga qual seria o propósito e a intenção da vida do homem. Sua primeira resposta: todo sujeito quer a “felicidade”, ele quer ser e permanecer feliz. Esta tarefa tem duas metas: uma positiva – intensos sentimentos de prazer; e uma negativa – eliminação do sofrimento e do desprazer. Assim sendo, o que define o propósito da vida é o princípio do prazer. A felicidade seria a “satisfação de necessidades represadas em alto grau”. Entretanto, esta se expressa apenas ocasionalmente, já que o autor considera que a maior probabilidade é experienciar a infelicidade.

Freud (1930/1996) identifica três fontes produtoras de sofrimento, são elas: (1) o poder superior da natureza; (2) a fragilidade dos corpos; (3) a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. Esta terceira fonte, expressa nas formas de convivência, é a cultura onde todos se inserem. Ela é produzida pelo próprio conjunto social e, simultaneamente, é a causa e a superação do sofrimento, pois ela pressupõe domesticação e repressão do inconsciente do sujeito. No entanto, o homem se assusta e se questiona: como uma ordem criada por ele mesmo, a cultura, não lhe assegura a felicidade e o benefício almejados? Se for ela que defende o homem das duas primeiras fontes de sofrimento (a natureza e a fragilidade dos corpos), ela atua como um continente capaz de viabilizar as relações sociais. Entretanto, para atingir seus objetivos, ela usa a repressão dos desejos primários mais profundos. E, nesse aspecto, a cultura impõe ao sujeito uma carga de renúncia ao prazer, que acaba com a pequena ilusão de felicidade que ele supõe ter. A contradição básica, apontada por Freud e vivida pelo sujeito, seria decorrente de uma “natureza inconquistável” de “uma parcela de nossa própria constituição psíquica”. Freud se debruça sobre a natureza dessa civilização (*kultur*), assim definindo-a:

A palavra civilização (*kultur*) descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos. [...]. Reconhecemos como culturais todas as atividades e recursos úteis aos homens.

Neste caso está a valorização da beleza, que inclui a higiene e a ordem. Para Freud (1930/1996) existiria uma incompatibilidade entre sujeira e civilização humana, o que produz a exigência de limpeza do corpo e ambiente. Ele afirma que a ordem somente se aplica às obras do homem, uma vez que a natureza segue outro paradigma de ordem. O autor refere que a ordem foi pensada a partir das grandes regularidades astronômicas e que o homem retirou da natureza o modelo para a ordem da sua civilização.

Freud (1930/1996) conclui que há necessidade de um “laborioso treinamento” para que os seres humanos tenham ordem, já que eles têm uma tendência inata para o “descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade em seu trabalho”. Enfim, o autor diz que a beleza, a limpeza e a ordem são exigências civilizatórias e, assim, uma das principais características da cultura, em termos das atividades psíquicas do homem, são as regulamentações dos relacionamentos sociais.

A relação entre processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo é apresentada por Freud (1930/1996) como uma exigência da cultura. Uma renúncia que marca e baliza os relacionamentos sociais humanos. Enfim, os limites estabelecidos pela cultura apontam grandes sacrifícios de modo a controlar as pulsões agressivas do homem, as quais estão na base da sexualidade primitiva. A meta da civilização é manter essas manifestações recalcadas por formações psíquicas reativas, sendo uma das estratégias utilizadas substituir a felicidade pela segurança que a cultura proporciona. Mesmo assim, existem dificuldades ligadas à natureza da civilização que escapam a qualquer tentativa de mudança e Freud conclui que esses esforços nem sempre obtêm resultados satisfatórios.

Apoiado em Freud (1930/1996), Bauman (1998) amplia este mal-estar para a contemporaneidade, referindo que a desregulamentação é a marca da pós-modernidade. “A liberdade individual reina soberana” (p. 9). Os ideais de beleza, pureza e ordem “devem ser perseguidos – e realizados – através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais” (p. 9). No entanto, esta pureza é inatingível e como resultado da construção da ordem, do progresso econômico e da globalização, surge o que ele vai chamar de *refugo humano*. Este é “um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade” (p. 12). Bauman (2005) constata que a modernização atingiu quase todas as áreas do planeta e, conseqüentemente, a produção de novas pessoas *refugadas* continua incessante, porém, não há mais aonde “despejar” esse *refugo*, não existem mais países a colonizar ou áreas que possam receber estas pessoas ao redor do mundo. A presença desse *refugo* se contrapõe à visão da pureza, que ele compreende como um ideal que todas as sociedades tentam preservar contra as diferenças reais ou imaginárias.

A pureza, segundo Bauman (1998) é uma visão da ordem, ou seja, cada coisa deve estar em seu devido lugar, enquanto os *agentes poluidores* são coisas que não estão no lugar que deveriam estar, são os sujões, os imundos. O autor ressalta: “Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em ‘sujas’, mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizadas pelos que procuram a pureza”

(p. 12, grifo do autor). A localização social em que se encontra determinada coisa ou ser humano é que indicará o que é puro ou o que é sujo.

Acerca da preservação dos modelos de pureza, o autor, sublinha a necessidade de se estigmatizar e expulsar os *estranhos*, que são aqueles que não pertencem à ordem, à pureza, à beleza. Estes [*estranhos*] revelam a fraqueza e a instabilidade da preservação da ordem, assim como apresentam a fragilidade da fronteira estabelecida entre o puro e o impuro. Portanto: “O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (BAUMAN, 1998, p. 19).

Para Bauman (2005) o *estranho* pós-moderno é aquele que não pertence ao mercado consumidor ou é um *consumidor falho*, conseqüentemente, a sujeira da pureza. Ele sustenta que todas as sociedades produzem *estranhos*. Cada qual à sua própria maneira, e considera que *estranho* é aquele que não se insere no mapa cognitivo, moral ou estético daquela cultura, é aquele que torna menos claro o limiar entre a ordem e a desordem, o qual deveria estar explicitamente marcado.

1.3. Juventude desafiada

O problema da infância abandonada no Brasil pode ser compreendido como o reflexo da história que constituiu uma representação social, a qual se estruturou como uma dualidade aparentemente dissociada, mas complementar: o menino de rua é percebido ora como vítima social, ora como vitimador da sociedade (LEITE, 1991; 1998; 2005a; 2006).

Duas premissas expressas pelo senso comum, vieram a encarnar a representação social dos jovens em situação de vulnerabilidade social. A primeira entende que os jovens são inocentes úteis, dominados por um líder, algumas vezes ainda menor de idade, que o induz a praticar ações desonestas, às quais eles não têm consciência das conseqüências. Por essa premissa o adolescente é ingênuo e não sabe o que faz. Por exemplo, a droga: ele seria induzido a consumir pelo traficante até atingir a dependência e precisar roubar para manter seu vício, roubos, ele seria forçado a cometer, por coação, sob o pretexto de que será “protegido” por outrem, como estratégia de sobrevivência. A segunda, pressupõe que este adolescente age deliberadamente porque sua estrutura psíquica é perversa e que ele até pode ter uma estrutura psicótica. Ele age perigosamente e deve ser internado urgentemente para tratamento (LEITE, 2005a).

Ambas as perspectivas, ainda segundo Leite (2005a), descartam a origem social e cultural do adolescente que aqui está em foco. Ignoram os aspectos subjetivos inerentes a todo

ser humano e que, no caso dos culturalmente diferentes, apresentam desejos singulares a serem realizados, que, ao contrário, são reprimidos e julgados pela ótica da patologia ou da criminalidade. Acresce-se a esta conduta a perspectiva difundida pelo senso comum, que imagina que todos os desafiliados são iguais, empobrecidos ou fragilizados psiquicamente e objetos de um outro. Paralela e contraditoriamente, ainda o senso comum supõe que eles são perversos e delinquentes, em função da “natureza”, conforme teorizava Nina Rodrigues (1939) citado por Abreu (2008), nos primórdios do século XX. São formas de catalogá-los, que a população usa, para evitar que a estranheza das diferenças existentes na própria sociedade sejam afloradas.

Essas representações, além de ignorarem a subjetividade do jovem, não o consideram em função de sua faixa etária, a qual pressupõe a morte simbólica do ser criança. É quando o jovem precisa se sentir transgressor, desobediente para experimentar a liberdade e autonomia. Mas por ser grupal, ele vive esses riscos geralmente em grupo, local aonde se sente protegido e com limite. O grupo é o território afetivo e emocional do adolescente, tudo é homogeneizado pelos padrões do grupo, as gírias, as roupas, as músicas, os ídolos. Neste contexto e em função do grupo de convivência, ele pode enfrentar riscos à sua saúde mental, como o uso indiscriminado de drogas, a fuga para as ruas, o sexo não-seguro, a a-filiação a grupos do tráfico e, enfim, a delinquência.

No livro *A Razão dos Invencíveis*, Leite (1998) faz uma análise de jornais e documentos diversos e descreve que o menino de rua é caracterizado pela opinião pública através do “mito da negatividade, da sujeira, da lascívia, da preguiça, da ociosidade, da permissividade, da delinquência, mas também do abandono, da solidão, da tristeza, da pobreza, da vitimização” (p. 23). A opinião pública reflete o que pensa a maioria da sociedade, revelando uma representação social dos meninos como agressivos, bandidos, perversos e sujos, ou carentes, abandonados e explorados.

Desta forma, Leite (1991) criou o termo *invencível cultural* para nomear as crianças e jovens que estão nas zonas turbulentas de vulnerabilidade e de desafiliação de Castel (1995). Para chegar a este conceito, a autora estudou os meninos de rua que freqüentavam a Escola Tia Ciata, onde encontrou características bem diferentes de outras crianças pobres e que de alguma maneira estavam na zona de integração pelo aspecto família/ comunidade (LEITE, 1991). A autora nomeou de *invencíveis culturais* os que não se adaptavam às instituições formais da sociedade (entre elas a escola). Eles:

[...] não foram vencidos culturalmente pelas instituições criadas para atendê-los, as quais na maior parte das vezes pensavam poder

facilmente reprimir e corrigir suas formas de viver, eles também não conseguiram vencer as resistências para que suas heranças históricas e culturais fossem reconhecidas e eles viessem a se integrar na sociedade. Nem vencedores, nem vencidos, eles se tornaram um mito, que denominei como invencível cultural (LEITE, 1998, p. 20).

Posteriormente, em seu livro: *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*, Leite (2005a) metaforicamente compara o menino de rua à “ponta de um iceberg do problema social da infância pobre brasileira” (p. 47). Segundo a autora, os meninos de rua:

Vieram romper com as regras e normas sociais que excluem grande parte da população. [...] denunciam a toda a sociedade uma realidade desconhecida de muitos [...] milhões de crianças e jovens, vivendo no limiar da pobreza, sem muitas chances de mudar seu destino (p. 48).

Leite (2005a) se pergunta quem é o menino de rua? E a esta questão a autora responde, a partir de dois enfoques: o da sociedade e o dos próprios jovens. É possível pensar a primeira perspectiva, a da sociedade, partindo da análise de Darcy Ribeiro (1997), transcrita em Leite, de que existem duas categorias de pessoas: (1) as que gostam dos meninos de rua – primeiramente aquelas que têm piedade desses meninos, e em seguida as que os enxergam como sujeitos que buscam legitimidade e respeito; (2) as que detestam os meninos de rua – aquelas pessoas que os concebem como perigosos, agressivos, monstruosos, violentos, facínoras, bandidos natos, viciados, perversos, libertinos, desocupados. Neste texto, diria, *estranhos* ou *estrangeiros* em seu próprio país.

Do outro lado estão os jovens, que Leite (2005a) nos apresenta:

[...] chamam-se André, Cláudio, Débora, Adriana, [...] Nomes iguais aos dos jovens de outros grupos sociais. Têm idade entre 12 e 19 anos, são negros, pardos ou brancos, altos, baixos, em geral magros; são analfabetos ou têm a escolaridade mínima de quem não conseguiu terminar a quarta série do ensino fundamental. Suas famílias, com poucas exceções, vivem ou sobrevivem no limiar entre as atividades lícitas e as ilícitas, gerando renda das mais variadas formas. Antes de serem meninos de rua, moravam em pequenos barracos nas regiões periféricas das cidades, nas favelas que as rodeiam, ou migraram para a cidade grande para tentar a sorte (p. 55).

Em suma, crianças e jovens que desejam ser aceitos como qualquer cidadão. A autora continua:

A maioria deles chegou às ruas depois de fugir de casa, onde sofria maus-tratos e/ou passava fome. Muitos não foram sozinhos, mas acompanhando a mãe. Além desses, há ainda os que “se viram” nas ruas após suas casas terem sido demolidas, por estarem em terreno “invadido” ou em área de risco, e, por fim, os que tiveram que sair de casa para escapar de situações de risco, ocasionadas pela guerra do tráfico de drogas, por exemplo (p. 55, grifo do autor).

Com o intuito de sobreviver nas ruas, Leite (2005a) assinala que o menino de rua é compelido a (re)criar estratégias de ação, sendo essas atravessadas pelo lúdico. Essas táticas compreendem liberdade, esperança, criatividade, sagacidade, saber “cair na rua” (LEITE, 2005a, p. 57). Estes jovens subvertem a lógica da sociedade instituída e/ou desconstruem a suposta ordem social, ficando os governos sem resposta, sem saber o que fazer.

Menezes & Brasil (1998), citando Dimenstein (1991), afirmam que as estratégias de sobrevivência dos meninos de rua não se reduzem ao aspecto material (alimento, abrigo), mas, sobretudo, a um tipo de sobrevivência baseada na sustentação da sua capacidade de estar na rua, o mínimo de garantia de existência pessoal que os permitam viver nas condições geralmente “violentas” que a rua impõe, cujas idéias de agressão e rejeição são cotidianas. Dessa forma, o jovem precisa (re)criar estratégias de sobrevivência psíquica que, constantemente, constituem-se em torno de relações horizontais e verticais (entre iguais ou com diferenças hierárquicas). As autoras ressaltam que o vínculo criança-criança aparentemente é mais estruturante e tem maiores possibilidades de compartilhamento do que com o adulto.

Seligmann *et al* (1991) apontam que as regras na rua são muito rígidas, existem limites severos que devem ser respeitados sob pena de sofrer rigorosas punições. A rigidez moral indica a existência de níveis extremos de auto-exigência entre os meninos de rua. Nesse sentido, cria-se na rua não só uma cultura própria, mas também códigos sociais particulares, fundando relações de dependência, liderança, exploração, vínculos, etc. Sem esquecer as características apontadas por João do Rio (1908/1987), vistas acima: proteção, cumplicidade, identificação, sedução e ambigüidade, que reforçam o elo entre os jovens desafiados e a rua.

Menezes & Brasil (1998) concluem:

A lógica do que é transgredir na rua confunde-se com as estratégias de sobrevivência, instaurando redes de relações onde a lei da sobrevivência é subjugada às leis sociais que devem proteger a dignidade humana e propiciar a vida em comunidade. Lidando intensamente com os paradoxos, os meninos e meninas de rua constroem redes de aliança e sustentação, bem como organizam a sua identidade. O espaço da rua com os seus paradoxos contribui na constituição da dinâmica psíquica da criança. [...]. As relações estabelecidas na rua são também estratégias de continência e proteção, que permitem a sobrevivência psíquica e social da criança.

O(a) menino(a) que vai para as ruas, grande parte das vezes, está fugindo de dados reais de sua vida, como: condições de moradia precárias, insalubridade, “casa cheia”, violência doméstica, fome, ou seja, ele procura escapar dos fatores ambientais e psíquicos que estão lhe causando danos físicos e psicológicos, mesmo que isto não lhe seja consciente.

Estas causas, estudadas por Leite (1998) foram comprovadas por Lusk (1992) e também por Rosa de Souza & Ebrahim (1992): “as questões que levam a criança para a rua estão ligadas: a) à situação econômica da família; b) à fragilidade da sua organização; c) à exploração da criança e; d) violência”. Menezes & Brasil (1998) reforçam, a partir de Lucchini (1993), que não se deve desprezar o papel da criança na sua saída para a rua, como também não se deve esquecer a atração que a rua exerce sobre ela. Da mesma forma, João do Rio (1908/1997) descreveu o feitiço que as ruas do Rio de Janeiro exercem, como visto anteriormente.

Lucchini (1991;1993) citado por Menezes & Brasil (1998) traz a rua não apenas como um lugar de passagem, mas um meio de vida, um espaço de sobrevivência e de formação de vínculos. Os espaços da rua são assimilados pela criança através do uso que ela faz dele, sendo a sua relação com estes marcada por uma exploração utilitária. Nesse contexto, a rua está para além do espaço de sobrevivência. Ela é um espaço para a ludicidade. As crianças que deixam suas casas agregam o espaço e o tempo da rua à sua identidade. Portanto, a rua já não se constitui num espaço público, transformando-se, muitas vezes, num espaço privado de constituição psíquica e social. Para Menezes & Brasil (1998), o espaço da rua funciona como fonte de referência paradoxal para a criança: ao mesmo tempo em que ela encontra vínculos marcados pela violência e transgressão, encontra também vínculos de continência.

Aptekar (1989), citado por Paludo & Koller (2005), afirma que o distanciamento das crianças de um ambiente adverso e estressante, encontrado no local onde residem, pode assegurar aspectos de sua saúde mental e manifestar habilidades de reorganizar a vida. As autoras insistem nesse afastamento como um indicador de saúde mental.

Leite (2005b) aposta que os riscos psicossociais vivenciados por esses adolescentes pobres se inserem na busca pela saúde mental. Ela fundamenta essa afirmativa através dos seguintes aspectos de saúde mental neles encontrados: a) criatividade singular, b) transgressão identificatória e, c) liberdade como conquista.

a) A primeira e mais saudável das características dos adolescentes desafiados, estaria justamente no desejo de expressar a singularidade, a individualidade e de rejeitar as regras, já que algumas instituições, destinadas a assisti-los, não os consideram como sujeitos desejantes de reconhecimento social.

O *invencível cultural* é um adolescente que aprende a ler as situações-limite que a sociedade lhe oferece, suas perspectivas de vida, analisando-as como lhe são colocadas, procurando as que lhe dêem mais possibilidades de sobrevivência. Por exemplo: a escola, de

modo geral, coloca a disciplina como regra primeira, o que impede o aluno a expressar suas dúvidas, anseios, dificuldades no processo da aprendizagem. Muitas vezes ele se recusa a freqüentar a escola, porque para seguir suas regras teria que abrir mão de si mesmo e, especialmente, da sua criatividade e espontaneidade.

Na realidade a criatividade dos meninos de rua é similar a de qualquer adolescente, de qualquer classe social, só que pela impossibilidade de seguir as regras institucionais impostas, eles podem abandonar a escola ou mesmo o núcleo familiar. A criatividade, como todo o seu comportamento, pode ser vivida, de forma ameaçadora, em espaços públicos, incomodando à sociedade.

Considera-se que o conceito resiliência pode ser usado associado à criatividade para entender aspectos da “escolha” pela vida nas ruas. Segundo Zimmerman & Arunkumar (1994) resiliência, como constructo psicológico, refere-se a uma habilidade de superar adversidades, o que não significa que o indivíduo saia da crise ileso, como implica o termo invulnerabilidade⁵.

A resiliência tem sido utilizada e explorada por pesquisadores e profissionais sob vários aspectos, sendo este balizado, principalmente, por enfoques, que se nomeia aqui: quantitativos ou qualitativos. O enfoque quantitativo gira em torno de testagem, resiliência enquanto uma habilidade pessoal que pode ser mensurada. Utilizar-se-á o enfoque qualitativo, visando direcionar o olhar para a questão levantada.

Rutter (1987) define resiliência como uma variação individual em resposta ao risco, e garante que os mesmos estressores podem ser experienciados de maneira diversa por diferentes pessoas. Ela não é um atributo estável do indivíduo, quando as circunstâncias mudam, a resiliência se altera. Posteriormente, definiu resiliência como um fenômeno de superação de estresse e adversidades, afirmando que esta não estabelece uma característica ou traço individual. Para Martineau (1999) citada por Yunes (2003) “resiliência tem diferentes formas entre diferentes indivíduos em diferentes contextos”. Yunes (2003) acrescenta que muito recentemente, importantes pesquisadores do assunto (LUTHAR *et al*, 2000) manifestaram-se a esse respeito, apostando no caráter processual da questão da resiliência.

Yunes (2003) pontua que “resiliência é freqüentemente referida por processos que explicam a ‘superação’ de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações” (grifo do autor). Ela aponta que alguns estudiosos reconhecem a resiliência como um fenômeno

⁵ E. J. Anthony, em 1974, introduziu o termo invulnerabilidade na literatura da psicopatologia do desenvolvimento, para descrever crianças que, apesar de prolongados períodos de adversidades e estresse psicológico, apresentavam saúde emocional e alta competência (YUNES, 2003).

comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano, e outros ressaltam o cuidado no uso naturalizado do termo. Yunes (2003) questiona: “Por que, apesar de passar por terríveis experiências, alguns indivíduos não são atingidos e apresentam um desenvolvimento estável e saudável?” Assis (1999) em estudo sobre a vida de infratores e de seus irmãos não-infratores questiona, na conclusão, se poder-se-ia falar em resiliência em tal contexto.

Neste momento, arrisca-se apontar que a resiliência pode ser compreendida enquanto um processo que possibilita o sujeito atravessar vicissitudes, quando se encontra imerso em questões bio-psico-socio-ambientais. Neste caso, a “escolha” pela rua como uma expressão de saúde mental e a criatividade dos jovens, poderiam ser observadas pela ótica da resiliência.

b) O roubo, como exemplo limite de uma transgressão nessa faixa etária, pode ser interpretado como um ato ativo de procura identitária já que a sociedade não reconhece o jovem como sujeito de direitos e desejos (LEITE, 1998). Assim, é comum que ele próprio, jovem, acabe por assumir uma identidade de vadio, ameaçador ou delinqüente porque, como ele mesmo diz: “Mesmo apanhando da polícia e tendo que dormir no frio, ser trombadinha é um barato” (LEITE, 1998, p. 168). Para Leite (2005a) o roubo pode vir em contraposição à passividade do pedinte. Assim, esse adolescente preferiria evitar viver dos restos que a sociedade lhe dá, roubando para exigir o que tem de direito, como gostam de falar: “até bicho precisa ser tratado bem!” (p. 55).

Para Winnicott (1965/2005) o roubo é uma das *vertentes* da *tendência anti-social*. Isto só se dá quando a criança tem esperança, quando teve e perdeu o *ambiente* acolhedor na primeira infância, assim ela procura este *ambiente* e, não tendo êxito, tenta encontrá-lo em outro lugar, através do roubo. Segundo o autor: “o roubo localiza-se no centro da *tendência anti-social*, com seu correlato, o mentir. A criança que rouba um objeto não está em busca *do objeto roubado, mas da mãe sobre a qual ela tem direito*⁶” (p. 411, grifo do autor). Ver-se-á adiante, no capítulo 2, a teoria winnicottiana da *tendência anti-social*.

Rosa (1999) referindo-se à forma de relação do jovem com o objeto, em especial ao delito, afirma que: “a mudança de ênfase do discurso familiar para o social tem conseqüências nas formas como as estruturas sociais são tomadas. As circunstâncias de vida dos meninos de rua favorecem que a estrutura social seja tomada como real e seus atos tornados simbólicos”. A autora hipotetiza que a identidade de delinqüente é a única possibilidade para a privação do lugar de criança e de adolescente que os meninos de rua sofrem como conseqüência da submissão ao discurso social (ROSA, 1999). Neste discurso “falta um sujeito do enunciado

⁶ Para o autor, em explicação ao trecho anterior: “esses direitos derivam do fato de que (do ponto de vista da criança) a mãe foi criada por ela” (WINNICOTT, 1965/2005, p. 411).

engajado com o filho, desejante, atravessado pela lei, de onde estas crianças poderiam extrair os significantes de sua filiação e sexuação” (Rosa, 1999).

Saggese (1990) se referindo ao mesmo tema afirma que: “[...]. Pelo olhar e pela falta do outro, ela [criança em situação de rua] descobre finalmente o seu lugar: pivete, trombadinha, etc., como se não lhe restasse outra escolha” (p. 670).

c) No que se refere à liberdade, Leite (1991; 1998; 2005a) defende que ser livre é o maior desejo de todo adolescente e no caso daquele que vive em situação de vulnerabilidade e desafiliação, este desejo aparece na própria ambigüidade como é visto e assistido nas instituições por onde passa. A liberdade é o maior desafio que ele enfrenta, e as instituições sociais tendem a coisificar este adolescente, tirando-lhe quase sempre seus mecanismos de exercitar esta liberdade, que vem associada à curiosidade, à sagacidade, à astúcia, ao imediatismo e à provisoriedade. Isso porque este jovem não discrimina ou dissocia essas características, as quais aprende como ferramenta para fugir da morte. Ser livre para ele é conquistar cada instante de sua vida, como um desafio à hostilidade e ao desejo de morte que a sociedade demonstra ter por ele.

Segundo a autora, estas características somadas à repressão e ao sofrimento vividos nos abrigos, escolas e mesmo na família, geram nos jovens a agressividade, a transgressão, o medo e a descrença de suas possibilidades para obter uma identidade social, difícil de ser alcançada, pelas próprias condições em que se encontram.

Assim a criatividade singular, a transgressão identificatória e a liberdade como conquista são aspectos psíquicos presentes na subjetividade do jovem desafiado, que articuladas à representação social que se constituiu sobre ele, geram dificuldades para sua re-filiação dentro das instituições criadas, nos últimos anos, para assisti-los.

1.4. (Inter)relação: juntando as peças

Certamente, no período da adolescência qualquer jovem vive dificuldades próprias da idade, em qualquer cultura e classe social, em todo o mundo globalizado. Porém os adolescentes e pré-adolescentes das classes sociais de baixa renda, enfrentam outras limitações que se somam aos obstáculos já existentes e seus comportamentos causam um grande “estranhamento” à sociedade, em função das maneiras que encontram para viver e sobreviver num ambiente que lhes é hostil. Como descrito no Projeto de Pesquisa de Leite (2006): drogas, evasão escolar, gravidez na adolescência, fuga de casa, criminalidade, são alguns dos resultados desses comportamentos e (des)caminhos sociais que podem ser

considerados problemas graves e de difícil resolução. Estes temas têm tido destaque nos meios de comunicação, se ampliam cada vez mais em nossa sociedade e as soluções propostas pouco ajudam a mudar esta realidade. Da mesma maneira, as ofertas sociais formuladas ao longo dos anos não conseguem os resultados da inserção social para esses jovens.

Para abordar essas questões é preciso cautela e, especialmente, evitar um olhar etnocêntrico e preso aos padrões culturais, que acaba por culpabilizar os jovens, que sofrem abandono e exclusão social, pelas “escolhas” que fazem. O que para o senso comum é qualificado como uma infração, vadiagem, para este sujeito, é “escolha”. (LEITE, 2006).

As propostas sociais não levam em conta esse sujeito, diversas vezes, essas têm como pano de fundo a ênfase na piedade, assistencialismo ou na repressão, de acordo com a forma como são vistos. Elas são baseadas nas representações sociais que essas crianças e adolescentes trazem marcadas. Assim, apresentam marcas indeléveis dessas representações, cristalizadas na sociedade brasileira.

Para Freud (1930/1996) a repressão social e psíquica é a marca civilizatória da renúncia à pulsão. Essa [renúncia] é imposta em decorrência às exigências civilizatórias e também, é marca dos projetos educativos ou assistenciais, destinados à infância/ juventude pobre, os quais nem sempre alcançam resultados significativos e esperados. Esses sujeitos têm uma baixa tolerância a esse tipo de frustração e podem buscar a saúde mental fugindo para ruas e escapando das instituições diversas, incluindo a própria família ou comunidade, se essas representarem sofrimento. Nas ruas eles mostram através de comportamentos, suas alegrias e tristezas não se subjugando às regras impostas pela cultura. Eles vivem em público o que, pela cultura dominante, deveria ser limitado ao mundo privado. Este aspecto é o que mais gera *estranhamento* e repulsão por parte da sociedade.

Talvez a projeção produzida por aqueles que detestam os meninos de rua tenha como origem esse mal-estar, que atravessa toda a nossa sociedade. Desconforto, esse, gerado a partir da renúncia à pulsão sexual e agressiva. A inclinação para a agressão é difícil de ser, “conscientemente”, aceita. Por essa razão, seriam *estranhos* aqueles que não sacrificam suas pulsões e sua agressividade para viver na sociedade? Seriam esses *estranhos* insuportáveis para conviver em nossa cultura? Estariam, aí, incluídos os desafiados sociais?

Estas são perguntas delicadas de serem feitas. Sendo afirmativamente respondidas, poderíamos concluir que a inadequação dos comportamentos públicos dos(as) meninos(as) de rua, percebida por aquela parcela da sociedade que os detesta é reforçada pela valorização da beleza, a importância da limpeza e a exigência da ordem. Estas demandas sociais não fazem

parte do repertório de vida desses jovens. Aliás, eles subvertem estas exigências civilizatórias, tornando profano o que deveria ser sagrado.

A incompatibilidade existente entre a desordem, o sujo, o feio e a almejada civilização é deflagrada por esses jovens, que vivem à margem da sociedade e podem representar o *estranho* familiar presente em cada um de nós.

O sofrimento psíquico experienciado pelo(a) menino(a) de rua é atravessado pela criatividade, que o(a) ajuda a se integrar no eixo sócio-comunitário, seja na própria rua, seja em um abrigo que deveria o ajudar nessa etapa de constituição identitária.

Indaga-se: na nossa atualidade os abrigos que recebem meninos(as) pobres, que estão na rua e são rotulados antecipadamente como violentos, são instituições que cumprem para a sociedade a função de contenção, utilizando regras, atividades e códigos disciplinares muitos deles usados nos internatos?

A “escolha” pela rua é compreendida, aqui, como uma eleição não consciente do sujeito, estabelecida pela inter-relação entre o desenvolvimento e o ambiente. Entende-se a rua enquanto uma maneira de assegurar aspectos propiciadores para a saúde mental e não apenas como um lugar de passagem, mas como um meio de vida, um espaço de sobrevivência e de formação de vínculos. Ela, também, é uma possibilidade de distanciamento da comunidade de origem, por ser um ambiente adverso e estressante. Estaria a parcela resiliente do jovem direcionando-o a buscar a rua como uma saída para a vivência de sofrimento experienciada no lar?

Ver-se-á no capítulo seguinte como as políticas públicas brasileiras voltadas para a população infanto-juvenil respondem a estas questões e também como os próprios jovens se colocam diante de tal realidade, no capítulo 3.

CAPÍTULO 2 – Políticas públicas para infância e adolescência no Brasil

Serão discutidas criticamente, neste capítulo, as políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil. Farei um breve passeio pelas que se referem especificamente à área da saúde e da saúde mental e utilizarei o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) para tecer possíveis indicadores de saúde mental e risco psicossocial: as *medidas de proteção* objetivadas pela Rede de abrigos do município do Rio de Janeiro e a *prática de ato infracional* dialogando com a teoria winnicottiana, a *política de atendimento*, instituída por lei, em contraste com os resultados obtidos no estudo de extensão universitária *Juventude, Desafiliação e Violência* coordenado por Leite (2007).

As leis estabelecem limites para os anseios de uma sociedade, balizam a conduta desta, preservando os direitos individuais, portanto na *Constituição da República Federativa do Brasil* (BRASIL, 1988) estão marcados os pilares fundantes de nossa nação. A *Lei Federal 8.069/90* (BRASIL, 1990a) *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), promulgada em 13 de julho de 1990, regulamenta os direitos outorgados à criança e ao adolescente pela *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988, art. 227):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, título VIII, capítulo VII, art. 227).

O ECA (BRASIL, 1990a) visa dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente rompendo com a herança assistencialista, correcional e repressora deixada pelo *Código de Menores* – Lei Federal 6.697/79 (BRASIL, 1979).

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o *desenvolvimento* físico, *mental*, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990, livro I, título I, art. 1º, grifo nosso).

A criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* em 1990 é decorrente do processo global da consolidação dos direitos na infância e juventude, traçados a partir do século XX (MIRAGLIA, 2005), que para Leite (2008) “nasce com 30 anos de atraso, já que o golpe de

1964 interrompeu o processo de resgate da dívida social iniciado com LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação] em 1961” (p. 21).

O ECA (BRASIL, 1990a) introduz a idéia da *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*, como se pode observar: “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*” (ECA, 1990, livro I, título I, art. 6º, grifo nosso).

A afirmação desta condição aparece ao longo da *Lei*, nos seguintes artigos, os quais recorta-se:

Art. 7º. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o *desenvolvimento* sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de *desenvolvimento* e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno *desenvolvimento* de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: [...]

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: [...]

II - atividade compatível com o *desenvolvimento* do adolescente;

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: [...]

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu *desenvolvimento* físico, *psíquico*, moral e social;

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao *desenvolvimento* pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à *condição peculiar* de pessoa em *desenvolvimento*;

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua *condição peculiar de pessoa em desenvolvimento*.

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à *condição peculiar de pessoa em desenvolvimento*.

A reincidência dessa *condição peculiar* não deve ser reduzida e muito menos esquecida. De fato, o *Estatuto* (BRASIL, 1990a) confere à criança (0-12 anos) e ao adolescente (12-18 anos) o *status* de cidadãos plenos, os tomando enquanto sujeitos de direitos em constituição integral, mas não deixando de reconhecer que eles são responsáveis por seus atos:

A afirmação da criança e do adolescente como “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” não pode ser definida apenas a partir de que a criança não sabe, não tem condições e não é capaz. Cada fase do desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa, ou seja, a criança e o adolescente são seres inacabados, a caminho de uma plenitude a ser consumada na idade adulta, enquanto portadora de responsabilidades pessoais, civis e produtivas plenas. Cada etapa é, à sua maneira, um período de plenitude que deve ser compreendida e acatada pelo mundo adulto, ou seja, pela família, pela sociedade e pelo Estado (COSTA, em comentário ao art. 6º, CURY, 2006, p. 55, grifo do autor).

Vale ressaltar que a posição que se encontra a criança e o adolescente remete à seguinte afirmativa: a identidade é um projeto que se institui gradual e historicamente. O artigo 6º, citado acima, estabelece e sinaliza o estado peculiar da infância e da juventude para os artigos que o seguem.

Para Moraes & Mecler (2008) “no que tange à legislação específica na área de saúde, infelizmente o que se observa é que o legislador brasileiro não se preocupa com o atendimento às condições peculiares da criança e adolescente” (No prelo). Os autores referem-se à *Lei 10.216/2001* (BRASIL, 2001) que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, como analisam:

[...] na área de saúde mental o atendimento às crianças e aos adolescentes não vem apresentando sintonia ou respeito às normas legais. O legislador brasileiro não tem observado os novos parâmetros sobre direitos humanos, em especial o respeito à preservação do superior interesse da criança e do adolescente, e não tem oferecido soluções consentâneas com a singularidade das pessoas que se acham em fase de desenvolvimento e representam camada social altamente vulnerável diante das desventuras sociais e políticas de nosso país, razão pela qual devemos acolher iniciativas que façam valer a doutrina da proteção integral a elas (No prelo).

De acordo com publicação do Ministério da Saúde *Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil* (BRASIL, 2005), os serviços de saúde mental para crianças e adolescentes,

dentro da perspectiva que hoje rege as políticas de saúde mental no setor, devem assumir uma função social que extrapola o fazer meramente técnico do tratar, e que se traduz em ações, tais como acolher, escutar, cuidar, possibilitar ações emancipatórias, melhorar a qualidade de vida da pessoa portadora de sofrimento mental, tendo-a como um ser integral com direito a plena participação e inclusão em sua comunidade, partindo de uma rede de cuidados que leve em conta as singularidades de cada um e as construções que cada sujeito faz a partir de seu quadro (BRASIL, 2005, p. 14).

Nesta mesma publicação encontra-se: “Hoje, um dos maiores desafios para a área de Saúde Mental, sem dúvida, é a construção de uma política voltada para a população de crianças e adolescentes que considere suas peculiaridade e necessidades e que siga os princípios estabelecidos pelo SUS” (BRASIL, 2005, p. 9).

Vale ressaltar dois pontos contidos na publicação: *desafio para construção de uma política voltada para a população de crianças e adolescentes*, assim como, *pessoa portadora de sofrimento mental*.

Em relação ao primeiro ponto, pode-se concluir que essas políticas estão em processo de elaboração e implantação. Nada está pronto, existe um caminho a ser percorrido, repleto de desafios. A publicação traz recomendações gerais de princípios para uma política nacional de saúde mental infanto-juvenil, e também diretrizes operacionais para os serviços de saúde para crianças e adolescentes.

Quanto à expressão *pessoa portadora de sofrimento mental*, cabe indagar quem são essas pessoas e a que sofrimento mental se refere a diretriz. O(a) menino(a) de rua ou o jovem que está abrigado em instituições e não apresenta psicopatologia diagnosticada estaria aí incluído? Isso porque não fica claro a que sofrimento mental se refere a publicação. Como a hipótese colocada nesta dissertação é que a “escolha” pela rua pode ser um indicador de saúde, reconhece-se que esses jovens que procuram a rua não necessariamente são portadores de doenças mentais. Estariam eles incluídos na clientela que apresenta sofrimento mental? É certo que os jovens podem apresentar sofrimento psíquico nas ruas, no entanto, não fica claro se o sofrimento mental que se refere à política, diz respeito apenas aos que têm patologias psiquiátricas. Caso o(a) menino(a) de rua não esteja contemplado pela diretriz, qual serviço de saúde mental o acolheria, uma vez que ele, ao vivenciar situações de riscos sociais, pode viver, também, intenso sofrimento psíquico?

A *Portaria MS n.º 336* (BRASIL, 2002), de 19 de fevereiro de 2002, define os parâmetros para a área ambulatorial, estendendo o alcance dos serviços substitutivos de atenção diária, como também orienta novos serviços específicos para a área da infância e adolescência (CAPSi) e a de álcool e drogas (CAPSad). O CAPSi, de acordo com a referida *Portaria*, constitui-se como um serviço de atenção psicossocial para atendimento a crianças e adolescentes com transtornos mentais. Seria este dispositivo o lugar de atenção para os(as) meninos(as) de rua?

Sabe-se que os jovens com doenças mentais necessitam de um lugar próprio para sua assistência, que antes eram misturados com adultos doentes ou não, não entende-se, entretanto, a exclusão de outros jovens, que também eram misturados aos loucos e, mesmo sem terem desenvolvidos patologias graves, vivem semelhantes riscos psicossociais e precisam de um suporte à sua saúde mental. Um trabalho integrado, como já foi desenvolvido no CARIM (IPUB/UFRJ) entre 1998-2003, demonstrou que esta troca foi benéfica no tratamento dos dois grupos (LEITE & SAGGESE, 2008). Acredita-se que esta é uma questão que precisa ser mais discutida.

A partir desse panorama debruçar-se-á diante da política de atendimento, das medidas de proteção e da prática de ato infracional do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a), partindo da idéia central da *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento* enquanto um alerta à saúde mental infanto-juvenil. Considera-se que o cumprimento das leis *Constituição Federal* (BRASIL, 1988) e do *ECA*, no que diz respeito à proteção integral à criança e ao adolescente, é um indicador de saúde mental. Por conseguinte, compreende-se que o não cumprimento da *CF* e do *ECA* poderia, então, acarretar risco psicossocial.

2.1. Medidas de proteção inseridas na política de atendimento

No advento do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a), baseado na *Constituição Federal* de 1988 (BRASIL, 1988, art. 227), surge uma nova política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, que diferentemente da política proposta pela *Lei* anterior (*Código de Menores – Lei Federal 6.697/79*) se efetiva “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (*ECA*, 1990, livro II, título I, capítulo I, art. 86) e não mediante juizados de menores, então implantados.

O artigo 90 do *ECA* (BRASIL, 1990a) traz sete modalidades de atendimento para programas de proteção e sócio-educativos, em regime de: orientação e apoio sócio-familiar; apoio sócio-educativo em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; semiliberdade; internação, para os quais as entidades de atendimento devem estar voltadas. Essas entidades precisam ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 91) pertinentes e, de acordo com o artigo 95 (BRASIL, 1990a), fiscalizadas pelo Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares (órgão permanente e autônomo não jurisdicional, incumbido pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos definidos no *Estatuto* – art. 131).

Dar-se-á, aqui, ênfase aos programas especiais de abrigo – *equipamento* (esta é a nomenclatura utilizada pelas equipes técnicas dos mesmos) coletivo, no qual o abrigado, criança ou adolescente, não é privado de sua liberdade; e internação – medida sócio-educativa que priva a liberdade do adolescente que cometeu ato infracional⁷.

As entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo têm que seguir alguns princípios, são eles:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupo de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito (*ECA*, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92).

Observa-se, no artigo 92 (BRASIL, 1990a), o intuito que o legislador teve de preservar os direitos das crianças e adolescentes que encontram-se em regime de acolhimento. A conservação dos vínculos familiares; a integração em família substituta; a não-transferência, sempre que possível, para outros abrigos; e a preparação gradativa para o desligamento

⁷ “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.” Cf. Brasil (*ECA*, 1990, livro II, título III, capítulo I, art. 103).

resguardam respectivamente a criança e o adolescente da institucionalização sofrida por muitos com o *Código de Menores* (BRASIL, 1979). O atendimento personalizado e em pequenos grupos reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e pessoas singulares. O cumprimento desses princípios garantem a saúde mental infanto-juvenil.

Ainda, o legislador, ciente do papel de proteção, define no art. 94 da *Lei*, vinte obrigações para as entidades que desenvolvem programa de internação, podendo-se destacar a garantia dos direitos dos adolescentes infratores e o caráter sócio-educativo da internação. Pode-se considerar que o exercício dessas obrigações preserva a saúde mental dos jovens em conflito com a *Lei*:

- I – observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- II – não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;
- III – oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- IV – preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V – diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;
- VI – comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;
- VII – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
- VIII – oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;
- IX – oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- X – propiciar escolarização e profissionalização;
- XI – propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XII – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XIII – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- XIV – reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XV – informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;

XVI – comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;

XVII – fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;

XVIII – manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

XIX – providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XX – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação dos seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

§1º. Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programa de abrigo.

§2º. No cumprimento das obrigações a que alude este artigo as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94).

Após voltar-se a atenção para os artigos do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) trazidos aqui se percebe a real intenção do legislador em ultrapassar o assistencialismo e a marca correcional/ repressora deixada pela *Lei Federal* anterior (6.697/79). A política de atendimento a crianças e adolescentes se alterou, porém não como previsto no *ECA* e, esses continuam dependentes de instituições de abrigamento, passagem, triagem, dentre outras, assim como jovens infratores que são inseridos em programas de internação, sem que se cumpram as medidas sócio-educativas. E “manter a atenção voltada para que o atendimento institucional não massacre todo desejo que surge na criança [e adolescente] e gere uma situação de apagamento do sujeito” (ALTOÉ, 2008, no prelo) é a questão que se põe para todo profissional que trabalha direta ou indiretamente com crianças e adolescentes em instituições de abrigo e internação. O real cumprimento da *Lei* pode servir de norte e balizar esse olhar e fazer, atentos, desses profissionais.

2.2. Medidas de proteção e prática de ato infracional

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) “adota a doutrina da ‘proteção integral’, preconizada pela Declaração e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança” (SÊDA, em comentário ao art. 98, CURY, 2006, p. 318, grifo do autor) elucidando as circunstâncias nas quais as medidas de proteção devem ser empregadas.

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por *ação* ou *omissão* da *sociedade* ou do *Estado*;

II – por *falta*, *omissão* ou *abuso* dos *pais* ou *responsável*;

III – em razão de *sua conduta* (ECA, 1990, livro II, título I, art. 98, grifo nosso).

A *Lei* considera que os primeiros responsáveis pela ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes são a sociedade e o Estado. É importante destacar que neste artigo o Estado reconhece sua possível omissão, marcando, provavelmente, o resgate de uma dívida social para com a infância e adolescência brasileira.

Para Leite (2002), o artigo 98 do *ECA* (BRASIL, 1990a) estabelece três situações em

que se aplicam as Medidas Protetivas: quando o jovem encontra-se ameaçado ou com seus direitos violados por omissão ou abuso: (1) do Estado; (2) dos familiares, pais, responsáveis; (3) em razão de sua própria conduta. Nas duas primeiras, classificam-se os fatores históricos do abandono social, relativo à negligência das políticas públicas brasileiras. [...]. A terceira situação apresenta como “fator de risco e de ameaça contra si mesmo”, a conduta do próprio jovem. Mesmo sem entrar no mérito do tipo e razão do risco que um jovem pode se colocar – já que correr riscos é uma forte característica deste grupo etário – o *ECA* determina-lhe o direito à proteção integral da Lei (p. 1, grifo do autor).

A legislação admite que o jovem pode vir a ter o seu direito à liberdade ameaçado ou violado em função de um ato infracional. Além disso, menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis⁸ (*ECA*, 1990, livro II, título III, capítulo I, art. 104). À criança (0-12 anos) aplica-se as *medidas específicas de proteção* (*ECA*, 1990, livro II, título III, capítulo I, art. 105), já ao adolescente (12-18 anos) as *medidas sócio-educativas*, podendo vir a perder seu direito de liberdade devido à gravidade da infração (*ECA*, 1990, livro II, título II, capítulo II, art. 112).

De acordo com o artigo 112 do *ECA* (BRASIL, 1990a), quando for verificada a prática do ato infracional algumas medidas poderão ser aplicadas: (I) advertência; (II) obrigação de reparar o dano; (III) prestação de serviços à comunidade; (IV) liberdade assistida; (V) inserção em regime de semi-liberdade; (VI) internação em estabelecimento educacional; e (VII) qualquer uma medida mencionada no artigo 101. Pode-se vislumbrar caráter pedagógico nas três primeiras medidas; na quarta há a intenção manifesta de fortalecimento dos vínculos

⁸ “É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.” Cf. Brasil (Código Penal, 1940, título III, art. 26).

familiares e comunitários (ECA, 1990, livro II, título II, capítulo II, art. 100). No entanto, a medida VI restringe o direito à liberdade contendo em si questões delicadas no que diz respeito à *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*.

A ordem das medidas aplicadas, da primeira à sexta, diante de prática de ato infracional não é aleatória. Existe uma gradação (inter)relacionada entre medida e gravidade do ato infracional cometido que é iniciada com *advertência* e finalizada com *internação*. Esta estrutura sendo cumprida pode favorecer a integridade da saúde mental do adolescente.

Cabe destacar no artigo 121 do ECA (BRASIL, 1990a) “a doutrina mais avançada na matéria, abrangendo tanto a doutrina da proteção integral das Nações Unidas quanto as idéias mais avançadas dos atuais estudos de controle social.” (MENDEZ, em comentário ao art. 121, CURY, 2006, p. 414). O autor se refere aos seguintes instrumentos internacionais que tratam da privação de liberdade dos jovens: *Convenção sobre os direitos da criança* (BRASIL, 1990b), *Regras de Beijing* (ONU, 1988) e *Regras mínimas das nações unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade* (ONU, 1990). Estes inspiram a medida privativa de liberdade inaugurada pelo ECA no que, sinteticamente, Gomes da Costa (CURY, 2006) nomeia: limite cronológico, lógico e ontológico, reportando-se respectivamente aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*, apresentados na *Lei*.

Também, de suma importância, o artigo 122 § 2º: “Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada” (ECA, 1990, livro II, título III, capítulo II, seção VII, art. 122) reitera o artigo 121, ampliando de forma integral sua característica de excepcionalidade. Há uma preocupação do legislador para com a saúde mental do sujeito infrator ao colocar a internação como uma exceção e, esta ocorrendo, a exigência de ser de curta duração e respeito ao desenvolvimento do jovem. Infelizmente, na prática a regra acaba virando exceção:

De acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Rio de Janeiro apresentou, em 2006, apenas 461 adolescentes cumprindo *medidas de meio aberto*, sendo que desses apenas 35 prestavam serviços à comunidade (SEDH citado por BRENNER & MONTEIRO, 2007, grifo nosso).

Percebe-se, a partir dos dados citados acima, que pouca importância é conferida, por parte dos dirigentes governamentais, à medida de liberdade assistida (ECA, art. 112, IV) que para Sotto Maior, em comentário ao artigo 112 (CURY, 2006) é a que traz melhores condições de sucesso, por estar estrategicamente direcionada a intervir no laço sócio-familiar do jovem.

O *Código de Menores* (BRASIL, 1979) reforçava o caráter total da internação e a institucionalização. O *ECA* (BRASIL, 1990a) veio romper com esta concepção através de sua abordagem sócio-educativa. Infelizmente, poucas experiências de medida de internação no Brasil têm alcançado o resultado pretendido pelo *ECA*. A experiência do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) em São Carlos (SP) tenta demonstrar, onze anos depois de sua promulgação, que o *Estatuto* pode ser eficaz na redução da criminalidade e na ressocialização de adolescentes infratores: “Em 1998, São Carlos registrou 15 homicídios cometidos por adolescentes. Entre 2001 – [...] – e 2005, os números caíram para dois por ano. Em 2006, nenhum caso foi registrado” (LAVOR, 2007). O segredo para o sucesso do NAI? Atuação em rede (Justiça, Educação, Saúde, Esporte, Cultura); atenção integral ao jovem (dinâmica e humanização de atendimento, acompanhamento educacional, atenção à saúde); reinserção na comunidade (LAVOR, 2007).

Seguindo a mesma perspectiva, o Programa *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito*, coordenado por Leite (2006), proporciona a investigação das “escolhas” que os jovens desafiados fazem para suas vidas. Esta estratégia objetiva gerar, através da reabilitação psicossocial, a promoção da saúde mental (BOTELHO & LEITE, 2007). Toma-se o adolescente desafiado como um “analisador” (MARTY, 2006) do “descaso histórico-social” (LEITE, 2003) das ações brasileiras; suas narrativas como um importante recurso para desvelar a subjetividade através da voz do próprio sujeito. Acolhe-se, acompanha-se e assiste-se, sem precipitações, pois se considera que algo pode ser feito quando a situação é ainda sensível à intervenção, apostando-se no tempo do próprio jovem.

Quando se propõe a discussão das bases das políticas públicas voltadas para a juventude desafiada, não se deve deixar de lado o vasto alcance das contribuições winnicottianas no que se refere ao momento do desenvolvimento psíquico do sujeito e constituição da identidade. Essas estão para além da Psicanálise, pois atingem a Saúde, a Família, a Educação, o Social, a Justiça e também podem alicerçar *suficientemente bem* a prática dos profissionais destas áreas, no lidar com a criança ou o adolescente *anti-social* (BOTELHO *et al*, 2008).

Winnicott, ao longo de sua obra, ressalta um *continuum* entre natureza e cultura através de uma perspectiva historicista, diferentemente da teoria freudiana que marca uma oposição entre estas (PLASTINO, 2007). A partir deste referencial, o autor identifica maturidade com saúde, destacando o “papel desempenhado pela família” (WINNICOTT, 1965/2005, p. 129) no estabelecimento da saúde individual. Para ele, o movimento espontâneo da vida se atualiza no

sujeito se o ambiente for favorável. O *ambiente suficientemente bom* – aquele que favorece as tendências espontâneas – possibilita a saúde tanto do indivíduo quanto da sociedade. Este *ambiente* facilita a concretização do potencial da criança, entretanto não determina os desdobramentos de sua constituição psíquica. Outros fatores (bio-psico-sociais) favorecem ou não seu desenvolvimento.

Vários (des)caminhos podem resultar de uma falha ambiental experienciada pela criança; um deles seria a *tendência anti-social*. Para Winnicott (1956/2000) “uma criança torna-se *de-privada* quando é destituída de algum aspecto essencial de sua vida em família”. (p. 409). O autor localiza a origem da psicose na *privação* original, quando essa se dá por falha do ambiente no momento do nascimento da criança. Mas, em contraponto, a *tendência anti-social* se funda *a posteriori* pela perda daquilo que foi positivo na experiência inicial da criança até um determinado estágio de seu desenvolvimento psíquico: a *de-privação*. Winnicott diferencia *tendência anti-social* de psicose pelo *estado de maturidade do ego*. A criança psicótica é possuidora de um *ego imaturo*, pois desconhece a falha externa reconhecendo-a internamente, sendo esse fato último, o possível desencadeador da psicose; a criança *anti-social* é mais *madura* egoicamente reconhecendo inconscientemente que existe uma perda externa, uma falha do ambiente (BOTELHO, 2007).

A *tendência anti-social* não é um diagnóstico, mas sim uma *disposição* que pode existir em qualquer indivíduo. Ela força o ambiente a tornar-se importante:

Quando as forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é pôr para fora o seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa (WINNICOTT 1939/2005, p. 98-9).

Existem duas direções na *tendência anti-social*: (1) o roubo – que implica esperança – quando a criança busca, em outro lugar, o objeto perdido; e posteriormente (2) a destrutividade – quando a criança busca a *provisão ambiental* perdida. Desta segunda direção decorre uma característica própria da criança *anti-social*, a atuação, que visa provocar no outro uma reação de autoridade, que a contenha através de “cadeias emocionais ou físicas”. (WINNICOTT, 1965/2005, p. 94). O autor destaca a mentira, a incontinência e a desordem generalizada, como outras manifestações da *tendência anti-social* (1965/2000).

Há uma possível passagem entre *tendência anti-social*, *delinqüência* e *psicopatia*. Winnicott (1959-1964/1983) descreve a *psicopatia* como a *delinqüência* não curada e a *delinqüência* como a *tendência anti-social* não tratada. A *tendência anti-social* se configura

na época em que a *capacidade de envolvimento* está se desenvolvendo, ou seja, no prelúdio da socialização. Para o autor “o envolvimento refere-se ao fato de o indivíduo *preocupar-se* ou *importar-se*, e tanto sentir como aceitar responsabilidade” (1963/2005, p. 111, grifo do autor). Desse modo, a *tendência anti-social*: “acontece num momento em que o indivíduo está estruturando a sua identidade [...]. Nessa época, a identidade ainda é um projeto” (BOGOMOLETZ, 2007, p. 5). Admitindo a precoce evolução da *tendência anti-social*, pode-se vislumbrar uma subversão da compreensão do fenômeno delinquência e, por conseguinte, do fenômeno crime.

Para Freud (1916/1996) a necessidade de punição interna é motivação para o ato delinquente, salientando a importância da procura compulsiva pela punição, seja ela por vias internas ou externas. Contudo, a atitude transgressora não é só uma busca pela punição. É principalmente uma procura de alívio. O ato ilegal acarreta certamente numa interdição e, conseqüentemente, em um ato exterior punitivo, porém carrega consigo um profundo alívio ao sentimento inconsciente de culpa. Este alívio é resultante de um afrouxamento do *sentimento de culpa* proveniente do complexo de Édipo (ambivalência amor/ódio). Winnicott (1958/1983) explorou a etiologia da culpa – aceitação de responsabilidade – a partir do percurso freudiano:

Os trabalhos de Freud revelam como a verdadeira culpa se situa na intenção inconsciente. O crime verdadeiro não é a causa do sentimento de culpa; é antes o resultado desta culpa, culpa que pertence à intenção criminosa. Somente a culpa legal se relaciona com o crime; a culpa moral se relaciona com a realidade interna (p. 20).

Winnicott (1958/1983) localiza o princípio da culpa na ambivalência amor/ódio. Para ele, estes elementos são fundamentais para a constituição das relações humanas. Num *ambiente suficientemente bom*, pouco a pouco, o *sentimento de culpa* – que pressupõe algum grau de crescimento emocional, normalidade do *ego* e esperança – se constrói no indivíduo a partir da relação com a mãe ou substituto proporcionado pela reparação⁹. Logo, o *sentimento de culpa* será uma conquista do sujeito promovida pela ambivalência *suficiente* experienciada no *ambiente*. Será através da oportunidade de reparação que o sujeito poderá assumir a responsabilidade por seus impulsos e, por conseguinte, a criatividade se estabelecerá.

Considerando que o sujeito *anti-social* teve um *ambiente suficientemente bom* inicial e que este foi perdido, ou seja, houve falha da figura de referência – quem cuida fisicamente do bebê – pode-se inferir que o desenvolvimento do *sentimento de culpa* e a oportunidade de

⁹ Reparação: “Mecanismo descrito por Melanie Klein pelo qual o sujeito procura reparar os efeitos produzidos no seu objeto de amor pelas suas fantasias destruidoras.” Cf. LAPLANCHE & PONTALIS (1998, p. 447-8).

reparação ficaram abalados. Este será o contexto que marca o *desenvolvimento* da *tendência anti-social* e orienta uma relação singular entre sujeito e sociedade. O *anti-social* irá reivindicar o ambiente perdido recorrendo à sociedade: “A criança anti-social está procurando de um modo ou de outro, violenta ou brandamente, levar o mundo a reconhecer sua dívida para com ela, está tentando fazer com que o mundo reconstitua o quadro de referência que se desmantelou” (WINNICOTT, 1963/2005, p. 174).

O cenário, portanto, que o *anti-social* impõe à sociedade é o efeito do desaparecimento da figura de referência. Este fenômeno pode ser entendido enquanto uma transgressão que provoca reações sociais. No início, o ato transgressor não é suficiente para o delinqüente, mas repetido compulsivamente, assume características de ganho secundário. Quando esses predominam na cena, “o trabalho de resgatar a ausência do sentimento de culpa será muito mais árduo” (BOGOMOLETZ, 2007, p. 13). Winnicott (1958/1983) ressalta que “a variante mais comum de comportamento anti-social não é tanto a culpa que é reprimida” (p. 29), mas sim “a fantasia que explica a culpa” (p. 29). Pode-se, então, concluir que o *sentimento de culpa* é a origem do ato *anti-social* e a transgressão, seu representante simbólico.

Para Winnicott (1956/2000) o ato *anti-social* é uma expressão de esperança, de conseguir retomar o estado anterior da perda: “nada mais é, por vezes, do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes” (1946/2005, p. 131). Essa compreensão é de suma importância para o manejo com os sujeitos que apresentam tal *disposição*. Em seu texto: *A juventude não dormirá*, Winnicott (1964/2005), utilizando uma citação shakespeariana sobre a questão dos jovens arruaceiros, afirma que “o elemento *anti-social*, [...] é *concreto* em alguns adolescentes, e *potencial* em quase todos” (1964/2005, p. 178). O potencial infinito do jovem gera inveja no adulto, que está conhecendo, por sua vez, suas limitações reais (Winnicott, 1964/2005). O autor afirma que a “cura da adolescência” é proporcionada pelo fator tempo, notando que “a maior parte das vociferações provém daqueles que são incapazes de tolerar a idéia de uma solução com o tempo, em vez de uma solução através da ação imediata” (p. 177).

2.3. Resultados da pesquisa *Juventude, Desafiliação e Violência*¹⁰

O estudo coordenado por Leite (2007) *Juventude, desafiliação e violência* o qual serviu de pano de fundo para esta pesquisa de mestrado, pôde fornecer, a partir da voz dos próprios adolescentes, ferramentas para se refletir acerca do cumprimento do *Estatuto da Criança e do*

¹⁰ Os dados relatados aqui encontram-se no relatório final da pesquisa (LEITE, 2007). Retomaremos alguns dados no capítulo 3 e nas Reflexões finais.

Adolescente (BRASIL, 1990a) e, por conseguinte, da própria *Constituição Federal* (BRASIL, 1988), assim como, apontar criticamente brechas deixadas por estas *Leis*. Nesse estudo, Leite investigou o grau de enraizamento psíquico existente nas relações de sociabilidade que os jovens desafiados estabelecem com a Rede de assistência social no município do Rio de Janeiro e mostrou através da história de abrigo de 30 jovens que: (1) dos 30 entrevistados, 19 manifestaram a vontade de retornar para casa, 09 disseram não saber da família e 02 não se referiram ao tema; (2) no ambiente dos abrigos, percebeu-se diante da análise das 30 entrevistas, que os jovens não têm a singularidade valorizada sendo obrigados a fazer escolhas cuja responsabilidade é maior do que o suporte psicossocial que lhes é oferecido; (3) alguns entrevistados referiram se sentir ignorados pelos educadores, percebendo que além de não lhes dirigirem a atenção necessária, por vezes são ríspidos e grosseiros; (4) apenas 01 adolescente, dos 30 entrevistados, passou por um só abrigo, os outros perfizeram a média de passagem por 04 abrigos/adolescente; (5) a esperança que os jovens alimentam, em geral, de que no abrigo terão a chance de um desenvolvimento social e intelectual através da escolarização e da profissionalização, faz com que a proximidade dos 18 anos, quando terão que se desligar, seja temida; (6) a partir das falas dos jovens entrevistados, em geral, foi possível interpretar como abandono por parte das instituições a grande ociosidade dentro das mesmas; (7) a pesquisa buscou identificar nas narrativas, perspectivas para a construção de um projeto de vida que, quase sempre, se relacionou à família, à educação e ao trabalho e se define de acordo com a dinâmica do significado desses elementos na história de vida de cada um. Os projetos de vida, em sua maioria, eram idealizados e fora da realidade do jovem; (8) dos 30 entrevistados, 15 estavam estudando e 12 pretendiam voltar a estudar. Os demais não responderam a esta questão; (9) verificou-se a baixa escolaridade da maioria destes jovens – da 3ª à 6ª série do ensino fundamental (respectivamente 4º ao 7º ano do ensino fundamental, de acordo com a nova nomenclatura do MEC), – o que se contrapõe com a possibilidade de realização de seus projetos de vida; (10) pôde-se perceber que o universo do abrigo pode influenciar na formação de ideais e no leque de possibilidades de identificação para o adolescente, determinando sua escolha profissional. Um dado significativo é que dos 30 entrevistados, 08 se interessam por profissões na área de assistência, e 07 jovens pretendem ingressar na carreira militar.

Confrontando os princípios (art. 92), as obrigações (art. 94), as necessidades pedagógicas (art. 100) e o caráter protetivo, provisório e excepcional (art. 101) do *Estatuto* (BRASIL, 1990a) com os resultados citados acima se pôde delinear as seguintes reflexões:

a) quanto à “preservação dos vínculos familiares” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92, I) e o “diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94, V) percebe-se o esforço para o cumprimento da *Lei* – a vida em instituições acaba sendo recorrente nos relatos sobre a família. Alguns jovens referiram que mães, pais, irmãos e avós, também vivem e/ou viveram em abrigos/ internatos. Questiona-se, em tais circunstâncias, até que ponto essas figuras de referência puderam dar a seus filhos o *ambiente facilitador e protetor* que gostariam. Sem terem um *ambiente suficientemente bom* e adequado para si, podem ter reproduzido o mesmo vácuo para os seus filhos. Como citado anteriormente, nas 30 entrevistas, 19 jovens manifestaram a vontade de retornar para casa, 09 disseram não saber da família e 02 não se referiram ao tema. Isto demonstrou que o elo familiar não se desfez em 63% dos entrevistados, o que não significa que esta família referida seja a família nuclear, mas alguém que o jovem reconhece como família: padrasto, avó, vizinho, tio distante, qualquer adulto que cumpre uma função familiar, ou mesmo uma namorado(a). Dos 30 entrevistados, 06 referiram ter filho(a). O desejo de dar continuidade ou reatar laços familiares, assim como proporcionar aos familiares melhores condições de vida, apareceram com frequência, sendo que a educação e o trabalho parecem surgir no imaginário desses jovens como meios para que esse desejo se concretize.

b) quanto ao “atendimento personalizado e em pequenos grupos” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92, III), o “oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94, III) e o “preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94, IV) aponta-se, o cumprimento da *Lei*, dentro do possível – uma das constatações de outra pesquisa de Leite (2006) foi a necessidade de se analisar questões subjetivas que interferem nas relações entre os adolescentes e as instituições que os atendem. Dentre estas questões destaca-se o desejo dos jovens serem vistos como sujeitos de escolhas pelos projetos que lhes são dirigidos; e a oscilação da grande maioria dos projetos entre o paternalismo/assistencialismo/repressão, não levando em conta os objetivos para os quais foram criados e o público que devem atender. Ser anulado como sujeito naquilo que diz e na autoridade sobre o que é de sua propriedade, mesmo em situações banais do cotidiano, principalmente num fundo perverso que se evidencia na forma de acolher esses meninos(as), na maioria das vezes gera tanto ou mais violência no trato entre as pessoas. Dentro das instituições pesquisadas parece, ainda, se reproduzir a repulsa social e se espera

que, por medo, eles não reajam. Podendo-se enxergar desamparo nesses jovens institucionalizados, talvez se possam criar novos olhares na relação com eles, singularizando as regras, atividades e a aplicação da disciplina. Desta forma, os *equipamentos* poderão cumprir a *Lei* à risca. Como consequência desse cumprimento, na medida do possível, como visto acima, percebeu-se diante da análise das 30 entrevistas que os jovens não têm a singularidade valorizada sendo obrigados a fazer escolhas cuja responsabilidade é maior do que o suporte psicossocial que lhes é oferecido. Alguns entrevistados referiram se sentir ignorados por educadores, percebendo que além de não lhes dirigirem a atenção necessária, por vezes são ríspidos e grosseiros, dando a entender o não preparo no aspecto da saúde mental para o exercício desse trabalho. Pôde-se supor, a partir das narrativas dos meninos(as) entrevistados(as), que os(as) que estão na Rede de abrigos não contam com um espaço adequado para a constituição e o desenvolvimento de seus projetos de vida. Em suas narrativas surgiram vários aspectos de uma “identidade sonhada” (GAULEJAC, 1999), impossível de ser atingida, diante da realidade que lhes é imposta.

c) quanto a “evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92, VI) percebe-se que o *ECA* não está sendo cumprido, pois uma alta circularidade se dá e uma nova institucionalização está sendo constituída – como já mencionado, somente 01 jovem, dos 30 entrevistados, passou por 01 só abrigo, alguns passaram por 06, 07 abrigos, 02 jovens passaram por 08 abrigos. Os 30 jovens entrevistados perfazem a média de passagem por 04 abrigos/adolescente. A transitoriedade dentro do sistema, seja pela obrigatoriedade da mudança de instituição de acordo com a faixa etária, seja pelo não cumprimento de algumas regras pelo adolescente, favorece a alta mobilidade dos jovens, principalmente dos que não conseguem por si próprios manter-se muito tempo dentro de um abrigo. Mesmo quando as condições são favoráveis, o jovem torna transitória sua permanência neste local, o que se pode supor seja um recurso psíquico ante a quebra de vínculo permanente, muitas vezes à sua revelia. A rotatividade dos jovens na rede de abrigos é outro fator crucial, eles mapeiam os abrigos e projetos diversos, chegando mesmo a manipular a burocracia para conseguir algumas vezes burlá-la. A cartografia das instituições é clara para os jovens, eles sabem o que cada casa de acolhida oferece e aprendem a escolher e a negociar nos Conselhos Tutelares.

d) quanto à “preparação gradativa para o desligamento” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92, VIII) verifica-se uma não-efetivação desse princípio da *Lei* – para alguns jovens a situação de abrigamento é vivida como uma oportunidade de mudar o destino

e eles tentam usar esse aparato legal para constituir um projeto de vida. O abrigo é muitas vezes percebido por esses adolescentes como o lugar que propiciará a realização de seus projetos, especialmente os ligados à educação e à formação profissional. Essa esperança que os jovens alimentam, em geral, faz com que a proximidade dos 18 anos, quando terão que se desligar, seja temida. Além do sentimento de impotência, constatou-se, também, a vulnerabilidade a que esses adolescentes estão expostos em função de suas histórias de vida. O sistema de abrigos não propicia ferramentas necessárias para que esses(as) meninos(as) possam competir, após os 18 anos, na vida social e conquistar melhores condições de vida.

e) quanto ao “desenvolvimento de atividades em regime de co-educação” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 92, IV), o “propiciar escolarização e profissionalização” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94, X), o “propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer” (ECA, 1990, livro II, título I, capítulo II, seção I, art. 94, XI) e as “necessidades pedagógicas” (ECA, 1990, livro II, título II, capítulo II, art. 100) nota-se, novamente, o cumprimento não adequado dos princípios e obrigações do *ECA*, provavelmente como consequência do cumprimento, na medida do possível, já mencionado acima: preservação da identidade e, por conseguinte, atendimento personalizado – a partir das falas dos jovens entrevistados, em geral, foi possível interpretar como abandono por parte das instituições a grande ociosidade dentro das mesmas, revelando a ausência de oportunidades no campo social para possibilitar relacionamentos que efetivem habilitá-los no sistema da troca de bens, de qualquer natureza. Muitos jovens demonstraram, na prática, o pensamento de Winnicott (1965/1980) no que se refere à maturidade que o jovem pode atingir na vida adulta, se tiver condições facilitadoras. “É sempre uma relação viva entre as pessoas que dá o espaço adequado, necessário ao verdadeiro crescimento” (p. 47). A pesquisa buscou identificar nas narrativas, perspectivas para a construção de um projeto de vida que, esse quase sempre, se relacionou à família, à educação e ao trabalho e se define de acordo com a dinâmica do significado desses elementos na história de vida de cada um. Para alguns jovens a situação de abrigamento é vivida como uma oportunidade de mudar o destino e eles tentam usar esse aparato legal para constituir um projeto de vida. Observou-se, através dos relatos, que os jovens muitas vezes projetam o futuro baseados em um sentimento de onipotência, sem uma noção clara da realidade e de seus próprios limites. Eles buscam o prazer imediato ou se gratificam com os sonhos, não havendo uma correspondência entre esses sonhos e as possibilidades concretas para a sua realização. A escola e os estudos foram valorizados pela maioria dos adolescentes e também o desejo de constituir uma nova família, muitas vezes

idealizada. Pôde-se perceber que o universo do abrigo pode influenciar na formação de ideais e no leque de possibilidades de identificação para o adolescente, determinando sua escolha profissional. Um dado significativo é que dos 30 entrevistados, 08 (27 %) se interessam por profissões na área de assistência – continuidade da institucionalização, e 07 (23 %) jovens pretendem ingressar na carreira militar – outra forma de institucionalização, ou seja, 50% dos jovens entrevistados agregam de alguma forma, aos seus projetos de vida, a institucionalização. Dos 30 entrevistados, 15 (50%) estavam estudando e 12 pretendiam voltar a estudar. Os demais não responderam a esta questão. Verificou-se a baixa escolaridade da maioria destes jovens – da 3ª à 6ª série do ensino fundamental (respectivamente 4º ao 7º ano do ensino fundamental) – o que se contrapõem aos seus projetos de vida. A escola apareceu nos relatos como a fonte de salvação para o futuro. Em respostas sobre o tema alguns jovens pareciam repetir as frases do senso comum sobre a escola, sem realmente acreditar no que estavam falando, nem mesmo, talvez, entendendo seu significado. Faz-se necessário, também, examinar o papel desempenhado pelas oficinas e cursos profissionalizantes, que para alguns jovens geram muitas expectativas. Eles valorizam esses cursos e têm orgulho dos certificados que recebem, acreditando que estão solidificando seus currículos e se preparando para o mundo do trabalho.

f) quanto ao caráter protetivo, provisório e excepcional (ECA, 1990, livro II, título II, capítulo II, art. 101) observado nas entrevistas concedidas à pesquisa de Leite (2007) é possível afirmar: por todas as narrativas dos adolescentes entende-se que dificilmente essas instituições conseguem criar um espaço de convivência entre os jovens e as equipes, seja por qual razão for. Não é uma tarefa simples atender às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, às demandas dos meninos(as) abrigados. Entretanto, nota-se que eles tendem a se vincular a essa Rede de atenção social quando são recebidos por profissionais que, principalmente, “conversam”. O abrigo também aparece como local que sugere certo cuidado, apoio e atenção de outras pessoas para com os jovens, o que os faz querer permanecer na mesma instituição. Algumas vezes percebe-se na narrativa deles que o abrigo é algo natural, nem sempre tomado como um lugar de passagem, podendo significar proteção para a família, com ofertas que podem ser uma chance de um futuro melhor. Outro fator importante que precisaria ter um olhar mais atento é o grande número de jovens que têm, de certa forma, algum contato com o mundo das drogas, seja por ser um simples usuário ou por temer represálias de facções ou da milícia, já que participavam de algum esquema ou seus irmãos/familiares estarem implicados com o tráfico. A instituição apareceu em muitos relatos

como um local de proteção contra o uso de drogas e outras condutas que podem interferir na saúde mental do jovem.

Vale salientar, o contorno simbólico que o *ECA* (BRASIL, 1990a) pode favorecer no que tange: uma perspectiva de reabilitação social, visando a saúde mental, através da tomada de responsabilidade do Estado para com o jovem desafiado; uma abertura para a escuta deste; e conseqüentemente, uma valorização para a constituição de sua identidade. Todavia, a prática muitas vezes se dá diferente da teoria. Alguns (des)encontros entre juventude e *Lei* são manifestos na dificuldade do manejo com o jovem.

A compreensão de que cumprimento do *Estatuto de Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) e da *Constituição Federal* (BRASIL, 1988) é indicador de saúde mental e de que seus descumprimentos favorecem riscos psicossociais às crianças e aos adolescentes conduzem essa pesquisa do início ao fim. Verificou-se com a história oral narrada pelos jovens entrevistados nuances de cumprimentos e descumprimentos das *Leis* como será visto a seguir.

CAPÍTULO 3 – *Juventude desafiada, rua e saúde mental*

3.1. Descrevendo os caminhos da pesquisa

Esta pesquisa de mestrado está vinculada à (1) Pesquisa *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito* (2006), desenvolvida na pós-graduação do Instituto de Psiquiatria, (Registro Sigma/UFRJ n°. 12639/2005. Aprovado CEP IPUB/UFRJ n°. 0008.0.249.000-06), e ao (2) Projeto de Extensão (PIBEX 2007-II) *Juventude, desafiliação e violência*, ambos coordenados pela Professora Ligia Costa Leite. O objetivo central desta pesquisa, seguindo o objetivo geral da Pesquisa de Leite (2006), é investigar como o processo de subjetivação de adolescentes em situação de risco psicossocial/violência pode se articular com os (des)caminhos sociais que eles encontram/“escolhem” para suas vidas. Em decorrência, investigar aspectos do sofrimento psíquico nos riscos psicossociais vividos pelos adolescentes inseridos na pesquisa e levantar indicadores de saúde mental presentes na subjetivação destes jovens. Para tanto parte-se da seguinte hipótese/questão: a “escolha” pela rua poderia ser um indicador de saúde mental?

O Projeto PIBEX (LEITE, 2007) foi o campo desta pesquisa. Os elementos levantados pelo primeiro serviram de dados para a segunda. Como apresentado no capítulo 2, o objetivo do Projeto extensionista era estudar o grau de enraizamento psíquico existente nas relações de sociabilidade que os jovens desafiados estabelecem com a Rede de assistência social no município do Rio de Janeiro. Visando: (a) delimitar que tipo de instituição/projeto/proposta/ação os jovens nomeiam como abrigo; (b) identificar formas de violência silenciosa que interferem na saúde mental dos jovens e muitas vezes os levam a assumir a violência como uma forma de linguagem interpessoal; (c) reconhecer indicadores de saúde mental e/ou de riscos psicossociais.

A fim de facilitar o desenvolvimento das entrevistas foi elaborado um roteiro semi-estruturado. A entrevista se deu no diálogo com o entrevistador e direcionada para coletar narrativas, muitas vezes subjetivas de ambas as partes, conseqüentemente alguns jovens não responderam alguns itens. O roteiro compôs-se dos seguintes temas: família; rua; instituição; projeto de vida. Em decorrência, dentro de cada categoria, tópicos de interesse foram explorados, tais como diversos tipos de violência (física, psíquica, silenciosa ou simbólica); abandono e/ou proteção; recursos individuais; noções de temporalidade; laços afetivos. Cita-

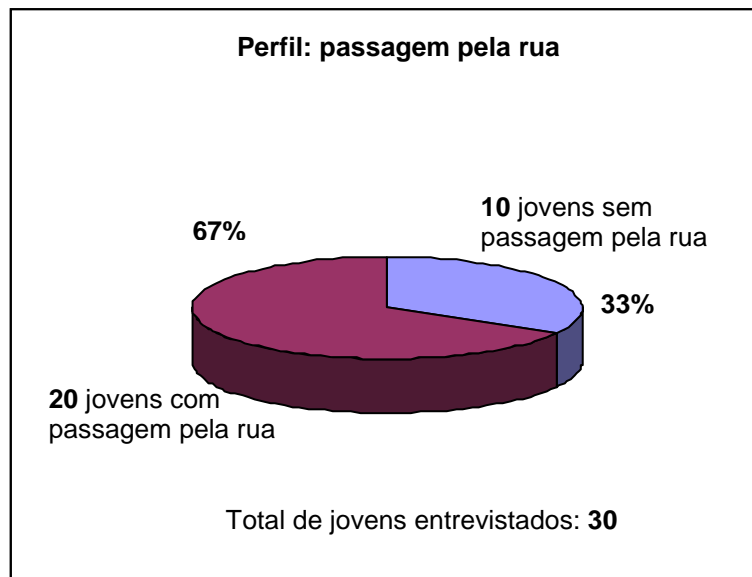
se abaixo o que foi abduzido em cada categoria, segundo o relatório final da Pesquisa (Leite, 2007):

- Família: investigou-se sua estrutura, os laços afetivos e a realidade sócio-cultural.
- Rua: o(s) motivo(s) de ida para a rua; meio(s) pelo(s) qual(is) os jovens garantiam sua sobrevivência; o(s) atrativo(s) e o(s) problema(s) na rua; como eram e se davam as relações com outros jovens na rua; e a(s) percepção(ções) que estes tinham da rua.
- Instituição: pesquisou-se a chegada no(s) abrigo(s); como acontece(m) a(s) transferência(s) para outro(s) abrigo(s); o convívio com os outros abrigados; o cotidiano com os educadores e técnicos; o(s) encaminhamento(s) e acompanhamento(s) da escolarização, profissionalização, assim como a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer; sentimento de aprisionamento, ociosidade, entre outras vivências.
- Projeto de vida: as expectativas para a saída da instituição; pensamentos, sentimentos e desejos relativos à escola, ao trabalho, à família e ao futuro.

O trabalho de campo da pesquisa foi realizado entre setembro de 2007 e janeiro de 2008. Foram entrevistados 30 adolescentes, 15 meninas e 15 meninos (esta divisão não foi proposital, já que os/as jovens se auto-escolheram), os quais serviram de base para a análise que será apresentada em seguida. Quatro instituições do sistema de abrigamento da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS) e também uma Organização não-governamental (ONG) configuram o campo desta pesquisa.

O perfil dos entrevistados, segundo sua passagem ou não pela rua, pode ser visualizado no gráfico seguinte:

GRÁFICO 1



O Projeto PIBEX proporcionou uma reunião geral com representantes de diferentes dispositivos da Rede de abrigo para explicar a proposta inicial de trabalho e acolher as demandas destes. O objetivo foi construir coletivamente com estes profissionais, mecanismos de intervenção apropriados para o contexto dos jovens. Nessa mesma reunião, 05 abrigos se auto-escolheram, ampliando o campo da pesquisa, que originalmente era de 04 casas de acolhida.

Em cada instituição parceira, onde foram realizadas as entrevistas, houve, no mínimo, 01 reunião, para explicar para toda a equipe técnica do abrigo, o objetivo, metodologia, justificativa e como seria implementado o projeto de extensão naquela instituição.

A equipe interdisciplinar de pesquisadores que tocou o Projeto *Juventude, desafiliação e violência* compôs-se de uma pedagoga (coordenadora), três psicólogas (supervisoras) e quatro estagiários-bolsistas de graduação em psicologia – um PIBIC e três PIBEX (estes realizaram e transcreveram as entrevistas). Na etapa preparatória foram efetuadas: discussão teórica entre a equipe interdisciplinar; reuniões com os abrigos parceiros para mapear o campo da pesquisa; elaboração de roteiro de entrevistas; treinamento da equipe que iria a campo. No campo, primeiramente, realizou-se: auto-seleção dos jovens que seriam entrevistados; realização de 06 entrevistas-piloto para verificação da adequação do roteiro. Após perceber-se a necessidade de reformulação do modelo das entrevistas retornou-se ao campo com o roteiro semi-estruturado definitivo, realizando-se 24 entrevistas com 24 jovens auto-escolhidos. A etapa de análise final do material coletado, após a transcrição das entrevistas semi-dirigidas, ocorreu em seguida terem sido realizadas todas as etapas

anteriores. O Projeto realizou seminários de divulgação dos resultados e a confecção para posterior publicação de artigo científico. Em fevereiro de 2008 foi aprovado financiamento da FAPERJ, para publicação do livro *Juventude, Desafiliação e Violência* lançado pela Editora Contra Capa em agosto de 2008, constando alguns capítulos com os resultados do PIBEX 2007-II.

Foi realizada somente 01 entrevista com os abrigados entrevistados, com duração média de 40 minutos por sessão. Alguns temas foram mais complicados de serem abordados, por exemplo, a dificuldade que os entrevistados demonstraram em falar sobre a família nas entrevistas-piloto fez a equipe repensar a ordem do roteiro de entrevista. Deixou-se, assim, as questões relativas à família para o final, momento onde presumia-se que algum vínculo, mesmo que diminuto, entre entrevistado e entrevistador já deveria ter se estabelecido.

Todavia, a mobilização dos sentimentos sempre esteve presente, expressando-se em suas faces, nos seus gestos, nas lágrimas, no tom da voz, nas supressões dos relatos, demonstrando quanto os temas os tocavam. Acredita-se que, mesmo minimamente, as entrevistas tenham contribuído para a auto-reflexão desses jovens, através do contato com o entrevistador, do escutar suas próprias palavras, do narrar suas histórias.

Finalizada a etapa de trabalho de campo, o processamento das informações contidas nas entrevistas foi efetuado com a transcrição média de 20 horas de gravação e os dados foram organizados para a aplicação da teoria da comunicação a fim de articular, através das narrativas dos jovens, as vivências objetivas/ subjetivas estabelecendo categorias e pontos de análise que atravessam estas vivências. A leitura do vasto material coletado serviu de base para a análise que será apresentada ainda neste capítulo.

O nome dos abrigados e aqueles citados por eles são fictícios para efeito de preservação de suas identidades, assim como algumas situações de contexto foram modificadas para garantir o sigilo e anonimato das fontes. Todas as instituições receberam o nome de Abrigo. Obteve-se o consentimento informado dos jovens através de seus responsáveis legais no momento das entrevistas: os diretores das instituições de abrigo. No quadro 1, a seguir, há uma listagem dos entrevistados, de forma a facilitar a compreensão e conduzir o leitor.

QUADRO 1 – Dados gerais sobre os entrevistados

| <i>Jo vem</i> | <i>dade</i> | <i>Escolari dade</i> | <i>Passagem pela rua</i> | <i>Situação Familiar</i> |
|-------------------|-------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| Jul iana | 6 | 2ª série* E.F. | N | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Cl ara | 4 | 4ª série E.F. | S | NI |

| | | | | |
|-------------|---|--|---|--|
| Ca rla | 5 | 3 ^a +4 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Ei aine | 4 | 6 ^a série E.F. | S | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Lu ana | 3 | 3 ^a série E.F. | S | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Ali ne | 3 | 5 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Úr sula | 6 | 5 ^a +6 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Sil vio | 4 | NI | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Ire ne | 3 | 5 ^a série E.F. | N | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Ed uardo | 5 | 5 ^a +6 ^a série E.F. | S | NI |
| Olí via | 6 | NI | S | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| André | 7 | 5 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Pedro | 2 | 3 ^a série E.F. | S | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Cláudio | 6 | 6 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Ronaldo | 5 | 7 ^a série E.F. | S | NI |
| Vitória | 7 | 4 ^a série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Olga | 7 | 5 ^a +6 ^a série E.F. | N | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Heloisa | 6 | 7 ^a série E.F. | N | NI |
| Ziraldo | 7 | 7 ^a série E.F. | N | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| César | 6 | 6 ^a série E.F. | N | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Leandro | 6 | 6 ^a série E.F. | S | NI |
| Bernardo | 6 | 4 ^a série E.F. | S | NI |
| Tatiana | 6 | 7 ^a série E.F. | N | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Olavo | 7 | 6 ^a série E.F. | N | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Zélia | 4 | 5 ^a série E.F. | N | NI |
| Vitor | | 6 ^a série | N | NI |

| | | | | |
|---------|---|------------------|---|-------------------------------------|
| | 7 | E.F. | | |
| Álvaro | 4 | 6ª série E.F. | S | Não tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Cosme | 4 | 7ª série E.F. | S | NI |
| Iracema | 5 | 4ª série E.F. | S | Tem irmão(s) na rua e/ou abrigo |
| Beto | 1 | 2ª série E.F. | S | NI |

S – Sim

N – Não

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

E.F. – Ensino Fundamental

(*) – Na ocasião das entrevistas a nomenclatura utilizada pelo MEC era série e não ano.

Neste quadro, verifica-se defasagem idade/série – 3ª à 6ª série do ensino fundamental (respectivamente 4º ao 7º ano do ensino fundamental). A idade média dos abrigados entrevistados é 15 anos. Dos 30 entrevistados, 20 (67%) *têm passagem pela e rua* e 10 (33%) *não têm*. Percebe-se que 09 entrevistados *têm irmão(s) na rua e/ou abrigo*, 11 *não têm irmão(s) na rua e/ou abrigo* e 10 não informaram. Discutiremos estes dados posteriormente, assim como outros que serão apresentados oportunamente.

Todas as informações anteriormente relatadas foram referidas pelos entrevistados. Vale ressaltar que a análise que será feita posteriormente é calcada somente nas informações ofertadas pelos jovens.

3.2. Metodologia

São referenciais metodológicos deste estudo: Minayo (2007) – aprofunda a abordagem qualitativa em pesquisa. Thompson (2002) e Alberti (2007) – descrevem aspectos metodológicos do registro da história oral com ênfase nas narrativas do sujeito. Gaulejac (1999) – marca uma importante distinção entre narrativas (subjetivas, atemporais e próprias do mundo psíquico do sujeito) e histórias de vida (objetivas, cronológicas e contextualizadas dentro do tempo social).

3.2.1. Abordagem qualitativa, história oral e narrativas de vida

Utilizou-se como método a abordagem qualitativa. Para coleta, a história oral de 30 jovens, com idades entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos que se encontram inseridos em programas de abrigos no município do Rio de Janeiro, em função das medidas protetivas

definidas por *Lei (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/90)*. Para análise, a teoria da comunicação para articular, através das narrativas dos jovens, as vivências objetivas/ subjetivas estabelecendo categorias e pontos de análise que atravessam estas vivências.

Segundo Minayo (2007) “[...], as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos” (p. 57). Vale ressaltar que pesquisa em saúde, com abordagem compreensiva, denota que suas conclusões não são generalizáveis, porém permitem inferências acerca do objeto estudado (Minayo, 2007).

Segundo Thompson (2002) na história oral a experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser utilizada como matéria-prima. Esta é evidência oral. O método da história oral manifesta natureza criativa e cooperativa. Ela trata de vidas individuais baseando-se na fala. Leva a história para dentro da comunidade e colhe a história de dentro da comunidade. Auxilia os menos privilegiados a conquistar dignidade e autoconfiança. Proporciona o contato, a compreensão entre classes sociais e gerações.

Um dos principais alicerces do trabalho com história oral é a narrativa. Acontecimentos e situações vivenciados pelo sujeito entrevistado são transmitidos a partir de narrativas. O entrevistado, portanto se constitui no momento da entrevista, pois ao relatar sua história ele transforma a situação vivida em linguagem, após escolher, separar, organizar e dar sentido aquilo que pretende comunicar. A narrativa está para além do particular, de uma “versão”, ela possibilita a compreensão da realidade (Alberti, 2007).

Gaulejac (1999) faz uma distinção entre história e narrativas de vida: a primeira é objetiva, cronológica, vivida dentro do tempo social, já as narrativas são subjetivas, vividas no tempo psíquico, que é atemporal. Enfim, primeira é construída por outros que transmitem ao sujeito, a segunda é a própria subjetividade do sujeito, que vai levá-lo a trabalhar sua trajetória individual. “Contar a história é um meio de jogar com os tempos da vida, de reconstruir o passado, de suportar o presente e colorir o futuro” (p. 20).

O autor apresenta a dinâmica dos processos de ajustamento entre as identidades prescrita, sonhada e adquirida, partindo da hipótese que “o indivíduo é o produto de uma história na qual ele procura se tornar sujeito”. No entanto, continua, “este indivíduo é multi-determinado socialmente, inconscientemente, biologicamente e essas determinações o confronta às contradições que o obrigam a fazer escolhas, a inventar as mediações, a encontrar ‘respostas’, soluções, escapatórias...” (Gaulejac, 1999, p. 11, grifo do autor).

A partir da identidade prescrita o sujeito se confronta com o peso da sua história familiar, com o impacto da ordem genealógica, a qual está na constituição da identidade e no lugar que é dado a cada um no momento do nascimento. Gaulejac (1999) afirma que muitas vezes a história familiar pode aprisionar certos indivíduos, da mesma maneira que pode ser, para outros, um suporte indispensável para estruturar a identidade.

Para Alberti (2007) as entrevistas são indícios para conhecer o passado e também o presente. A experiência histórica do entrevistado torna o pretérito mais concreto, conseqüentemente, atraente na difusão do conhecimento. As entrevistas evidenciam o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo e elucidam formas próprias de comportamento. A autora questiona até que ponto uma narrativa de vida pode fornecer informações sobre a história da sociedade. Ela afirma que entrevistas de história oral podem evidenciar, sem consumir por completo, a potencialidade de uma sociedade ou de um grupo.

O momento das entrevistas possibilita reflexão, especialmente para quem conta sua história. A fala é o caminho de troca, de entendimento de situações vividas, pouco pensadas e, mesmo sem intenções terapêuticas, esse processo pode apresentar um resultado significativo para os jovens, uma vez que a memória narrada pode influir na realidade e trazer transformações (Leite, 2007).

Thompson (2002), acerca da dimensão terapêutica do trabalho de história de vida, avalia que:

recordar a própria vida é fundamental para o nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança. A dimensão terapêutica do trabalho de história de vida tem sido uma descoberta que sempre se repete (p. 208).

Usar a história oral dá legitimidade e contextualidade à voz dos jovens desafiados, como sujeitos de suas vidas. Suas narrativas podem trazer um conjunto de fatores que condensam a vida do grupo de adolescentes que está fora do ambiente familiar e comunitário, em função da fragilidade ou perda dos laços familiares. Com a fala dos jovens torna-se possível formular hipóteses que possam indicar caminhos de mudanças na compreensão da desafiliação, fugindo dos significados que o senso comum lhe dá (Leite, 2007).

3.3. Resultados e análise

O Projeto PIBEX¹¹ (Leite, 2007), através das entrevistas conduzidas pelos estagiários, ao coletar as histórias de abrigo e vivência na rua de 30 jovens, com idades entre 12 e 17 anos, que se encontram inseridos em abrigos no município do Rio de Janeiro, deparou-se com 20 jovens que *tiveram passagem pela rua*. Destes 20, 09 eram meninas e 11 meninos. A idade com que esses jovens foram para a rua, pela primeira vez é, em média, de 13 anos. O tempo de permanência na rua variou entre 02 dias, mais de uma vez, até o tempo máximo citado de 03 anos e 05 meses, ininterruptos. Verificam-se tais dados no quadro 2, abaixo.

QUADRO 2 – Dados sobre primeira idade que foram para rua e tempo de permanência na rua

| <i>Jovem</i> | <i>Idade</i> | <i>Passagem pela rua</i> | <i>Primeira idade que foi para rua</i> | <i>Tempo de permanência na rua (em dias, aproximadamente)</i> |
|--------------|--------------|--------------------------|--|---|
| Juli ana | 16 | N | - | - |
| Cla ra | 14 | S | 9 | NI |
| Car la | 15 | S | 14 | “3 dias algumas vezes” |
| Elai ne | 14 | S | 13 | “Vários dias” |
| Lua na | 13 | S | 08 | 730 |
| Alin e | 13 | S | 12 | 730 |
| Úrs ula | 16 | S | 13 | 1245 |
| Silv io | 14 | S | 13 | 365 |
| Iren e | 13 | N | - | - |
| Edu ardo | 15 | S | NI | “Vários dias” |
| André | 17 | S | 13 | 730 |
| Olív ia | 16 | S | NI | “Um tempo” |
| Pedro | 12 | S | 09 | 365 |
| Cláudio | 16 | S | 12 | 150 |
| Ronaldo | 15 | S | 13 | “3 dias algumas vezes” |

¹¹ Neste capítulo retomam-se alguns pontos já apresentados no capítulo 2.

| | | | | | |
|----------|---|---|---|----|------------------------|
| Vitória | 7 | 1 | S | NI | "5 dias algumas vezes" |
| Olga | 7 | 1 | N | - | - |
| Heloisa | 6 | 1 | N | - | - |
| Ziraldo | 7 | 1 | N | - | - |
| César | 6 | 1 | N | - | - |
| Leandro | 6 | 1 | S | 14 | 730 |
| Bernardo | 6 | 1 | S | 15 | "Não muito tempo" |
| Tatiana | 6 | 1 | N | - | - |
| Olavo | 7 | 1 | N | - | - |
| Zélia | 4 | 1 | N | - | - |
| Vitor | 7 | 1 | N | - | - |
| Álvaro | 4 | 1 | S | 11 | "2 dias algumas vezes" |
| Cosme | 4 | 1 | S | 14 | NI |
| Iracema | 5 | 1 | S | NI | NI |
| Beto | I | N | S | NI | 365 |

S – Sim

N – Não

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.1. Rua¹²

Pesquisou-se os motivos que levaram os jovens para a rua, como eles sobreviviam na rua, os atrativos e os problemas experienciados e, também, as relações com outros jovens na rua. O panorama dos dados estudados são apresentados no quadro 3, a seguir.

QUADRO 3 – Dados sobre motivo de ida para rua, sobrevivência na rua, atrativos e problemas na rua e relação com outros jovens na rua

| <i>Jovem</i> | <i>Idade</i> | <i>Motivo</i> | <i>Sobrevivência</i> | <i>Atrativos</i> | <i>Problemas</i> | <i>Relação com outros jovens</i> |
|--------------|--------------|---------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------------------|
|--------------|--------------|---------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------------------|

¹² Item e subitens adaptados de Leite (2007) para esta dissertação. Exceto tabelas e gráficos que foram construídos para ilustrar os dados obtidos e estudados aqui.

| | | | | | | | | | | | |
|------|----------|---|---|---|----|-----------------------|-----|-----------------|----------------------|---------------------------|-----------------|
| a | Clar | 4 | 1 | Violência física em casa | o | Prostituição | s | Droga | Nenhum | Ficava sozinha | |
| a | Carl | 5 | 1 | Violência física em casa | | Pedir | s | Droga | Polícia | Ficava em grupo | |
| ne | Elai | 4 | 1 | Mãe foi internada | | Pedir | s | Droga | Polícia | Ficava em grupo | |
| na | Lua | 3 | 1 | Drogas | | Pedir | s | Droga | Nenhum | NI | |
| e | Alin | 3 | 1 | Evasão após inserção em abrigo | | Roubar | s | Droga | a | Violência | Ficava em grupo |
| ula | Úrs | 6 | 1 | Evasão após inserção em abrigo | | Roubar | s | Droga | Polícia | Ficava em grupo | |
| o | Silvi | 4 | 1 | Fuga de casa | | Pedir | | Praia | Polícia | Ficava em grupo | |
| ardo | Edu | 5 | 1 | Evasão de abrigo | mo | Malabarismo | m | Nenhu | Drogas | NI | |
| a | Olívi | 6 | 1 | Evasão de abrigo | | Assistência Social | ade | Liberdade | a | Violência | Ficava em grupo |
| | André | 7 | 1 | Família | | Roubar | | Drogas | Condições climáticas | Ficava em grupo e sozinho | |
| | Pedro | 2 | 1 | Violência física em casa | | Pedir | | Nenhum | Atropelamento | Ficava em grupo e sozinho | |
| | Cláudio | 6 | 1 | Família | | Roubar | | Andar na cidade | Facção rival | NI | |
| | Ronaldo | 5 | 1 | Envolvimento de membro da família com o tráfico | | Assistência Social | | Diversão | Violência | Ficava sozinho | |
| | Vitória | 7 | 1 | Evasão de abrigo | | Aceitar oferecimentos | | Liberdade | Higiene | NI | |
| | Leandro | 6 | 1 | Envolvimento com o tráfico | | Pedir | | NI | Condições climáticas | NI | |
| | Bernardo | 6 | 1 | Envolvimento com o tráfico | | NI | | NI | Violência | NI | |
| | Álvaro | 4 | 1 | Evasão de abrigo | | Malabarismo | | Drogas | Condições climáticas | NI | |
| | Cosme | 4 | 1 | Procurar por irmãos em outro município | | NI | | NI | Violência | NI | |
| | Iracema | 5 | 1 | Família | | NI | | Nenhum | NI | NI | |
| | Beto | | N | NI | | Aceitar oferecimentos | | Colegas | Violência | Ficava sozinho | |

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

(*) outros motivos, formas de sobrevivência, atrativos, problemas e formas de se relacionar com outros jovens na rua foram citados, estes foram considerados os mais relevantes.

3.3.1.1. Motivos

Os motivos referidos da *ida para a rua*, pelos entrevistados, são inúmeros, mas de certa forma eles giraram em torno de 03 situações principais: família, abrigo e envolvimento com tráfico. A tomada de decisão envolve a família, de diversas formas; 08 entrevistados relacionaram a *passagem pela rua* via evasão do abrigo, ou seja, antes de serem inseridos no abrigo *não haviam passado por situação de rua*; o envolvimento com o tráfico e, por conseguinte, a invasão de milícia ou de outra facção na comunidade de origem, também, foi colocado como motivo. Expõem-se, a seguir, algumas narrativas¹³ referentes às origens das “escolhas” pela rua:

Quincas, 12 anos, descreve seus tênues laços familiares a partir de uma crua realidade:

Como é a sua família, como é viver com a sua família? Era bom? Ruim. Ruim? Porque? Porque lá o barraco é muito pequeno. Meu pai não trabalhava, minha mãe não trabalhava. O único que trabalhava era o meu irmão. Seu irmão fazia o quê? Vendia bananada. Você fica triste quando fala disso? [Faz que sim com a cabeça].

Outro jovem prefere não entrar em detalhes:

E porque você foi pra rua pela primeira vez? Você saiu de casa pra rua, ou foi pro abrigo primeiro? Fui direto pra rua. Problema em casa com a minha mãe. E qual foi esse problema com a sua mãe? Ah, num sei de nada, melhor ela lá e eu cá (Cláudio, 16 anos).

Amanda, 13 anos, conta sua trajetória casa-abrigo-rua, em seguida Vitória, 17 anos, narra suas evasões:

Mas aí, você tava morando em casa e foi pra rua direto? Como foi isso? Eu tava em casa, minha mãe me botou no abrigo, aí, do abrigo eu fugi e fui pra rua. E a sua mãe te colocou no abrigo com quantos anos, você lembra? Com 12. E você foi pra qual abrigo? Eu? [pensando] fui pro Abrigo. E você ficou muito tempo lá? Fiquei 01 ano. Tá. Você me disse que sua mãe te colocou no abrigo. E por que ela te colocou no abrigo? Porque num... [pensando], assim eu e ela num... [pensando] num se dava muito bem. Vocês brigavam muito? [Afirma com a cabeça que sim].

Você já teve na rua, você passou pela rua? Já, mas assim, eu passei pela rua mas, assim, num... eu não exatamente morei na rua não, sabe? Passei assim só e depois arrumei um lugar pra mim. Que idade você tinha, você ficou mais de 01 vez ou ficou 01 vez só? É. Foram várias passadas, assim. Quantos anos você tinha na primeira vez, você lembra? [Pensando] Você saiu de casa pra rua, saiu de casa direto pro abrigo? Não, eu sempre morei em abrigo. Assim, eu tinha mãe,

¹³ As falas dos entrevistadores encontram-se em itálico. As narrativas dos jovens foram transcritas exatamente como foram proferidas.

tinha casa, mas só que a minha mãe tinha problemas, que ela era alcoólatra, essas coisas, e ela não tinha condições de me criar direito, aí, a minha tia me botou no abrigo. *Com que idade?* Desde os 08 anos. Dos 08 até agora, eu tô em abrigo. *E aí, as suas passagens pela rua foram evasões? Pequenas evasões?* É, evasões. [rindo] Eu sempre acabava voltando pro abrigo.

Envolvimento com tráfico e posterior invasão da milícia, no local onde residia, provocaram a saída de casa para a rua de Leandro, 16 anos. O jovem residia com o pai, a madrasta, um irmão de 06 anos e uma irmã (não referiu à idade). Ele relatou ter uma boa relação com o pai e, alguns desentendimentos por sair de casa sem dizer para onde iria. Por conta deste tipo de comportamento era repreendido pelo pai com advertência e castigo.

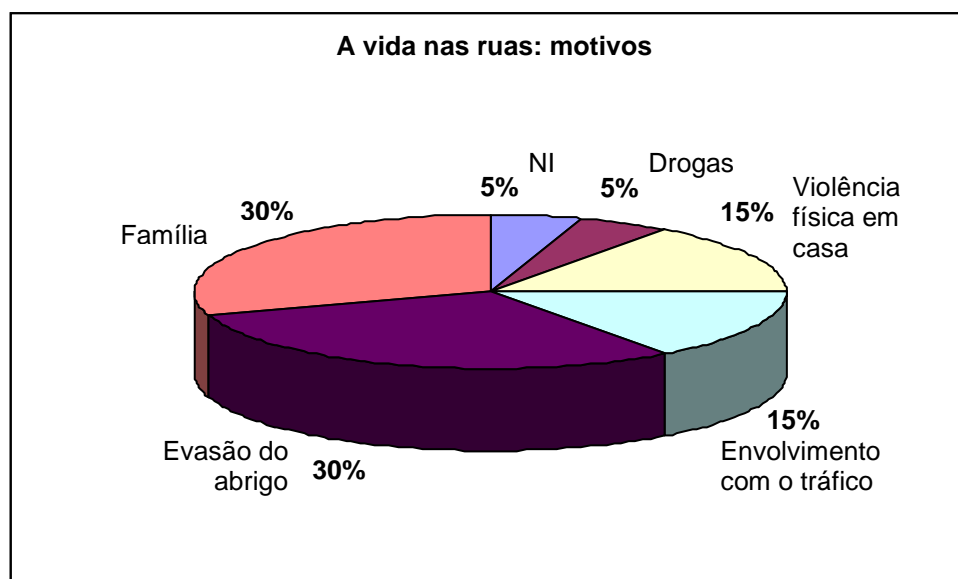
E porque você saiu de casa? Você morou lá até quantos anos? Eu morei lá? Eu morei lá desde os [...] anos. Até? Os 14. E depois você foi pra onde? Depois eu fui pra rua, porque eu me envolvi com o tráfico de lá! [...] Quando você se envolveu com o tráfico, como foi isso? Quando minha mãe vendia uns negócio lá no bar, mercado de fruta [...]. Sua quem? Minha madrasta! Sua madrasta? Eu chamo ela de mãe! [...] Aí, meu primo foi pra lá, pra ajudar ela. Aí, eu nunca tinha usado droga não, aí, ele fumou maconha e falou que era cigarro, aí, eu fui experimentar. Aí, ela falou: “tu tá com o olho vermelho!” Aí, eu falei: “mãe fumei cigarro!” Aí, ela: “cigarro? Quem te deu cigarro?” Aí, eu falei: “meu primo!” Aí, ela falou: “teu primo te deu cigarro?” Aí eu falei: “deu.” Aí, ela falou: “vou conversar com ele.” Mas falou que era maconha, aí, eu conversei com ele, mas depois disso veio vários problemas já! Ele se envolveu e também queria me envolver no tráfico, mas, sendo que ele morava em facção diferente. Aí, foi teve problema lá, aí, ele foi pra casa dele, só que eu continuei morando lá. Depois disso eu fui lá pra outra favela e saí de casa. Aí, depois disso a milícia invadiu lá e eu fui pra rua. [...]. Aí, eu fui, aí, eles me expulsaram de lá, quando eles invadiram lá eu já tava estudando, tava estudando já!

Ao longo de sua entrevista Leandro relatou sua ida para as ruas em função de seu envolvimento com uma das facções do crime organizado da cidade do Rio de Janeiro, a repercussão desse envolvimento no seu convívio familiar e a decorrente saída da comunidade após a chegada de milícia.

Nos depoimentos acima a ida para ruas parece ter sido uma contingência da realidade sócio-econômica, da falta de apoio ao crescimento dos filhos por parte da família, ou como uma distanciamento de situações estressantes que causavam sofrimento psíquico, como o caso de Quincas.

Verificam-se, no gráfico 2, abaixo, os motivos trazidos pelos jovens em suas entrevistas.

GRÁFICO 2



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.1.2. Sobrevivência

As estratégias de sobrevivência na rua, citadas pelos jovens: pedir, roubar, aceitar oferecimentos, não se reduzem ao aspecto material (alimento, abrigo), percebe-se através de seus relatos táticas baseadas na sustentação da sua capacidade de estar na rua, ou seja, *estratégias de sobrevivência psíquica*, principalmente, atravessadas pelo lúdico, como veremos em seguida na fala de Sérgio, 14 anos:

E o que você gosta na rua, que não tem em casa? Ah, um monte de coisa [pensando] tem praia [pensando] comprar doce, arrumar comida, quentinha. E isso é fácil de arrumar? É baratinho, é um R\$ 1,20! É mais fácil do que quando você está em casa? É. Ficar dentro de casa é ruim!

Sérgio estampa em sua narrativa a troca da casa pela rua. Esta última para ele apresenta atrativos como a praia; desafios de conseguir comida e a exigência de criatividade para dar conta desses desafios.

Os jovens através de suas narrativas demonstraram que agregam o espaço e o tempo da rua à sua identidade. Para eles a rua não é simplesmente um espaço público, mas um espaço privado de constituição psíquica e social. Fica nítido que ao mesmo tempo em que encontraram vínculos marcados pela violência e transgressão, encontraram também vínculos de continência. Novamente é o caso do menino Sérgio, 14 anos:

E quando você estava na rua, como era sua relação com os outros meninos? Vocês se davam bem? Aham, a gente arrumava feijão e

dividia com o outro. Tinha um menino que ele andava comigo, um maior tempão, que ele é o meu irmão de rua, agora ele tá aqui na Praça Mauá, quando eu for embora, eu vou levar ele pra minha casa. *Vai levar ele para sua casa? E ele não quer vir para cá [abrigo], não?* Não. Eu falei pra ele vim seis hora, pra ele conversar com a tia, ele não veio [...] *Ele é mais velho que você?* Não, eu sou mais velho que ele, 02 ano. *Foi fácil te aceitarem no grupo?* Não, primeiro eles vê se a gente rouba coisas deles mermo, aí, eu não pequei nada deles, aí, deixaram andar com eles. *E lá como era? Tinha um líder?* Não, não tinha líder nenhum não. *Não tinha alguém mais velho?* Só a tia que ficava lá, aí, ela não deixava mexer em nada dos outros. [...] *Essa mulher tomava conta dos meninos? É [...]. Essa tia também morava na rua?* Não, mas ela ficava.

Nesse trecho, Sérgio parece relatar a constituição de uma segunda família, a da rua, para essa convivência seus atos definiram sua aceitação à regra: não roubar o grupo. Faz menção ao que parece ser um forte vínculo afetivo com outro menino, que ele considera um “irmão de rua”, o que pode ser visto como uma companhia que ele não possui em casa.

O pedir e o roubar foram as estratégias de sobrevivência mais apontadas pelos adolescentes entrevistados. Pode-se ilustrar através da fala de Cláudio, 16 anos, a oposição entre a passividade do pedir e a atividade do roubar:

Me conta um pouquinho como é que era o dia-a-dia na rua? Como era? O que vocês faziam durante o dia todo? Como era pra se alimentar? Alimentar a gente dava um jeito, agora o que a gente só queria saber era de drogas. E pra se drogar vocês roubavam? E pra se alimentar, também? Ah, ué, tinha hora como, que eu comia alguma coisa, mas tinha dias que eu ficava sem comer nada. O que você acha que é mais importante pra sobreviver nas ruas? Ah, muita força. [...]. Quando você tava na rua, como é que você garantia a sua sobrevivência? Você falou que roubava, você fazia outra coisa pra conseguir dinheiro? Não. Não. Você nunca pediu? Não. Pedir dinheiro pra bacana? Mais fácil eu rouba ele o dobro do que eu pedi.

Apesar de Cláudio reforçar (“Não. Não”) que roubar era uma forma para sobreviver e poder usar drogas nas ruas, demonstrando procurar uma identidade diferente da passividade do pedinte, Quincas, 12 anos, assumiu ser pedinte na rua, para garantir sua sobrevivência:

Como é que era quando você ficou na rua, como era o dia-a-dia, como é que você se virava, como é que era? Pedindo. Pedindo? O que você acha que era importante pra sobreviver na rua? O que precisa ter pra você sobreviver, por que não é fácil, é? Muita coisa. Qualquer pessoa sobrevive na rua? Ter higiene, tem que arrumar coisa pra comer, muita coisa pra sobreviver. E você sempre conseguiu pedindo? Consegui pedindo. E as pessoas ajudam, ajudam mesmo? Um monte.

Já Álvaro, 14 anos, citou a prática de malabares nos sinais de trânsito. Talvez essa estratégia possa ser compreendida como uma outra forma de pedir:

Como vocês conseguiam tinner? Tia, a gente fazia malabares no sinal pra arranjar dinheiro. [...] É fácil conseguir dinheiro no sinal? Demora. [...] Como você comia? Como você fazia pra conseguir dinheiro? Eu pegava no sinal. Você costuma pedir comida, dinheiro? Eu jogava bolinha, só. Como era a relação das pessoas no sinal, elas dão dinheiro, elas xingam, elas falam alguma coisa? Xingam não. O que elas dizem? Às vezes elas mandam sair da rua, fala pra ir pra casa, sair da rua, algumas dá dinheiro.

A utilização de diversos serviços de assistência social oferecidos na cidade, sejam órgãos públicos oficiais, ONGs e outros informais que fazem filantropia, também foram citados por 02 jovens. Ronaldo parece recorrer a uma entidade filantrópica quando necessita se alimentar estando na rua, lá o jovem pode apenas comer, sua estada não está atrelada a outros dispositivos (legal, saúde, educação, etc) diferentemente do que é apresentado como proposta pela Rede de abrigos municipais.

E quando você tá na rua como é que você garante a sua sobrevivência, como você faz pra comer? Ah, eu comia ali nas irmãs, elas são freiras, aí, dão comida assim. É o que, um projeto? É. Não chega a ser um abrigo, só tu vai lá e come, só pra... Você sabe onde é, fica ali no Centro mesmo? É. E você sempre vai lá, você já conhece, e sempre vai lá? E eles te tratam bem? É. É (Ronaldo, 15 anos).

Olívia, após conseguir no Conselho Tutelar o que desejava, se alimentar, burlava o encaminhamento que viria posteriormente, a inserção em abrigo, retornando para a rua: “Você pedia? Não [...] a gente ia pegar encaminhamento no conselho, comia no conselho e depois voltava” (Olívia, 16 anos).

Recursos individuais também foram elencados pelos jovens como elementos para sobreviver:

Que você acha que é importante pra sobreviver na rua, qualquer pessoa consegue, qualquer pessoa consegue lidar com isso, até com esse medo, com o perigo [citado anteriormente]? Tem que ter a coragem (Vitória, 17 anos).

O que você acha que é importante pra sobreviver na rua? Tem que ter alguma característica? Qualquer um sobrevive na rua? Ah [pensando] ah, sei lá, tem que ser um pouco agressivo. Tem que ser agressivo? É. Tem várias outras pessoas querendo fazer maldade. Igual uma vez ali, um moleque dormindo, soltaram uma bomba no pé dele [ri]. Estourou o pé dele todinho. Aí, por isso, que eu não gosto de ficar assim, batendo nos outros, assim, por isso que eu fico distanciado de geral, aí, eu nem sou parado [pelos policiais] por causa desses bagulhos (Ronaldo, 15 anos).

“Coragem” (Vitória, 17 anos), “agressividade” (Ronaldo, 15 anos), “força” (Cláudio, 16 anos) foram os recursos individuais mencionados quando os jovens foram questionados

acerca do que seria necessário para a sobrevivência na rua. Esses recursos podem remeter a elementos indispensáveis para a vida na rua, contido nas estratégias de sobrevivência referidas anteriormente.

Uma única jovem, de 30 entrevistados mencionou a prostituição como forma de sobrevivência:

E o que você considera importante para sobreviver na rua? Ai tia. [pensando] Pra você conseguir alimento, por exemplo. Só a prostituição tia. E você se prostituiu muitas vezes? Uhum. Até mermo pra ajudar lá em casa. Porque às vezes não tinha nada pros meus irmão comer. [Clara foi diminuindo muito o tom da voz] Aí, eu sai de noite, levava o guarda-chuva, voltava de manhã, isso na casa da minha mãe, na casa da minha mãe é [silêncio] (Clara, 14 anos).

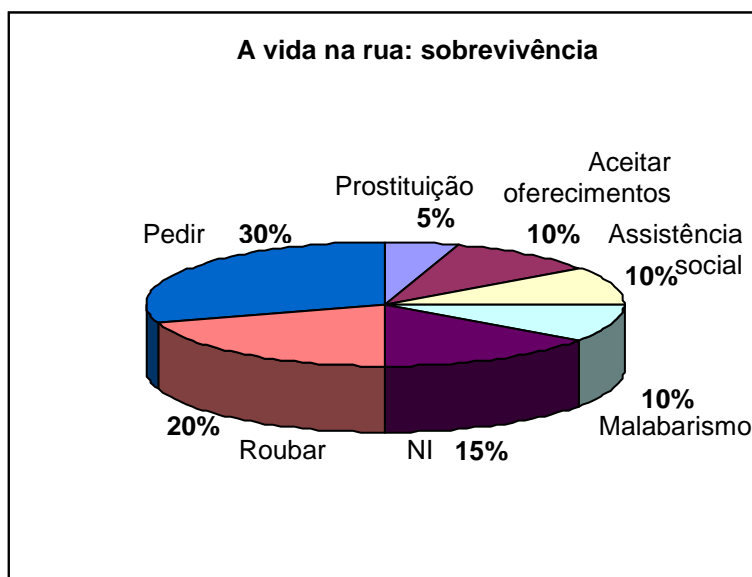
Clara usava a rua como geração de renda para a família, quando estava na casa da mãe. Relatou que fugiu de casa para não apanhar mais da mãe. Das três irmãs, é a mais

velha e foi a única a ir para as ruas. Da rua foi para um abrigo, tem contato com sua família e deseja voltar para casa. Não estava estudando quando essas informações foram colhidas. Seu projeto de vida não se refere a voltar a se prostituir, mas ser dançarina de hip-hop e fazer estágio, este último um ponto comum entre os jovens abrigados, já que é uma regra da Rede de abrigos.

E tem mais alguma coisa que te leve ao computador? Dança. Queria pesquisar tudo sobre dança naquele computador! Você usaria o computador para pesquisar sobre dança? Eu adoro tia! Oh! meu maior sonho é ser dançarina de hip-hop. (Clara, 14 anos)

Apresentam-se as estratégias de sobrevivência citadas pelos jovens em suas entrevistas, no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.1.3. Atrativos

Os atrativos da rua mencionados pelos entrevistados encontram-se relacionados, principalmente, ao uso de drogas e a fatores que se denomina aqui lúdicos, como: “praia”, “liberdade”, “andar na cidade”, “diversão”, “colegas”.

O papel do jovem na tomada de decisão na sua saída para a rua, a atração que a rua exerce sobre ele ficam estampados nas falas dos entrevistados. A liberdade, um dos atrativos da rua foi apontada por alguns jovens, como Vitória, 17 anos:

Tem alguma coisa que você pode dizer que gosta na rua? Tem alguma coisa de bom? Acho que a liberdade. É a liberdade. Eu acho bom

porque não tem nada pra se preocupar, não tem nada, só tem que sair andando, encontrar lugares assim.

Cláudio, 16 anos, proferiu em vários momentos da entrevista que não iria ficar no Abrigo, que iria pedir para sair. Estava a dois dias nesse abrigo, mas a rua parecia o chamar.

O que mais te atrai nas ruas? Você falou que já foi mais de uma vez? O que você gosta na rua? Ah, não sei, não sei mesmo [pensando]. Andar na cidade. Sair, aqui [se referindo ao abrigo] é foda, que isso? Dia de saída é só no sábado e pôxa, até seis da tarde, depois, tem que chegar e não vai sair mais, que isso?

Viver a liberdade, especialmente na ausência de regras e de uma figura adulta para definir o que eles podem/devem ou não fazer aparece em algumas narrativas, como a de Amanda, 13 anos:

Você me disse que foi pra rua porque sua mãe te colocou no abrigo e você fugiu de lá é isso mesmo? Uhum. E por que você fugiu do abrigo? Ah, porque eu gostava mais da rua. Me sentia melhor na rua. É. Mas, o que tinha na rua, que não tinha no abrigo? Ah, que eu podia usar droga, que eu podia sair, podia dormir a hora que eu quisesse, acordar a hora que eu quisesse, podia comer a hora que eu quisesse. No abrigo tem regras.

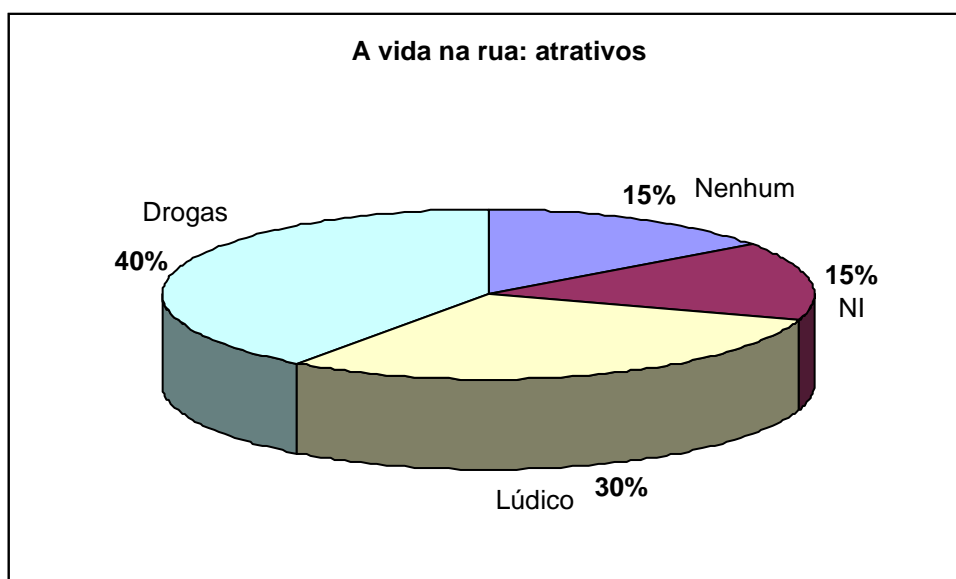
As drogas aparecem no relato de Larissa, 13 anos, como atrativo para a rua. Já no depoimento de Amanda, 13 anos, como fator de sobrevivência:

E o que te atraía mais na rua? Como assim? O que fazia você ir pra rua, ao invés de ficar em casa? Às vezes eu ficava com vontade de usar droga aí, eu saía de casa pra usar droga. Só por isso você ia pra rua? Só por isso! Então o que não teria em casa e no abrigo, que você encontraria na rua seria isso? As drogas? É. E como você entrou em contato, assim, com as drogas? Com a droga, eu via os outro usando aí, eu fui, peguei, experimentei, aí, depois eu fui e fiquei usando. Mas, você estava em casa, quando começou a usar? Tava em casa (Larissa, 13 anos).

E tinha alguma coisa que você considerava importante pra sobreviver nas ruas? Tinha. O quê? Meu tinner. E por que o tinner? Ah! Porque eu gosto muito (Amanda, 13 anos).

No gráfico 4, pode-se ter uma visão dos atrativos referidos pelos jovens em suas entrevistas.

GRÁFICO 4



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.1.4. Problemas

Os problemas enfrentados na rua e que foram expostos pelos entrevistados vão desde: “*E você chegou a enfrentar algum problema na rua? Não. Polícia, outros adolescentes, brigas, algo assim? Não. Nada disso? Eu não sou de arrumar confusão não!*” (Clara, 14 anos), até “*Qual foi a pior coisa na rua? Na rua, estupro. Aconteceu? Aconteceu*”, passando por outros tipos de violência/adversidades, como a polícia, a fome, a higiene, as condições climáticas, os aspectos da noite, atropelamento. Vale lembrar que 02 jovens referiram não ter nenhum tipo de problema na rua.

o Violências

O que você considerava ruim na rua? Os perigos? Os problemas? É [pensando], é [pensando] tiro, bala perdida, gente de judaria. “Judaria”, como assim? Judaria é assim, de maldade com o outro. Assim por exemplo, você é minha colega e eu tô dormindo, corta minha cara. E fazem isso? Comigo não fazia não, entendeu, só que eu tinha medo. Mas você chegou a presenciar alguma coisa assim? Não. Mas eu via (Amanda, 13 anos).

Amanda afirma que não presenciou violência nas ruas, ao mesmo tempo que diz que via a mesma. Sua narrativa exprime medo. Medo de tiro, bala perdida, medo que alguma maldade fosse feita enquanto encontrava-se dormindo. Medo da violência. A exposição que a rua permite, pode significar perigo.

o Polícia

Mas na rua você encontrou alguns problemas? Aham [pensando] eu fui pega pela polícia, quase fui presa ali perto do Galeão, os policiais chego a me levar pra delegacia, aí, eu cheguei lá e contei pro delegado, ou sei lá, o que eu que aconteceu, aí, eu acho que ele entendeu e me deu abrigo, me mandou pro abrigo. Aí, os polícias ainda tavam lá pra me levar e eu pulei e fugi. E aí, não foi presa? É! (Úrsula, 16 anos).

Úrsula estava até contente pelo delegado dar abrigo para ela, mas ao se deparar com os policiais – que deveriam levá-la ao abrigo, mas ela não sabia – na porta da delegacia, fugiu. Deduziu que iria ser presa, porque para ela, provavelmente, polícia significa repressão e mais violência.

A polícia é citada como um problema por 05 dos 30 jovens entrevistados, como um fator de risco, mesmo que em alguns lugares de “moradia” na rua, os policiais não agridam:

E ficou quanto tempo na rua? Fiquei uns 02 anos. E você ficava aonde? Ficava no Centro. Depois fiquei 03 meses na Zona Sul, mas sendo que lá não gostei de ficar não, porque os policias de lá, pegava dormindo no gatilho e matava os moleque lá no túnel. Era diferente ficar lá e ficar aqui no Centro? Era. Porque aqui tinha umas coisas que era melhor de lá, porque lá os cara acordava batendo, aqui não, eles acordava numa boa, conversava com a gente pra sair da rua, falava direito. Lá não, chegava batendo, já chutando, com a arma na cara (Leandro, 16 anos).

Talvez os policiais tenham atitudes diferentes, em função da zona geográfica, por conta da exigência das autoridades para que as ruas da Zona Sul fiquem limpas. A Zona Sul é local de turismo e deve manter o aspecto de limpeza e, daí mais violência contra o *refugo* que suja o cartão postal da Cidade Maravilhosa.

o Condições climáticas, aspectos da noite, fome, higiene

Necessidades básicas foram sinalizadas por alguns entrevistados no que tange os problemas enfrentados na rua.

E você chegou a enfrentar algum tipo de problema na rua? [...]. Também em dia de chuva assim é ruinzão! [...]. Eu não só passei uma vez, já passei vários dias na rua já, mas da primeira vez eu fiquei 03 dias. [...]. E das outras vezes, você pegou chuva [...]? Peguei chuva, passei fome na rua, fiquei toda suja, é [pensando] fumei maconha, várias coisas (Elaine, 14 anos).

André, qual é o principal problema que você encontra na rua? Qual a pior coisa que tem na rua? A pior coisa que tem [pensando] é as madrugadas na rua. Porque? Ah, por causa que [pensando] a pessoa assim, na rua, na madrugada com frio, sente falta de um lugar quentinho, aí, fica no frio a madrugada toda (André, 17 anos).

Talvez o relato de Olga, 17 anos, possa nos mostrar a diferença entre quem está adaptado à vida na rua e quem (ainda) não está. Foi esta a narrativa de Olga depois de ter passado uma noite na rua, por ter chegado, segundo ela, 02 minutos atrasada, na volta ao Abrigo e ter “tomado evasão”. Ela ficou na rua com outra menina e contou:

Não sei como ela conseguiu dormir, porque ela tava com uma blusa de manga grande de homem, ela enfiou as pernas dentro da blusa e ficou toda encolhida sabe, e dormiu, tranquilamente. Entendeu? Porque é menina de rua, já tá acostumada. E eu ficava, me coçando, me batendo dali, me batendo daqui por causa dos mosquitos. E olhando pra lá, olhando pra cá, espantada, com medo de alguma coisa, de alguém me agarrar, não sei, e ela dormindo, e eu olhando pra ela, nervosa, roendo unha, fumando um cigarro atrás do outro e eu cheguei aqui, caramba, nunca mais quero isso pra mim.

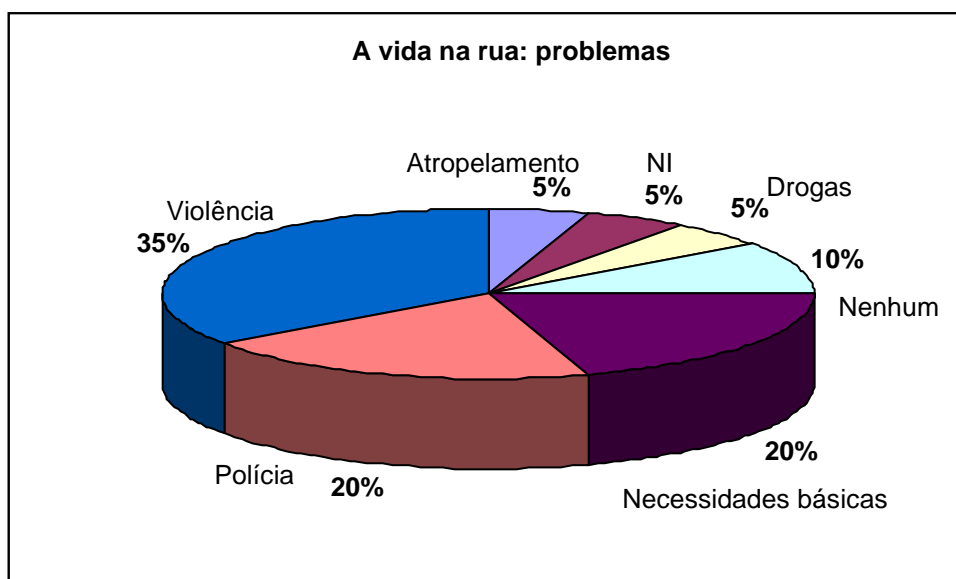
Seis de 30 jovens entrevistados relataram significativa dificuldade para dormir na rua, alguns chegaram alegar não dormir. Pôde-se vislumbrar medo, insegurança em suas palavras. Dormir em grupo tem sido uma prática comum entre esses jovens, pois “de noite o negócio pega” (Vitória, 17 anos).

E como você fazia pra dormir? Ah, eu ficava toda hora acordando, acordando, levantando. Todos os dias? [Afirma com a cabeça que sim] Durante 04 meses que você ficou na rua, você ficava fazendo isso? Uhum. E você preferia a rua ou a casa? A rua (Amanda, 13 anos).

Você já dormiu na rua algumas vezes? Já. Como é que é a rua? Ah, tipo assim, quando eu tava na rua eu nem dormia, eu ficava acordado a madrugada toda, eu já tinha visto muita covardia já, das pessoas tá dormindo e vim taca fogo, tacar pedra, então quando eu parava na rua eu não dormia procurava ficar acordado a noite toda [...] (Bernardo, 16 anos).

Visualiza-se abaixo um resumo dos problemas enfrentados nas ruas pelos(as) meninos(as) que foram entrevistados.

GRÁFICO 5



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.1.5. Relações com outros jovens na rua

Pôde-se perceber na narrativa dos jovens uma realidade diferente da compreendida pelo senso comum de que os meninos e meninas de rua são inocentes úteis, dominados por um líder, algumas vezes ainda menor de idade, que os induz a praticar ações desonestas, as quais eles não têm consciência das conseqüências. (LEITE, 2005a).

Na rua você chegou a ter contato com outros jovens? Uhum. E como era essa relação? Boa, ruim, havia brigas? Ah, a gente era tudo amigo, brincava, a gente ia pedir, eles arranjava dinheiro pra comer. E você via se tinha algum tipo de divisão entre eles? Se existia um líder? Não (Catarina, 15anos).

Úrsula, 16 anos, aponta o líder como um protetor, uma figura paterna, e não como um explorador, mesmo quando a temática é a droga:

Como era sua relação [com os outros jovens]? Conheço um monte de menor de rua! Fiz amizade com praticamente todo mundo! E na rua você percebia algum tipo de divisão entre os jovens? Tipo assim, tinha um líder? Um que mandava nos outros? Ah, tinha! E como era isso? Ah, tipo assim, tinha um colega meu que era mais velho né, e ele falava assim, é [pensando]: “você vai pra um canto e eu vou pro outro”. Ia pra um lugar e levava todos. Tipo assim ele que controlava as drogas, que controlava a nós. Se nós saísse ele falava: “vai voltar tal hora, pra não voltar tarde, ainda mais você que é mulher, não vai ficar andando por aí sozinha”. Então, ele que era o cabeça, ele era o maior de todos. Ele tinha 18 anos, agora tem 19. Ele controlava nós, a

nossa saída, marcava o horário, controlava a droga, não deixava nós usar nosso dinheiro todo num dia. Porque imagina, senão gastava tudo em droga, droga!

Fica claro que os limites impostos por esse líder eram aceitos, demonstrando a necessidade que esta jovem tinha de ser acolhida, reconhecida e protegida, o que, provavelmente, não encontrou em casa.

Larissa, 13 anos, nos revela sua vivência na rua com outros jovens:

E na rua, como era sua relação com os outros jovens? Ah, era bom! Às vez era bom, às vez era ruim. Mas, como assim? Você pode me explicar melhor? Posso. [pensando] Às vez eu arrumava dinheiro, e eles queria pegar meu dinheiro, aí, eu não dava, aí, eles saíam de perto de mim. Às vez ele ficavam junto comigo, eu e minha colega ficava junto, aí, eles ficavam com raiva que eu não dava droga pra eles também, comprava e não dava pra eles. Mas esses não andavam no mesmo grupo que vocês? Não. Vocês só se encontravam às vezes? [Afirma com a cabeça que sim].

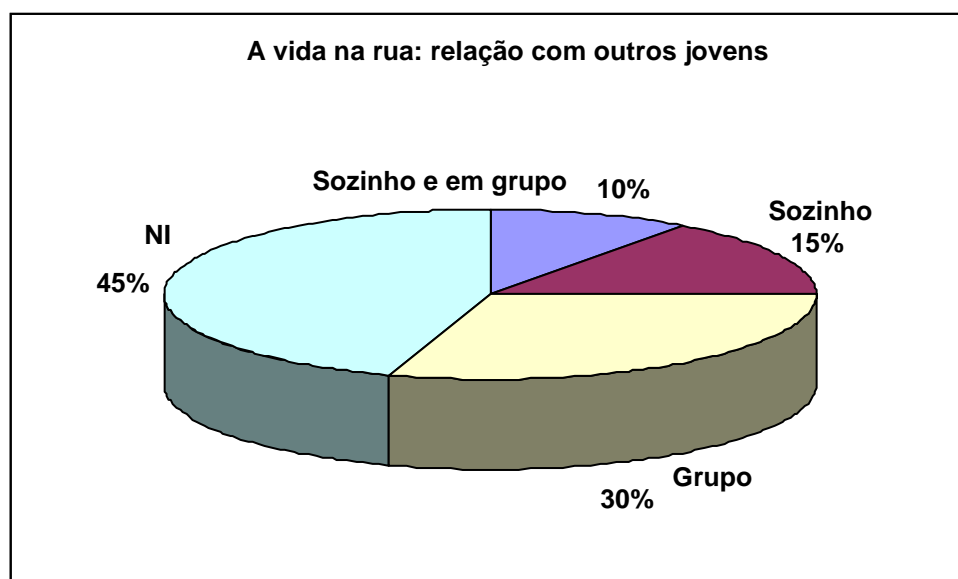
A entrevistada parece necessitar da presença de sua “colega” para se sentir segura na rua, assim como muitas meninas que passam pela rua. Ser mulher pode ser um diferencial significativo quando se fala de vida nas ruas.

Alguns jovens do sexo masculino alegaram preferir ficarem sozinhos. O motivo? Ronaldo (15 anos) opta por ficar sozinho, pois parece acreditar que o grupo atrai mais atenção da polícia.

Como era o dia-a-dia, o que vocês faziam? Ah, eu ficava, de manhã eu, [pensando] assim, mas eu nunca fiquei acompanhado na rua. Ficava sozinho? Sozinho. Sozinho mesmo. Aí, eu ia, ficava assim um tempo na praia [pensando]. [...]. Eu fico distanciado de geral, aí, eu nem sou parado por causa desses bagulhos. Parado por quem, pela polícia? É. Quando eles vê um grupo assim, aí, como, já vai lá. Aí, como eu tô fora assim, aí, por isso que eu não fico perto de ninguém.

No gráfico seguinte ilustra-se a relação que se estabelecia entre os jovens entrevistados e outros jovens em situação de rua. Faz-se necessário fazer uma ressalva aqui: como alguns adolescentes não responderam alguns itens da entrevista e o priorizado do Projeto PIBEX era a relação do entrevistado com a Rede de abrigamento o NI (não informado) apresentado no gráfico abaixo se encontra alto.

GRÁFICO 6



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.5. Contato com a família e intenção de retorno para casa

Como se pôde observar no item “3.3.1. Motivos”, os jovens referiram os seguintes motivos para a “escolha” pela rua: violência física em casa, questões relativas a família (mãe internada, divergências, fuga de casa), drogas, envolvimento com tráfico e evasão do abrigo. Arrisca-se afirmar que mesmo não sendo colocado diretamente por alguns adolescentes o motivo de saída de casa como sendo alguma questão relativa à família, o fato, por exemplo, de ter se envolvido com drogas ou com o tráfico, pode ter acarretado desentendimentos insustentáveis e, por conseguinte, a saída de casa do jovem ou a opção do familiar responsável colocar o jovem em abrigo. Somando-se os fatores: “família” e “violência física em casa” citados como motivos para a ida para a rua (ver gráfico 2) tem-se um total de 45%, ou seja, 09 de 30 adolescentes entrevistados alegaram ter “escolhido” a rua por questões familiares. Será que o *contato do jovem com sua família e a intenção de retorno para casa* encontram-se diretamente relacionados com as circunstâncias que levaram o jovem a sair de casa ou que levaram o responsável a optar pela inserção do jovem no abrigo?

Alguns jovens referiram que membros de suas famílias vivem/viveram em abrigos, têm/tiveram *passagem pela rua*. Outros experienciaram *situação de abrigo e/ou rua* juntamente com familiares. A fala em seguida revela a vida na rua de uma jovem com seus genitores:

Você já passou pela rua? Já, eu já dormi na rua, quando meu pai brigava com minha mãe, ela não tinha lugar pra ficar, ela dormia na

rua com a gente. Meu pai também já dormiu na rua comigo, eu ficava mais com meu pai do que com minha mãe, aí, eu dormi no abrigo, aí, meu pai falou “pôxa, eu vou botar você no abrigo, você dorme, vão ter uma casa, um trabalho, é por enquanto. Pra vocês não ficar na rua, é por enquanto, eu não gosto de ver minhas filhas assim, quero ter condições boas de dar pra minha filha” (Iracema, 15 anos).

Percebe-se, como informado anteriormente (quadro 1), que dos 20 jovens que *têm passagem pela rua* 05 (25%) entrevistados *têm irmão(s) na rua e/ou abrigo*; 08 (40%) *não têm irmão(s) na rua nem no abrigo* e 07 (35%) não informaram. O que estes dados podem sugerir?

Iracema, 15 anos, não é a única da família a estar em abrigo:

Você tem irmãos? Sim. Quantos? Eu tinha 07, morreu 04, agora só tem 03. Um irmão meu tá até no Abrigo. *Você tinha 07 irmãos, morreram 04, ficaram 03, eles morreram como?* Dois irmãos eram traficantes, meu outro irmão, que era mais velho não tinha se envolvido, ele só curtiu baile, essas coisas, aí, mataram meu irmão por engano, pensando que era bandido. Aí, sobraram esses 03 irmãos, eles ficam falando que quer matar meu outro irmão, minha irmã morava no morro, mas, saiu de lá, porque minha mãe não queria ela no morro, aí, botou ela no abrigo por enquanto para encontrar uma casa.

Já Úrsula, 16 anos, enfatiza que seu irmão nunca passou por situação de rua:

E ele é mais velho [irmão]? Não, tem quinze anos. Eu sou a mais velha. Ele trabalha, estuda, ele trabalha numa oficina mecânica. *E ele passou por rua também?* Não, meu irmão não, nunca, nunca!

Sete dos 30 entrevistados afirmaram terem filho(a). Destes, 04 são mães-adolescentes e se encontram em Abrigo específico para esses casos. Relatos foram feitos sobre a vida no abrigo com seus bebês. Olga, 17 anos, é um exemplo:

Assim, às vezes eu surto aqui dentro também, falo que vou embora, a gente se estressa com o educador, se estressa com o adolescente, tal. Mas, eu tiro assim, aqui graças a Deus minha filha tem fralda, tem o principal, remédio, sabe? Tem menininho lá dentro que gasta mais de 300 reais de remédio, sabe? Tem um montão de probleminha, entendeu? A mãe dele vai pra vários lugares com ele, pra médico, sabe? Então eu olho assim, eu visio por esse lado porque se eu tivesse em casa minha filha não teria... Não estaria bem cuidada assim, sabe? Aqui, graças a Deus, sempre que eu preciso tem as coisas, sabe? Se eu tivesse em casa e tivesse precisando de um remédio, será que eu teria dinheiro pra comprar naquele momento? Então, eu penso assim, minha filha não falta nada pra ela, fralda, leite, ela mama leite NAM ainda, remédio, ela tem os remedinhos dela, sabe? Às vezes um médico lá do posto dá receita, eles não tem, eles aqui compram. O mais rápido possível eles compram. Uma vez ela tava com broncolite, aí, tava com crise, aí, ela ficava muito sufocadinha e tal, eu tava até

mesmo no estágio. Aí, a educadora tinha levado ela pro médico. Menina, eu cheguei aqui em cima, desci essa ladeira correndo igual uma desesperada, nem a mochila das costas eu tirei. Aí, fui pro hospital, sabe? Aí, ela já tava saindo com ela, ela já tava melhorzinha, sabe? Eles olham direitinho as crianças, entendeu? Eu saio de manhã e deixo a minha filha dormindo no berço, aí, eles dão banho nela, eles cuidam dela direitinho.

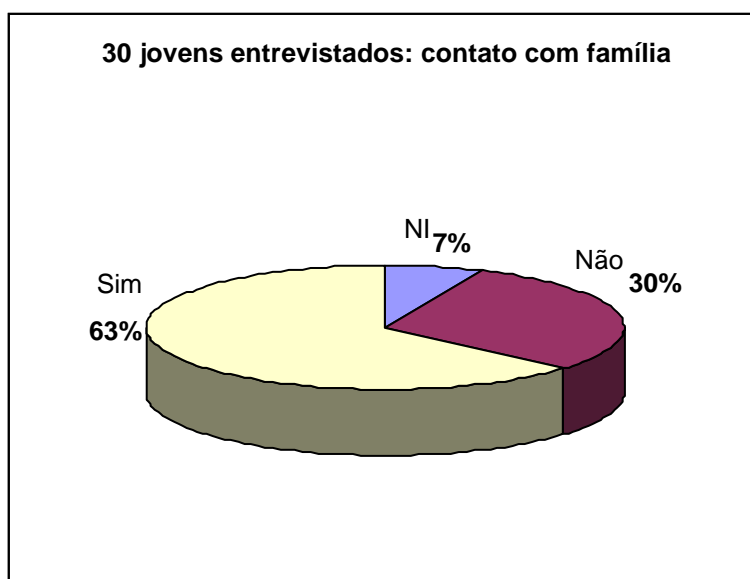
É significativo o número de jovens que *têm contato com a família de origem* – 63% de todos os 30 entrevistados, assim como os que *têm a intenção de retornar para casa* – 63% de todos os 30 entrevistados. Nota-se que 44% dos 30 jovens entrevistados *têm contato com a família e têm a intenção de retornar para casa* e 17% *têm contato com a família, mas não têm a intenção de retornar para casa*. Do conjunto de 30 jovens entrevistados: 13% *não têm contato com a família e têm a intenção de retornar para casa* e 13% *também não têm contato com a família, mas não têm a intenção de retornar para casa*. Vale lembrar que alguns jovens que *não querem voltar para casa de origem* demonstram *interesse em constituir sua própria família*. O quadro 4, gráficos 7 e 8, apresentados em seguida, resumem as estatísticas comentadas.

QUADRO 4 – Relação entre contato com a família e intenção de retorno para casa

| <i>Situação familiar</i> | <i>N.º de jovens</i> | <i>%</i> |
|--|----------------------|------------|
| Têm contato com a família e têm a intenção de retornar para casa | 13 | 44 |
| Têm contato com a família e não têm a intenção de retornar para casa | 05 | 17 |
| Não têm contato com a família e têm a intenção de retornar para casa | 04 | 13 |
| Não têm contato com a família e não têm a intenção de retornar para casa | 04 | 13 |
| Órfão | 01 | 03 |
| NI | 03 | 10 |
| <i>Total</i> | <i>30</i> | <i>100</i> |

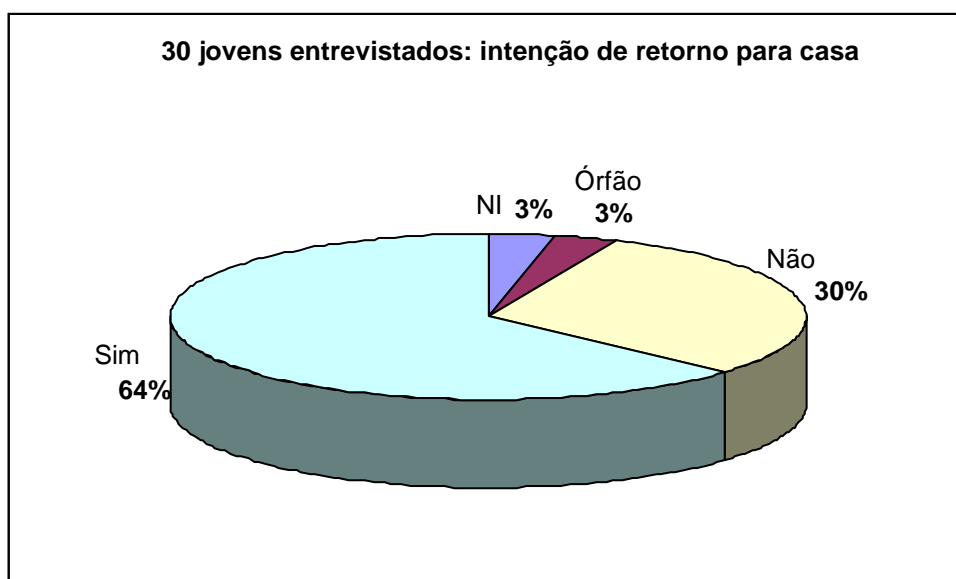
NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

GRÁFICO 7



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

GRÁFICO 8



NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

Ilustram-se tais dados com a narrativa de Álvaro, 14 anos:

Aí, você veio pra cá pro Abrigo, né, Álvaro? E você tem contato com seus pais? Tenho, final de semana às vezes eu vou pra casa do meu pai. [...] Entendi, você disse que falta um pouquinho pra você morar com seu pai? O que tá faltando? Um negócio aí, de papel, sei lá, de juiz. Você quer morar com seu pai? Quero.

Parece que se pode fazer uma conexão entre *passagem pela rua* e o *contato com a família*, pois 60% dos jovens que *têm passagem pela rua* (12 dos 20 entrevistados) *têm*

contato com a família, já 70% dos jovens que *não têm passagem pela rua* (07 dos 10 entrevistados) *têm contato com a família*. É interessante notar, e isso corrobora os dados acima, que 35% dos jovens que *têm passagem pela rua* não *mantêm contato com a família* (07 dos 20 entrevistados), ao passo que 20% dos jovens que *não têm passagem pela rua*, não *mantêm contato com a família* (02 dos 10 entrevistados).

Cláudio, 16 anos, narra sua “escolha” pela rua, sua não-relação com a família e o seu não-desejo de retornar para casa:

E porque você foi pra rua pela primeira vez? Você saiu de casa pra rua, ou foi pro abrigo primeiro? Fui direto pra rua. Problema em casa com a minha mãe [madrasta]. E qual foi esse problema com a sua mãe [madrasta]? Ah, num sei de nada, melhor ela lá e eu cá. [...]. Você não mantém contato com ninguém [se referindo a familiares]? [Faz que não com a cabeça] [pensando]. O Conselho também não deixa. Não? Se deixasse você manteria contato? Nem se o Conselho deixasse. Nem com seu pai nem com a sua mãe? Não, não, não, não, deixa eles lá, na deles. Você ficou com muita raiva? Não, o negócio é que ele escuta muito ela [a madrasta]. Algum dos seus irmãos já esteve na rua ou abrigado? Só eu. Seus irmãos moram todos com a sua mãe [a madrasta]? Com os pais. Sua mãe [a madrasta] trabalhava? Nada. Você não tem vontade de voltar a morar com nenhum deles? Não.

Os dados relativos ao exposto são exibidos no quadro 5.

QUADRO 5 – Relação entre passagem pela rua e contato com a família

| <i>Situação familiar</i> | <i>Nº. de jovens</i> | <i>%</i> |
|---|----------------------|----------|
| Têm passagem pela rua e têm contato com a família | 12 | 60 |
| Têm passagem pela rua e não têm contato com a família | 07 | 35 |
| NI | 01 | 05 |
| Não têm passagem pela rua e têm contato com a família | 07 | 70 |
| Não têm passagem pela rua e não têm contato com a família | 02 | 20 |
| NI | 01 | 10 |

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

Parece não ser possível estabelecer uma relação entre *passagem pela rua* e a *intenção de retornar para casa*. Dos 20 entrevistados que *passaram por situação de rua*, 65% demonstram *intenção de retorno para casa*, 30% *não têm esta intenção* e 05% não se referiram a este tema. Seja porque não sabem onde encontrar a família, ou não queiram encontrá-la, seja porque a família os rejeitem. Dos 10 entrevistados que *negaram terem vivido em situação de rua*, 60% *desejam voltar para casa*, 30% *não desejam* e 01 jovem é órfão. O número de meninos(as) que *têm passagem pela rua* e *têm intenção de retornar para casa* é maior do que o número de meninos(as) que *não têm passagem pela rua* e *têm intenção de*

retornar para casa. No quadro seguinte apresenta-se a relação entre *passagem pela rua* e *intenção de retornar para casa.*

QUADRO 6 – Relação entre passagem pela rua e intenção de retornar para casa

| <i>Situação familiar</i> | <i>Nº. de jovens</i> | <i>%</i> |
|--|----------------------|----------|
| Têm passagem pela rua e têm intenção de retornar para casa | 13 | 65 |
| Têm passagem pela rua e não têm intenção de retornar para casa | 06 | 30 |
| NI | 01 | 05 |
| Não têm passagem pela rua e têm intenção de retornar para casa | 06 | 60 |
| Não têm passagem pela rua e não têm intenção de retornar para casa | 03 | 30 |
| Órfão | 01 | 10 |

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

3.3.3. Relação entre passagem pela rua, frequência na escola e intenção de retorno para a escola

Dos 20 jovens que *têm passagem pela rua*, 55% *estão estudando* e 45% *não*. Dos 10 jovens que *não tem passagem pela rua*, 60% *estão estudando* e 40% *não estão*. A diferença entre quem *tem passagem pela rua* e *está estudando* e quem *não tem passagem pela rua* e *está estudando* é de 05%, ou seja, 05% a mais de jovens que *não têm passagem pela rua encontram-se estudando*, assim como 05% a mais de jovens que *têm passagem pela rua não estão estudando*.

Vale lembrar, como visto no quadro 1, que se averigua defasagem idade/série – 3ª à 6ª série do ensino fundamental (respectivamente 4º ao 7º ano do ensino fundamental, nova nomenclatura definida pelo MEC) nos jovens como um todo.

QUADRO 7 – Relação entre passagem pela rua e frequência na escola

| <i>Situação escolar</i> | <i>Nº. de jovens</i> | <i>%</i> |
|---|----------------------|----------|
| Têm passagem pela rua e estão estudando | 11 | 55 |
| Têm passagem pela rua e não estão estudando | 09 | 45 |
| Não têm passagem pela rua e estão estudando | 06 | 60 |
| Não têm passagem pela rua e não estão estudando | 04 | 40 |

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

Quando se comparou *passagem* ou *não pela rua* e *intuito* ou *não de retornar à escola* dos 15 jovens entrevistados que *não se encontram estudando* (50%), verificou-se: 74% *têm passagem pela rua*, 13% *não* e 13% não se pronunciaram a respeito.

Dez jovens que *têm passagem pela rua* e *não se encontram na escola têm intenção de retornar à sala de aula*. Um jovem que *tem passagem pela rua* e *não se encontra na escola não tem intenção de retornar à sala de aula*. 100% dos jovens que *não passaram por situação de rua desejam voltar para a escola*. Verificam-se estes dados no quadro exposto abaixo.

QUADRO 8 – Relação entre passagem pela rua e intenção de retorno para a escola

| <i>Situação escolar</i> | <i>Nº. de jovens</i> | <i>%</i> |
|---|----------------------|----------|
| Têm passagem pela rua e têm intenção de retorno para a escola | 10 | 91 |
| Têm passagem pela rua e não têm intenção de retorno para a escola | 01 | 09 |
| Não têm passagem pela rua e têm intenção de retorno para a escola | 02 | 100 |
| Não têm passagem pela rua e não têm intenção de retorno para a escola | 0 | 0 |
| NI | 02 | - |

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar

Beto que relatou ter passado 01 ano em situação de rua, comenta sua situação escolar:

Você tá na escola? Não. Você já estudou? Já, pô. Você tá em que série? Na segunda. Você pretende voltar a estudar? Você gosta do colégio ou não? Gosto. Estudava, mas era à noite. Aí, sei lá, no Abrigo, eu, o Walter e a Vivian, nós três, a gente matava aula pra, como, pra comprar cigarro, pra comprar maconha, mas antes da aula... [...]. Aí, matava aula pra arrumar maconha, arrumar cigarro, isqueiro. A gente tomava banho, aí, a Kombi levava nós, aí, chegava lá, a Kombi já tava lá embaixo já, a gente subia, fumava maconha, ia pra sala de aula, tranqüilo, estudava, quando terminava a aula nós ia lá pro morro de novo, fumava, depois nós descia pegava um ônibus e ia lá pro abrigo. Entendi, e você pretende voltar a estudar? Quando? Eles tão arrumando vaga num colégio pra mim mas eu acho que, eu, só depois do carnaval. Porque que você acha que é importante estudar? É bom porque um dia pode... Assim, eu tô estudando, aí, eu passo de série, aí, aprendo uma aula já, aí, eu faço Aeronáutica, Marinha, bombeiro, sei lá, uns negócio que tem de bom pra fazer aí, pra mim crescer.

3.3.4. Relação dos jovens com a instituição abrigo¹⁴

Como citado, anteriormente, 08 entrevistados (30%) relacionaram a *passagem pela rua* via evasão do abrigo, ou seja, antes de serem inseridos no abrigo *não haviam passado por situação de rua*. Úrsula e Olívia narram suas passagens pela rua após terem sido inseridas em abrigo:

Bom, você ficou na rua. E você lembra com que idade você foi pra rua? 13 anos. 13 anos?! Tá! Você lembra quanto tempo ficou? 03 anos e 05 meses. E onde você dormia esse tempo que passou na rua? Ah, no chão! Zona Sul. E porque você foi pra rua? Porque foi assim, minha mãe me botou num abrigo, lá na Zona Oeste mesmo, eu não gostei, eu fui pra lá num sábado de manhã e fugi no domingo. Nesse fugimento meu eu fui parar na Zona Sul. Aí, eu não conhecia nada aqui, não sabia andar nada aqui, ainda nem sei direito. Aí, eu vim pra cá pra Zona Sul e não conhecia ninguém. Aí, chegou um garoto perto de mim, perguntou meu nome, perguntou como eu fugi e tal e falou:

¹⁴ Item adaptado de Leite (2007) para esta dissertação. Exceto tabelas que foram construídas para ilustrar os dados obtidos e estudados aqui.

“vamo ficar ali com a gente!”. Aí, eu falei: “tá bom!”. Aí me ofereceu tinner, eu nunca tinha usado droga. Nunca! Aí, eu falei “não, não quero! Tô na rua, mas eu não quero ficar usando droga não!”. Eu só fumava cigarro. Aí, ele falou: “não colega, é bom!” Aí, me deu um pouco no pano, pra abafar aquilo. Aí, eu abafei aquilo. Dali, eu comecei a usar droga. Eu usei 07 tipos de droga (Úrsula, 16 anos).

Outro aspecto percebido nas narrativas é que os jovens não sentem suas singularidades valorizadas. Alguns relataram que são obrigados a se definirem pela necessidade de obedecer as regras estabelecidas pelos abrigos, no entanto, não recebem suporte psicossocial para a tomada dessas decisões. Este problema foi vivido por Zélia (15 anos) que, posteriormente, arrependeu-se da escolha que fez:

Por que você saiu [do estágio que estava fazendo]? Eu estava com duas faltas [no estágio], a técnica [do abrigo] não quis justificar. Ela disse pra eu me virar, e justificar, aí, na terceira eu não pude ir, deu problema, aí, ela não quis justificar, e a moça queria que eu fosse à tarde. A tarde eu não pude ir, porque eu não vou poder ir, porque tinha escola hoje, aí, ela disse: “você prefere a escola ou o estágio?” Eu prefiro a escola porque já estou atrasada, eu vou me atrasar mais ainda, e logo ia ter a prova e eu tô precisando tirar notas boas. Ela disse: “então você vai sair do estágio”, eu disse: “tá bom” [...]. Eu não acho certo, mas não ia matar a aula e me atrasar por causa do estágio, a primeira coisa que diz é que a escola é em primeiro lugar e eles queriam que matassem, não aceitei isso. [...] *Tem alguma coisa que você queria falar com a gente que você acha importante?* Uma coisa que eu achei importante, desde que comecei no estágio, tive que parar meus esportes, e tava indo benzona, eu comecei no Centro Olímpico com 12 anos. Quando comecei me testaram em tudo, salto à distância, arremesso, corrida, fiquei no arremesso e levantamento de peso, um professor me encomendou, um professor do Centro Olímpico, chamado Junior, falou assim: “vou embora mais cedo, a partir de hoje vocês treinam no Centro Olímpico 1”. Aí, de ir pro Centro Olímpico 1, competi duas vezes no Centro Olímpico, e outra vez foi aqui na Zona Norte, também, tenho até foto, depois passou pro Centro Olímpico 1, fiquei treinando lá, no levantamento de peso, eu e uma garota que era daqui também, ela veio da Zona Oeste pra se encontrar comigo, e começamos a treinar e levar a sério os treinos. Antes a gente levava a sério, mas depois que a gente começou a levar mais a sério ainda. Mas não tinha como fazer o estágio, aí, falaram se eu não fizesse o estágio eu tinha que ir para outro abrigo, eu disse para outro abrigo eu não quero ir, então eu faço, fiz a entrevista passei, mas tive que largar os esportes. Hoje me arrependo. Não fiquei nem 01 ano no esporte, tive que largar os esportes e deu nisso que deu [*sair do estágio por ter três faltas seguidas*], se soubesse não tinha largado esporte. *Não tem como voltar?* Acho que tem, mas o objetivo do Abrigo é o estágio, que adianta começar e ter que parar.

Da mesma forma, alguns entrevistados referiram se sentirem ignorados pelos educadores, percebendo que além de não lhes dirigirem a atenção necessária, por vezes são ríspidos e grosseiros. Elaine, 14 anos, durante a própria entrevista, comprova tal experiência:

[Durante a entrevista, entra na sala um dos educadores, à procura de um termômetro, procura por todos os lugares e não acha] Tio, pergunta a Júlia, ela tava usando ele hoje! [O educador vira para ela e faz um gesto como se estivesse desdenhando da informação que Elaine lhe deu] Ah, viu?! A gente fala direito com eles. Tu viu, né?! Que não é mentira minha! Não é mentira minha! É mole?! Falei direito com ele: “Pergunta se não tá com a Júlia?” e ele olha pra minha cara com cara de nojo! Como pode ser educador, né?!

A ociosidade dentro das instituições é vivida pelos jovens como um abandono, revelando a ausência de oportunidades no campo social para possibilitar relacionamentos que efetivem habilitá-los no sistema da troca de bens, de qualquer natureza. A questão da ociosidade vai além de uma ocupação dada ao adolescente. O que parece perturbá-los não é tanto a ausência de atividades, mas o que isso pode traduzir em uma vivência de não serem escutados quando lhes são transmitidas regras já pré definidas, muitas delas não compreendidas como regras, mas percebidas como sensação de sufocamento. Além disso há o desejo de diversão não atendido, nem sempre escutado em função das mesmas regras. Frases retiradas da narrativa dos próprios adolescentes ilustram, a seguir, esta questão, pontuadas como algo negativo:

Que atividades você gostaria que tivessem sido oferecidas, mas que não tinha nesses abrigos? No segundo [abrigo] eu acho que tinham que oferecer mais atividades, que a gente ficava muito à toa (César, 16 anos).

Aí, eu achava importante todos os adolescentes fazerem isso, atividades, porque é, é, é bem melhor do que você ficar parado. Tipo assim, na casa de passagem, sentado, esperando, sem poder fazer nada. O nome já diz, casa de passagem, tu sabe que não vai ficar ali, aí, você não tá na tua casa, você não sabe pra onde que vai, aí, tu entra em desespero, mais desespero do que tu já tá (Ziraldo, 17 anos).

Pelas narrativas dos adolescentes entende-se que dificilmente essas instituições conseguem criar um espaço de convivência entre os jovens e as equipes, seja por qual razão for. Não é uma tarefa simples atender às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, às demandas dos meninos(as) abrigados(as). Entretanto, nota-se que eles tendem a se vincular a Rede de atenção social quando são recebidos por profissionais que, principalmente, “conversam”. Eles valorizam quando são escutados, quando há diálogo, como demonstra Úrsula, 16 anos.

E nos outros abrigos, o que você achava bom? Ah, porque as pessoas eram legais, eram mais, assim, companheiros, conversavam. Eram mais preocupados. Eu como tava grávida, eles não botavam pra limpar o banheiro, porque o neném tava crescendo e tava pesando. Lá, tinha passeio, os educador levava a gente pra passear todo final de semana. Ia pra praia, pro shopping, nós que escolhia. Aí, ia pro teatro, pro cinema, era muito bom!

Olga explica como estabelece sua relação com os cuidadores:

Como é a relação com os técnicos, com os educadores? Assim, tem meninas que debate, que não gosta, às vezes chama de velho, só porque pensam coisas ao contrário delas, mas assim, eu gosto assim mesmo da minha técnica, adoro ela, entendeu, ela conversa comigo, ela me compreende, muitas das vezes também não me compreende, ela fala coisas assim que a gente fica triste, mas que é a verdade, mas elas procura nos ajudar, entendeu? (Olga, 17 anos).

Mais um aspecto analisado foi a transitoriedade dentro da rede de abrigos. Somente 01 jovem, dos 30 entrevistados, passou por 01 só abrigo; alguns passaram por 06, 07 abrigos; 02 jovens passaram por 08 abrigos. Os 30 jovens entrevistados perfazem a média de passagem por 04 abrigos/adolescente. A transitoriedade dentro do sistema, seja pela obrigatoriedade da mudança de instituição de acordo com a faixa etária, seja pelo não cumprimento de algumas regras pelo adolescente, favorece a alta mobilidade dos jovens, principalmente dos que não conseguem por si próprios manter-se muito tempo dentro de um abrigo. Larissa, 13 anos, exemplifica esta rotatividade:

Você passou por quantos abrigos, até hoje? Por 04 [enumera cada um]. O primeiro foi lá na Zona Oeste, que a FIA me pegou me levou pro Conselho, que me levou lá pro Centro, fui transferida. *E onde é esse Conselho, você lembra?* Na Zona Sul.

Evidencia-se nos quadros abaixo que jovens que *passaram pela rua* também *passaram por um número maior de abrigos* (média de passagem por 05 abrigos/adolescente). Por sua vez, os adolescentes que *não passaram pela rua* perfazem uma média de passagem por 03 abrigos/adolescente.

QUADRO 9 – Dados sobre o número de abrigos passados pelos jovens que *viveram situação de rua*

| <i>Jovem</i> | <i>I dade</i> | <i>Passagem pela rua</i> | <i>Número de abrigos que passou</i> |
|--------------|-------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Clara | 1 4 | S | 03 |
| Carla | 1 5 | S | 02 |
| Elaine | 1 4 | S | 03 |

| | | | |
|--------------|--------|---|----|
| Luana | 1 3 | S | 06 |
| Aline | 1 3 | S | 03 |
| Úrsula | 1 6 | S | 07 |
| Silvio | 1 4 | S | 02 |
| Eduar do | 1 5 | S | 06 |
| Olívia | 1 6 | S | 07 |
| André | 1 7 | S | 05 |
| Pedro | 1 2 | S | 04 |
| Cláudio | 1 6 | S | 06 |
| Ronaldo | 1 5 | S | 08 |
| Vitória | 1 7 | S | 07 |
| Leandro | 1 6 | S | 05 |
| Bernardo | 1 6 | S | 04 |
| Álvaro | 1 4 | S | 01 |
| Cosme | 1 4 | S | 03 |
| Iracema | 1 5 | S | 05 |
| Beto | N I | S | 05 |
| <i>Média</i> | - | - | 05 |

S – Sim

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

QUADRO 10 – Dados sobre o número de abrigos que cada jovem que *não viveu situação de rua* passou

| <i>Jovem</i> | <i>Idade</i> | <i>Passagem pela rua</i> | <i>Número de abrigos que passou</i> |
|--------------|--------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Juli ana | 1 6 | N | 02 |
| Iren e | 1 3 | N | 02 |

| | | | |
|--------------|--------|---|----|
| Olga | 1 7 | N | 02 |
| Heloisa | 1 6 | N | 02 |
| Ziraldo | 1 7 | N | 04 |
| César | 1 6 | N | 03 |
| Tatiana | 1 6 | N | 08 |
| Olavo | 1 7 | N | 05 |
| Zélia | 1 4 | N | 02 |
| Vitor | 1 7 | N | 04 |
| <i>Média</i> | - | - | 03 |

N – Não

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

Mesmo quando as condições são favoráveis, o jovem torna transitória sua permanência no abrigo, o que pode ser compreendido como um recurso psíquico ante a quebra de vínculo permanente, muitas vezes à sua revelia. Talvez, Eduardo, 15 anos, possa nos dar algumas pistas desse recurso com sua história de abrigamento:

Esse foi o seu primeiro abrigo? Não. Não? Quantos abrigos você já passou? Um montão já. Mais de 07. Mais de 08. [...]. Como você foi do Abrigo 1 pro Abrigo 2? Eu fui transferido pra lá. Porque? Porque eu tinha passado da idade de ficar no Abrigo 1. Entendi. Qual a idade lá? Acho que é de bebê até 07 anos, 07, 08 anos. Você gostou de ser transferido, como foi isso pra você? Ah, gostar eu na época eu não gostei muito não, porque eu gostava muito do Abrigo 1, mas depois eu aceitei naturalmente. Porque você gostava do Abrigo 1? Sei lá, porque eu já tava acostumado, adaptado lá. [...]. Depois você foi pra onde? Abrigo 3, na Zona Norte. Você ficou quanto tempo? Uns 07, 08 meses. Porque você saiu de lá? Porque eu evadi. Porque você evadiu? Ah, porque eu briguei com um diretor de lá, ele gostava muito de, qualquer coisinha, ele gostava muito de juntar uns moleques lá, pra agredir. Juntava, aí, eu evadi de lá. [...]. Aí você evadiu de lá porque? Por esse motivo? Ah, não só por esse motivo, mas por outra coisa também, aí, eu, sei lá, eu evadi, mas eu gostava de ficar lá. Aí, você evadiu e foi pra onde? Abrigo 4. Mas você foi direto? Não, direto não, eu fiquei um tempo na rua. [...]. Aí, você ficou mais ou menos 07 meses nesse, depois você foi pra onde? Depois eu fui pro Abrigo 5. Porque você foi para o Abrigo 5? Porque eu acho que eu fui transferido, eu não lembro direito, eu acho que eu fui transferido sim, aí, eu fui pra lá. Ficou quanto tempo? Fiquei [pensando] acho que de

2002 a 2004. *Ficou 02 anos no Abrigo 5, é um bom tempo. Como é que é lá, o Abrigo 5? Ah, lá eu gosto, lá eu gostei mais do que todos que eu passei. [...]. Aí, depois você foi pra onde? Casa X. É o que lá? É abrigo também. Porque você foi pra lá? Porque eu passei da idade de lá, lá é até 13 anos, mas acho que nem tinha passado a idade ainda, aí, eu fui lá pra Casa X, da Casa X fiquei lá um tempinho, uns 06 meses, aí, eu fui pro Abrigo 7, faz parte do Abrigo 8, a tia sabe onde é. E fiquei lá, de 2006 até agora 2007, no começo de 2007, em abril eu saí e vim pra cá, vim direto pra cá. Entendi. Do Abrigo 5 você foi pra Casa X, depois foi pro Abrigo 7 e depois você veio pra cá [Abrigo 8]? Isso.*

A rotatividade dos jovens na Rede de abrigos é outro fator crucial, eles mapeiam os abrigos e projetos diversos, chegam mesmo a manipular a burocracia para conseguir algumas vezes burlá-la. A cartografia das instituições é clara para os jovens, eles sabem o que cada casa de acolhida oferece e tentam indicar nos Conselhos Tutelares seu abrigo de escolha. Pode-se aprender com Úrsula, 16 anos, mapeando as possibilidades quando conta sua trajetória entre os abrigos e o Conselho Tutelar:

Às vezes tava assim [pensando] não queria ficar na rua, às vezes dia de chuva, aí, ia lá pra FIA e ficava um tempo lá. *E, aí? Fiquei na rua por bastante tempo, aí voltei pra FIA e falei: “não vou fugir mais!”.* Aí, me levaram pro meu Conselho Tutelar e lá do meu Conselho eu voltei pra FIA, pra esperar minha vaga na clínica. Aí, ele [conselheiro tutelar] me buscou, porque minha vaga não tinha saído e me levou lá pro abrigo, e lá como é pra meninas grávidas e mães solteiras com seus filhos, eu não pude ficar lá e ele me levou pra outro Abrigo, lá em Zona Oeste, eu acho. Aí, eu fiquei lá até minha vaga sair.

Algumas vezes percebe-se na narrativa deles que o abrigo é algo natural, nem sempre tomado como um lugar de passagem, podendo significar proteção para a família, com ofertas que podem ser uma chance de um futuro melhor. Bernardo, 16 anos, demonstra as oportunidades que o abrigo pode dar. Ele tem passagem pelas ruas, é órfão de mãe há mais ou menos 01 ano, só teve contato com o pai com 12, 13 anos, mas logo o perdeu. Já residiu, após a perda da mãe, com as irmãs e depois com uma tia. Na primeira experiência: com as irmãs, brigou, após ter se envolvido com tráfico. Na segunda, com a tia, ele relatou não ter querido continuar residindo lá por não estar ajudando financeiramente a tia que tem 03 filhos.

Como é que é o abrigo? O abrigo é bom, a gente vem pro abrigo pra ser ajudado, tá entendendo? Aqueles que são pegos na rua, eles têm a oportunidade de estudar, de fazer estágio, tem uma ajuda de custo, dá ajuda pra família, dão chance de você voltar pra casa. Aqueles que têm problema com a família, eles procura conversar com a família, ir no final de semana pra casa, faz a família te aceitar de volta, é isso.[...]. Você está em que série? Na quarta. Inclusive eu passei de série, eu tô até feliz, eu tava pensando que eu já não tinha nem mais

jeito, que o jeito pra mim era a morte, mesmo, mas, cheguei aqui no Abrigo eu vi que não era nada disso, eles dão muita oportunidade, basta você saber aproveitar. E, é o meu caso, as oportunidades que eles estão me dando eu tô agarrando com unhas e dentes, igual a escola, eu cheguei aqui já no final do ano, eles me botaram na escola, me dediquei lá, eu fui estudando, estudando e passei de série, porque lá nessa escola passa de 04 em 04 meses, [...] eu vejo que dá eu fazer meu estágio, quem sabe daqui um dia, daqui uns anos eu viro um funcionário público, eles dão oportunidade, é o que eu falo: oportunidade tem muito, é só saber aproveitar.

Outro fator importante que precisaria ter um olhar mais atento é o grande número de jovens que têm, de certa forma, algum contato com o mundo das drogas, seja por ser um simples usuário, ou por temer represálias de facções ou de milícia, já que participaram de algum esquema ou seus irmãos/familiares estarem implicados com o tráfico. A instituição apareceu em muitos relatos como um local de proteção contra o uso de drogas e outras condutas que podem interferir na saúde mental do jovem. Eduardo, 15 anos, vê no abrigo a possibilidade de parar de usar drogas para estudar e trabalhar:

Porque você quis parar [de usar drogas]? Ah, sei lá, eu comecei a parar porque eu vi que eu comecei a entrar pro abrigo, agora não saio mais. Tô no abrigo agora, nem adianta ficar indo de um abrigo pra outro, pra outro, pra outro. Aqui eu vou, eu acho que eu vou ficar. Tô voltando a estudar de novo. Vou acabar minha escolaridade. Sei lá, vou arrumar um trabalho pra mim.

3.3.5. Projeto de vida¹⁵

O projeto de vida dos jovens entrevistados quase sempre, se relacionou, à família, à educação e ao trabalho. Patrine, 13 anos, apresenta seus planos para poder ajudar a mãe e voltar a morar com ela:

E você vai para 5ª série, já tem estágio em vista? O moço do estágio, falou que assim que eu começar a estudar, que eu faço 14 anos agora nesse mês agora, aí, ele falou que assim que eu começar a estudar, já posso ir direto pro estágio, porque aí, eu já ajudo a minha mãe a pagar o aluguel ali, que acho que é R\$ 130,00, R\$ 230,00 por mês. Aí, já ajudo ela a pagar a casa que ela alugou.

Os projetos de vida, em sua maioria, são idealizados e fora da realidade para esse grupo de jovens. Leandro, 16 anos, deseja conviver com seus filhos, ter uma vida familiar, uma casa:

¹⁵ Item adaptado de Leite (2007) para esta dissertação. Exceto tabela que foi construída para ilustrar os dados obtidos e estudados aqui.

E o que você pensa pro seu futuro? Quando você completar 18 anos, o que você quer fazer? Quando eu completar 18 anos eu vou querer fazer minha casa e morar com meu filho. Eu mudaria tudo o que eu tô passando agora, eu ia mudá, voltar tudo atrás, voltar a morar com a minha família e com os meus filhos. Eu tenho dois filhos. Um homem e uma mulher. O Luís e a Bianca.

Elaine, 14 anos, afirma que estudando poderá ser, profissionalmente, o que quiser:

E se você tivesse que trabalhar, que trabalho escolheria? Escolheria? [pensando] qual o nome daquela mulher que fica lá na empresa, no cargo de [...]. Executiva? É. Executiva. Só que pra isso tem que estudar muito. [...]. Eu acho que eu posso ser o que eu quiser! E, eu tô estudando por esse motivo mesmo!

Alguns jovens demonstraram alimentar a idéia, em geral, de que no abrigo terão a chance de um desenvolvimento social e intelectual através da escolarização e da profissionalização. Conseqüentemente, é temida a proximidade dos 18 anos, momento em que serão desligados da Rede:

Aí, depois dos 18 você vai pra onde? Você tem que sair daqui? Tem que sair daqui [pensando] depois dos 18, é rua, por causa que já ficou de maior. Aí, você vai pra onde? Aí, até os 18, já vou tá morando com a minha irmã já. Antes de fazer 18. Você vai fazer 18, ano que vem, né? Ano que vem, 16 de julho. Você está torcendo pra que chegue logo o momento? Não, pra mim quanto mais demorar, melhor, por causa que eu tenho mais tempo pra terminar os estudos (Ziraldo, 17 anos).

Expõem-se, em seguida, os projetos de vida referidos pelos entrevistados:

QUADRO 11 – Dados sobre projeto de vida

| <i>Jovem</i> | <i>Idade</i> | <i>Passagem pela rua</i> | <i>Projeto de vida</i> |
|--------------|--------------|--------------------------|-------------------------------|
| Juli ana | 16 | N | Culinária, ganhar dinheiro |
| Cla ra | 14 | S | Estágio, dançarina de hip hop |
| Car la | 15 | S | Manicure, curso de artesanato |
| Elai ne | 14 | S | Estágio, executiva |
| Lua na | 13 | S | Estágio |
| Alin e | 13 | S | Juíza, cabeleireira |
| Úrs ula | 16 | S | Faculdade de enfermagem |

| | | | | | |
|-----|----------|---|---|---|--|
| io | Silv | 4 | 1 | S | Militar |
| e | Iren | 3 | 1 | N | Militar, estágio |
| | Ed | 5 | 1 | S | Militar |
| via | Olí | 6 | 1 | S | Educadora |
| | André | 7 | 1 | S | Pedreiro |
| | Pedro | 2 | 1 | S | Salva-vidas |
| | Cláudio | 6 | 1 | S | Bancário |
| | Ronaldo | 5 | 1 | S | Militar |
| | Vitória | 7 | 1 | S | Artesã |
| | Olga | 7 | 1 | N | Pediatra, técnica de enfermagem |
| | Heloisa | 6 | 1 | N | Voltar para cidade natal |
| | Ziraldo | 7 | 1 | N | Faculdade de direito, garçom, casar |
| | César | 6 | 1 | N | Engenheiro mecânico |
| | Leandro | 6 | 1 | S | Militar |
| | Bernardo | 6 | 1 | S | Casa própria, família |
| | Tatiana | 6 | 1 | N | Pediatra, assistente social, educação física, telemarketing, informática |
| | Olavo | 7 | 1 | N | Chef de cozinha |
| | Zélia | 4 | 1 | N | NI |
| | Vitor | 7 | 1 | N | Cursar faculdade, trabalhar em mercado |
| | Álvaro | 4 | 1 | S | Jogador de futebol |
| | Cosme | 4 | 1 | S | Militar |
| | Iracema | 5 | 1 | S | Secretária de juiz, educadora |
| | Beto | I | N | S | Militar |

S – Sim

N – Não

NI – Não informado, seja por problemas na gravação, seja por não ter sido perguntado, ou não saber informar.

Pôde-se perceber que o universo do abrigo influencia na formação de ideais e no leque de possibilidades de identificação para o adolescente, direcionando sua escolha profissional. Um dado significativo é que dos 30 entrevistados, 08 (27%) se interessam por profissões na área de assistência – continuidade da institucionalização, e 07 (23%) jovens pretendem ingressar na carreira militar – outra forma de institucionalização, ou seja, 15 (50%) jovens entrevistados agregam de alguma forma, aos seus projetos de vida, a institucionalização.

Ronaldo, 15 anos, é um dos jovens que aspiram à vida militar:

O que você gostaria de fazer, qual a profissão, qual trabalho você queria exercer? Pô, a vida toda, não assim, a vida toda não, meu sonho assim, eu queria ser soldado. Soldado não, eu queria entrar pro Exército, eu queria entrar pro Exército, aí quando eu fui crescendo eu já queria entrar, eu queria fazer uma prova pra ser logo sargento, seguir carreira. Sonho. Aí, até semana passada eu mudei. Mudei. Eu quero entrar pra Aeronáutica.

Olívia, 16 anos, almeja ser educadora:

Eu pretendo começar como educadora para ter uma base porque é o mais próximo dos adolescentes é o educador, quem quer começar mesmo tem que começar como educador pra conhecer os adolescentes [inaudível] mas, eu queria estar mais próximo dos adolescentes então [inaudível] só que aqui eu quero estar mais próximo dos adolescentes que é os educadores, quero começar do pequenininho até o grandão [inaudível] depois que a pessoa sair do abrigo for para outro abrigo acompanhar ele, [...].

Faz-se necessário, também, examinar o papel desempenhado pelas oficinas e cursos profissionalizantes, que para alguns jovens geram muitas expectativas. Eles valorizam esses cursos e têm orgulho dos certificados que recebem, acreditando que estão solidificando seus currículos e se preparando para o mundo do trabalho. Alguns percebem que as oficinas e cursos não ajudam muito para poderem enfrentar a vida após os 18 anos. Zivaldo, 17 anos, dá importância, e muito, aos cursos que faz:

Você já tá participando de alguma das oficinas? Já. Só a de fazer chaveiro, assim com miçanga. Tem outras, mas você escolheu essa? É. Eu não gosto muito de fazer oficina não. Eu gosto mais é de fazer curso mesmo. Fazer curso, esportes. Eu não gosto muito de oficina assim, que eles fazem não. Acho mais, eu acho mais femininas assim, não é preconceito, mas eu acho mais femininas. Gosto mais é de fazer curso mesmo e preencher o tempo com cursos e esportes. É que eu sou um pouco ambicioso, né? Sempre falam isso de mim. Eu sou um pouco ambicioso. Eu sei que cada curso que eu fizer mais aumenta o

meu currículo. Aí, eu sempre tô fazendo um monte de curso. Sou apaixonado por esporte e curso assim.

Olga, 17 anos, mesmo só cursando a 6ª e a 7ª séries do Ensino Fundamental, simultaneamente, se refere aos seus planos profissionais:

Se você pudesse escolher, qual profissão você gostaria de ter? Profissão? Ah, cara, assim, na verdade eu quero ser pediatra, mas, [pensando] eu tava até pensando, porque, assim, quando eu fizer o meu segundo grau, a moça lá da escola falou que na Zona Sul, eu acho um lugar que tem uma escola que tu cursa o segundo grau e faz curso técnico pra enfermagem. Aí, já é uma boa. Andei pensando nisso, mas às vezes, não tenho muita fé não sabe, [rindo] se eu vou conseguir não. Mas tudo bem.

Com a fala dos adolescentes foi possível formular hipóteses e chegar a algumas conclusões que podem dar pistas para responder a questão colocada nesta dissertação: a “escolha” pela rua poderia ser um indicador de saúde mental? A seguir, nas “Reflexões finais”, examina-se o que foi colocado neste capítulo e o que ficou em aberto ao longo deste estudo.

REFLEXÕES FINAIS

Como se pretendia nesta dissertação investigou-se a articulação entre os (des)caminhos “escolhidos” e o processo de subjetivação dos adolescentes que encontram-se diante de riscos psicossociais de desafiliação, uma vez que estão abrigados na Rede assistencial do Rio de Janeiro. São jovens separados de suas famílias, com poucos vínculos sociais estabelecidos e muitas vezes transitando entre abrigos. Procurou-se levantar assim, indicadores de saúde mental e de riscos psicossociais a partir da narrativa dos próprios jovens, sendo possível construir dois pontos de reflexão.

Investigou-se a hipótese de que a “escolha” pela rua pode ser um indicador de saúde mental através de revisão da literatura e pesquisa de campo. Partiu-se da premissa básica da *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*, expressa no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a) como um alerta à saúde mental infanto-juvenil. Considerando que o cumprimento das leis *Constituição Federal* (BRASIL, 1988) e do *Estatuto*, no que diz respeito à proteção integral à criança e ao adolescente, é um indicador de saúde mental. O não cumprimento da *Constituição* e do *Estatuto* pode, portanto, acarretar risco psicossocial.

Uma vez que o campo da pesquisa se estabeleceu com jovens abrigados, a análise final se pautou naqueles que viveram por um período variável nas ruas. Entretanto, não se pode afirmar que todos aqueles que vivem ou passaram pelas ruas e que não fizeram parte do universo da pesquisa, apresentam resultados similares. O grupo pesquisado pode ser considerado uma amostragem para se entender as razões das “escolhas” que os desafiados possam fazer, conforme os pressupostos apresentados nos capítulos 1, 2 e 3.

Notou-se um impasse, durante a construção desta dissertação, com o método de coleta escolhido. As entrevistas poderiam ter sido conduzidas pela autora e não pelos estagiários do Projeto PIBEX. Observou-se nas supervisões do Projeto que algumas perguntas induziam os entrevistados. Optou-se por continuar com este método visto o material riquíssimo que se tinha em mãos.

Apresenta-se, a seguir, dois pontos de reflexão, os fatores de riscos e os aspectos de saúde mental vivenciados pelos jovens entrevistados.

Juventude desafiliada, rua e saúde mental

Ao recolher a história oral de 30 jovens que se encontram inseridos em programas de abrigo no município do Rio de Janeiro, em função das medidas protetivas definidas por *Lei*, encontrou-se: 20 jovens que *tiveram passagem pela rua* e 10 jovens que *não tiveram*.

Os motivos de ida para a rua, mais referidos pelos jovens, foram: (a) família, (b) evasão do abrigo e (c) envolvimento com tráfico.

(a) Diversos fatores familiares foram apontados como causa para a saída de casa: sofrer violência física em casa; não ter apoio da família; divergências com algum(ns) membro(s) da família; briga entre os pais; realidade sócio-econômica. Este movimento pode ser traduzido como um componente resiliente¹⁶ que permite os jovens se distanciarem de ambiente adverso e estressante, garantindo aspectos da saúde mental e revelando habilidades para reorganizar a vida.

(b) Um número significativo de jovens afirmou que antes de serem inseridos no abrigo não haviam passado por situação de rua. Alguns adolescentes foram para o abrigo levados por familiares e, daí, evadiram por parecerem compreender este ato como um castigo; outros, por circunstâncias quaisquer, não se adaptaram à vida na instituição e, por conseguinte, evadiram. A inquietação expressa por esses jovens, através de um distanciamento das regras e imposições que os reprimem e os ignoram como sujeitos, também, pode indicar neles, aspectos de saúde mental.

(c) Os jovens que apontaram o envolvimento com o tráfico como motivo de ida para a rua encontravam-se impedidos de retornarem para sua comunidade: por invasão de milícia, outra facção ou por terem procedido de modo indevido com o tráfico local. Saíram de casa para a rua e depois foram inseridos em abrigos. Se não estivessem impedidos, provavelmente estariam residindo em suas casas de origem. Alguns reportaram que preferiam ficar “guardados” no abrigo para proteger suas vidas, já que foram ameaçados de morte. O perfil destes é diferente dos jovens em (a) e (c) e para analisá-los à luz da saúde mental e dos riscos psicossociais, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre cada um destes casos, o que não foi o objeto desta dissertação.

As principais estratégias de sobrevivência mencionadas pelos entrevistados foram pedir e roubar. Estas estratégias estão alicerçadas por recursos individuais: coragem, agressividade, força, que denotam a capacidade destes(as) meninos(as) de estarem na rua, ou seja, não são,

¹⁶ Ver capítulo 1.

meramente, estratégias que visam recursos materiais, mas sim, estratégias psíquicas que podem sugerir aspectos da saúde mental destes.

Ser pedinte, fazer malabarismo nos sinais de trânsito, utilizar serviços de assistência social oferecidos na cidade são algumas táticas citadas pelos entrevistados. Alguns naturalizam este tipo de prática e até sentem prazer no aspecto lúdico do pedir.

Outros jovens se contrapõem à passividade do pedir, chamando a sociedade para enxergá-los através do roubo. É um componente psíquico que traz uma certa arrogância, orgulho, diferindo do ato de pedir. Eles não querem se deixar submeter à vontade do outro de excluí-los da vida social, ignorando-os como sujeitos de direitos, os quais lhes são negados.

Os atrativos da rua mais considerados pelos adolescentes entrevistados foram liberdade, andar na cidade, diversão e uso de drogas. Viver a liberdade, sobretudo na ausência de regras e de uma figura adulta parece fundamentar a atração que as ruas exercem nesses adolescentes. O uso de drogas sugere fazer parte, para alguns adolescentes, desta experiência. É comum o uso de drogas na adolescência, em função da faixa etária que comporta a transgressão e o desafio, aspectos fundamentais para a constituição da identidade. No entanto, este uso social, feito nos grupos de rua, pode trazer riscos potenciais à saúde e à saúde mental. Contraditoriamente ele possibilita a diversão, a coragem, a agressividade para seus atos, além de ajudar a superar a fome e as questões que os levaram a estar nas ruas.

A violência experienciada na rua, a não-satisfação de necessidades básicas e a repressão da polícia foram os problemas enfrentados, mais aludidos. Estes podem ser compreendidos enquanto fatores de risco a que os jovens ficam expostos nas ruas.

Três formas de estar na rua foram elencadas pelos entrevistados: em grupo, sozinhos e, em algumas ocasiões em grupo e em outras sozinhos. A maioria dos jovens prefere estar em grupo, pois o percebem como proteção. Outros acreditam que o grupo atrai problemas e para se defenderem optam por ficarem sozinhos. A conjuntura, para alguns, é que definirá a forma de estar na rua, esta não é estática. O modo de estar na rua é estabelecido pela singularidade de cada adolescente.

Pode-se fazer uma conexão entre passagem pela rua e contato com a família. Adolescentes que *viveram em situação de rua* têm menos contato com suas famílias, do que os que *não passaram pela rua*. Parece que a experiência de passar pela rua afrouxa o contato do jovem com sua família. Talvez estes(as) meninos(as) se encontrem na parcela de jovens que se distanciou de ambiente adverso e estressante, a fim de garantir aspectos de sua saúde mental, evidenciando capacidades para reorganização de suas vidas.

O *contato do jovem com sua família* e a *intenção de retorno para casa* aparentam estar vinculados com as circunstâncias que levaram o adolescente a sair de casa ou fazer o responsável optar pela inserção deste no abrigo. É curioso notar que o número de meninos(as) que *têm intenção de retornar para casa* é maior entre aqueles que *têm passagem pela rua*, apesar de terem menos *contato com a família*. Pode-se levantar a hipótese de que este desejo de voltar à convivência familiar se relaciona com um desejo maior de ser reconhecido pela família. Alguns se referiram à rejeição familiar e, mesmo assim, afirmaram querer trabalhar para ajudar em casa. Talvez uma maneira de se sentirem aceitos e superarem os conflitos anteriores.

Uma quantidade significativa de adolescentes que *têm passagem pela rua* têm irmãos, mas estes continuam em casa. Este dado por si só mereceria uma pesquisa à parte que pudesse investigar a família, assim como o papel de cada um dos seus integrantes. O material recolhido neste estudo não permite a construção de hipóteses acerca desta constatação. Qualquer consideração feita seria por demais frágil.

A metade dos jovens entrevistados (15) não está inserida em escola. Averiguou-se defasagem idade/série – 3ª à 6ª série do ensino fundamental – no conjunto dos entrevistados, sendo que, em sua maioria, *têm passagem pela rua*. Este é um importante dado de agravo à saúde mental, pois o sistema escolar não está preparado para educar todos os jovens brasileiros, como previsto em *Lei*. Por outro lado, a alta rotatividade dos jovens na Rede de abrigos, interfere na continuidade dos estudos.

Juventude desafiada, abrigo e saúde mental

O abrigo é uma das modalidades de atendimento para proteção da criança e do adolescente previstas pelo *Estatuto* (BRASIL, 1990a). Conforme discutido no capítulo 2, partindo da história oral coletada dos jovens entrevistados pôde-se perceber que a *Lei* não está sendo cumprida adequadamente sob alguns aspectos. Acredita-se que este descumprimento pode favorecer a exposição dos jovens a riscos psicossociais.

De alguma forma, a inserção no abrigo para alguns jovens passa a ser um complicador. Uma relevante transitoriedade e uma alta rotatividade, em média de 04 abrigos por jovens, foram reveladas por todos os entrevistados. Evidencia-se que jovens que *passaram pela rua* (média de 05 abrigos/jovem), também *passaram por um número maior de abrigos*, dificultando a formação de vínculos que poderiam ser estabelecidos para o suporte à saúde mental.

A transitoriedade dentro do sistema, seja pela obrigatoriedade da mudança de instituição de acordo com a faixa etária, seja pelo não cumprimento de algumas regras pelo adolescente, favorece a alta mobilidade dos jovens, principalmente dos que não conseguem por si próprios manter-se muito tempo dentro do abrigo. Mesmo quando as condições são favoráveis, o jovem torna transitória sua permanência no abrigo, o que pode ser compreendido como um recurso psíquico de proteção ante a quebra de vínculo permanente, muitas vezes à sua revelia. Por outro lado, as regras institucionais, quando são meramente transmitidas, criam condições para que riscos psicossociais se façam presentes.

A rotatividade dos jovens na Rede de abrigos é, possivelmente, uma resposta à transitoriedade dentro do sistema. Os(as) meninos(as) mapeiam os abrigos e os projetos diversos, chegando mesmo a manipular a burocracia para conseguir algumas vezes burlá-la. A cartografia das instituições é clara para os jovens, eles sabem o que cada casa de acolhida oferece e tentam indicar nos Conselhos Tutelares seu abrigo de preferência, uma possível estratégia para driblar o sofrimento psíquico.

Como verificado na Pesquisa de Leite (2007) uma nova institucionalização pode estar se constituindo já que o *Estatuto* (BRASIL, 1990a) não estipula prazos para permanência do jovem no abrigo e não define como devem se dar as transferências, quando necessárias. Estas lacunas tornam possível a circularidade dentro do sistema, levando a Rede a criar regras como a de estipular prazos, idades, etc, para transferências, de certa forma reproduzindo uma antiga prática dos internatos, descrita por Altoé (1990).

Para além da *Lei*, faz-se necessário refletir acerca das relações que se constituem entre os adolescentes e as instituições que os atendem. Entende-se que dificilmente os abrigos conseguem criar um espaço de convívio e troca entre os jovens e as equipes. Os envolvidos no processo: adolescente e cuidadores (técnicos e educadores) precisam de espaço e tempo, objetivos e subjetivos, para que a continuidade das relações aconteça e se estabeleça a confiança entre os sujeitos. Observa-se que os jovens tendem a se vincular a essa Rede de assistência social quando estão com profissionais que, principalmente, “conversam”. Estes vínculos, podendo ser estabelecidos, propiciarão condições facilitadoras para a maturidade (no sentido winnicottiano) do jovem na vida adulta.

Em algumas narrativas a instituição apareceu como um local de proteção contra o uso de drogas e outras condutas que podem interferir na saúde mental do jovem. Nesses casos é nítido o vínculo com a instituição, através de alguns de seus cuidadores. É de suma importância que os profissionais que ali trabalham (re)pensem suas práticas e, para isto é necessário que lhes seja dado suporte à saúde mental. Concorda-se com Leite (2007) que se

realmente houver interesse do poder público em investir nos sujeitos que têm a árdua tarefa de, no lugar de outros, educarem meninos(as) para a vida, é importante que haja o planejamento de intervenções junto aos educadores e técnicos das instituições, não somente através de cursos de capacitação de curta duração, ou da execução de projetos temporários, mas em um processo de orientação e supervisão continuada na área da saúde mental.

A medida protetiva de abrigamento existe para ser temporária e substitutiva à família que também precisa de cuidados, na maioria das vezes, para poder voltar, talvez, a cumprir a tarefa de cuidar dos seus filhos. Caso a *Lei* fosse seguida tal como escrita, os jovens não precisariam buscar nas ruas o que não encontram em casa e nos abrigos: a saúde mental.

Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim.

(Sartre, 1905 –1980)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. Nina Rodrigues e Artur Ramos: construindo a representação de crianças negras e crianças problemas. In: Leite, L. C., Leite, M. E. D., Botelho, A. P. (Orgs.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. (No prelo).
- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FVG; 2007.
- ALTOÉ, S. *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon; 1990.
- _____. O bebê que “invade”: reflexões sobre o atendimento institucional às crianças em situação de vulnerabilidade social. In: Leite, L. C., Leite, M. E. D., Botelho, A. P. (Orgs.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. (No prelo).
- ASSIS, S. G. DE. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz; 1999.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução M. Gama, C. Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Tradução C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2005.
- BOTELHO, A. P. *Meninos de rua: em busca de saúde mental*. Monografia de Especialização em Saúde Mental na Infância e Adolescência, Instituto de Psiquiatria da UFRJ. 2007.
- BOTELHO, A.; LEITE, L. C. A Necessidade de Promoção da Saúde Mental para a Juventude na Pós-Modernidade. In: *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 24, mar/abr. 2007b, p. 35-55.
- _____. Um adolescente com coceira no pé. In: Leite, L. C., Leite, M. E. D., Botelho, A. P. (Orgs.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. (No prelo).
- BOTELHO, A. P., LIMA, B., ARAÚJO, M., LEITE, L. C. A juventude não dormirá: sobre a redução da maioridade penal. In: Leite, L. C., Leite, M. E. D., Botelho, A. P. (Orgs.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. (No prelo).
- BOTELHO, A. P., LEMOS, S., KASSAB, M., LEITE, L.C. Meninos de Rua: Desafiliados em Busca de Saúde Mental. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 13, n. 2, abr./jun. 2008, p. 363-372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000200019&lng=pt&nrm=iso>.
- BOGOMOLETZ, D. *Do desenvolvimento emocional primitivo à tendência anti-social: para uma teoria winnicottiana da delinqüência*. Março, 2007. Disponível em: <<http://www.dwwinnicott.com>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

- BRASIL. *Lei Federal n.º 2.848/40 – Código Civil*. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. Congresso. Senado Federal. *Lei n.º 6.697/79 – Código de Menores*. Distrito Federal; 1979.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. *Lei Federal n.º 8.069/90 – Estatuto da criança e do adolescente*. 1990a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. *Lei Federal n.º 99.710/90 – Convenção sobre os direitos da criança*. 1990b. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. *Lei Federal n.º 10.216/2001 – Proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais*. 2001. Disponível em: <www.mp.ap.gov.br/arquivos/IForum/arquivos/leifederal10216-01.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. *Portaria MS n.º 336/2002 – CAPS*. Disponível em: <<http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Legislacao.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. Ministério da Saúde. *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2005.
- BRENNER, A. K.; MONTEIRO, E. Redução da maioria penal ou medidas socioeducativas ? In: *Observatório Jovem*. Rio de Janeiro, abr. 2007. Artigos de Opinião. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=257&Itemid=23>. Acesso em: 09 jun. 2007.
- CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Tradução livre L. C. Leite Paris: Fayard; 1995.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução G. Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982.
- CURY, M. (Coord.). *Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros; 2006.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco; 1997.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999.
- FOUCAULT, M. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1994.
- FREUD, S. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago; 1996. v. XIV, p. 347-348. (Originalmente publicado em 1916).

- _____. O estranho. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII, 1919. Rio de Janeiro: Imago; 1996. 1 CD-ROM.
- _____. O mal-estar na civilização. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII; 1930. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 1 CD-ROM.
- GAULEJAC, V. *Histoire en heritage Roman familial et trajectoire sociale*. Tradução livre L. C. Leite. Paris: Desclée de Brouwer; 1999.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução D. M. Leite. São Paulo: Perspectiva; 1999. (Originalmente publicado em 1961).
- GUATTARI, F., ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes; 1996.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001. 1 CD-ROM.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Tradução H. A. de A. Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1977.
- LAPLANCHE, PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução P. Tamen. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
- LAVOR, A. Em São Carlos, o Estado cumpre a lei. In: *Radis: comunicação em saúde*, Rio de Janeiro, n. 57, p. 10-13, mai. 2007.
- LEITE, L. C. *A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata*. Petrópolis: Editora Vozes; 1991.
- _____. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – O rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 1998.
- _____. *Reabilitação psicossocial e cultura*. 1999. Disponível em: <<http://www.invenciveis.com/c15.htm>> Acesso em: 06 Jan 2007.
- _____. *Indicadores de risco ou de proteção no trabalho com adolescentes em situação de risco e a reabilitação psicossocial*. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ. Mimeografado; 2002.
- _____. *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Saraiva/Atual; 2005a.
- _____. *Saúde mental e cultura em adolescentes de risco psicossocial*. Aula ministrada no Curso de Especialização em Saúde Mental na Infância e Adolescência. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ. Mimeografado; 2005b.
- _____. (coordenadora) *Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito*. Rio de Janeiro: Instituto de

- Psiquiatria, UFRJ; 2006. 20p. Projeto de Pesquisa (Registro Sigma/UFRJ nº. 12639/2005. Aprovado CEP IPUB/UFRJ no. 0008.0.249.000-06). Projeto em andamento.
- _____. (coordenadora) *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, UFRJ; 2007. 52p. Projeto de Extensão. Projeto concluído.
- _____. Memória e esquecimento: Menor idade, maior idade em 1968 e o abandono da assistência social no Brasil os menores e os direitos sociais em 1968. In: J. F. da Silva Filho (Org.). *1968 e a saúde mental*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. p.19-28.
- LEITE, L. C., SAGGESE, E. O papel do Professor João Ferreira na atenção psicossocial para a infância e a juventude. In: M. T. Cavalcanti, A. C. Figueiredo, A. Leibing (Orgs.). *Por uma psiquiatria inquieta. Homenagem ao Professor João Ferreira*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. p.101-106.
- LUSK, M. Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, v. 35; 1992. p. 293-305.
- MARTINS, A. Novos Paradigmas e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1; 1999.
- MARTY, F. Adolescência, violência e sociedade. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2007. Pré-publicação.
- MENEZES, D. M.; BRASIL, K. C. T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jan 2007. doi: 10.1590/S0102-79721998000200011.
- MINAYO, C. de S. Prefácio. In: ASSIS, S., G. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz; 1999, p. 9-13.
- _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec; 2007.
- MIRAGLIA, P. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos estud. - CEBRAP*. São Paulo, n. 72, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2007. Pré-publicação.
- MIRANDA SÁ JUNIOR, L. S. de. Desconstruindo a definição de saúde. *Jornal do Conselho Federal de Medicina*. Brasília, jul/ago/set. 2004, p. 15-6.

- MORAES, T., MECLER, K. O estatuto da criança e do adolescente e a lei da reforma da atenção psiquiátrica: um ensaio comparativo. In: Leite, L. C., Leite, M. E. D., Botelho, A. P. (Orgs.). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2008. (No prelo).
- MOSCOVICI S. *A representação social da psicanálise*. Tradução A. Cabral. Rio de Janeiro: Editora Zahar; 1978.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constitution of the World Health Organization. Basic Documents*. Genebra: OMS, 1946. Disponível em whqlibdoc.who.int (pdf).
- _____. *Relatório sobre a saúde no mundo*. 2001. Disponível em: < bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mental_relatorio.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Regras mínimas das nações unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude (Regras de Beijing)*. 1988. Disponível em: < http://www.jij.go.gov.br/legislacao/leg_reg.php>. Acesso em: 01 fev. 2006.
- _____. *Regras mínimas das nações unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade*. 1990. Disponível em: < www.rolim.com.br/2002/_pdfs/066.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2006.
- PALUDO, S.; KOLLER, S. H. Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 21, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jan 2007. doi: 10.1590/S0102-37722005000200009.
- PLASTINO, C. A. *Comportamento anti-social no pensamento de Winnicott*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; 2007. Anotações de aula.
- RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; 1987. (Original publicado em 1908).
- ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicol. USP.*, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan 2007. doi: 10.1590/S0103-65641999000200013.
- ROSA DE SOUZA, C. S., EBRAIM, G. The street children of Recife: a study of their background. *Journal of tropical pediatrics*, v. 38; 1992. p. 34-40.
- RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 57, n. 3; 1987. p. 316-331.
- SAGGESE, E. Desumanização do diferente diante da demanda de afeto. In: Leite L. C., (Org.). *Brasil: Nação Seqüestrada*. Petrópolis: Editora Vozes; 1990. p. 668-672.

- SELIGMANN, C. S., GORAYEB, R., LEBENSZTAJN, B., KOSIN, M., SNITCOVSKY, M. Observações sobre o universo mental das crianças de rua. *Revista ABP – APAL*, v. 13, n. 3; 1991. p. 85-96.
- THOMPSON, P. *A voz do passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2002.
- WINNICOTT, D.W. Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In: *Privação e delinquência*. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes; 2005. p. 127-128. (Originalmente publicado em 1946).
- _____. Psicoses e cuidados maternos. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Tradução D. Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago; 2000. p. 406-416. (Originalmente publicado em 1952).
- _____. A tendência anti-social. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Tradução D. Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago; 2000. p. 406-416. (Originalmente publicado em 1956).
- _____. Psicanálise do sentimento de culpa. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Tradução I. C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas; 1983. p.19-30. (Originalmente publicado em 1958).
- _____. A luta para superar depressões. In: *Privação e delinquência*. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes; 2005. p. 163-175. (Originalmente publicado em 1963).
- _____. Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? In: *O ambiente e os processos de maturação*. Tradução I. C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas; 1983. p. 114-127. (Originalmente publicado em 1959-1964).
- _____. A juventude não dormirá. In: *Privação e delinquência*. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes; 2005. p. 177-179. (Originalmente publicado em 1964).
- _____. *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. Belo Horizonte: Interlivros; 1980. (Originalmente publicado em 1965).
- _____. *A família e o desenvolvimento individual*. Tradução M. B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes; 2005. (Originalmente publicado em 1965).
- _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução I. C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas; 1983. (Originalmente publicado em 1979).
- YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 8, n. spe, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010 &lng =pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan 2007. doi: 10.1590/ S1413-73722003000300010.

ZIMMERMAN, M. A., ARUNKUMAR, R. Resiliency research in child schools and policy. *Social policy report: Society for research in child development*; 1994, v. 8, n. 4. p. 1-18.

ANEXO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PIBEX

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E PESQUISA: *EVASÃO ESCOLAR, DROGAS, CRIMINALIDADE: OS DESCAMINHOS NA*

ADOLESCÊNCIA E SUAS ARTICULAÇÕES COM QUESTÕES DO SUJEITO

COORDENADORA: LIGIA COSTA LEITE

PROJETO DE EXTENSÃO: JUVENTUDE, DESAFILIAÇÃO E VIOLÊNCIA

| | | |
|-------------|-------|-------------|
| DATA | LOCAL | REGISTRO N. |
| PESQUISADOR | | |

I) DADOS PESSOAIS / HISTÓRIA FAMILIAR

NOME:

APELIDO:

ONDE DORME:

TEMPO NO ABRIGO:

TEMPO DE RUA:

CERT.:

SEXO:

IDADE:

LOCAL DE ORIGEM:

REFERÊNCIA FAMILIAR

MÃE:

PAI:

OUTRO FAMILIAR:

OUTRA FAMÍLIA:

PAI SOCIAL:

OUTROS MENINOS:

IRMÃOS:

IDADE:

COMO GARANTE SUA SOBREVIVÊNCIA (FORMA E TEMPO) QUANDO ESTÁ NO ABRIGO?

COMO GARANTE SUA SOBREVIVÊNCIA (FORMA E TEMPO) QUANDO ESTÁ NA RUA?

II) RUA

- VOCÊ JÁ FICOU NA RUA? COM QUE IDADE? QUANTO TEMPO? LOCAL ONDE DORMIA?
- PORQUE VOCÊ FOI PRA RUA?
- FALE UM POUCO SOBRE A VIDA NAS RUAS. O DIA-A-DIA.
- O QUE É IMPORTANTE PARA SOBREVIVER NAS RUAS?
- O QUE MAIS TE ATRAI NAS RUAS?
- QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS NAS RUAS?
- O QUE VOCÊ GOSTA NA RUA QUE NÃO TEM EM CASA OU NO ABRIGO? FALE UM POUCO SOBRE ISSO.
- COMO É A SUA RELAÇÃO COM OS OUTROS JOVENS NAS RUAS? FALE UM POUCO SOBRE ISSO.
- EXISTE ALGUM TIPO DE DIVISÃO ENTRE OS JOVENS NAS RUAS? COMO É ISTO?
- TEM LIDER? ETC.

III) RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES

1) POR QUAIS INSTITUIÇÕES, ABRIGOS, PROJETOS, VOCÊ JÁ PASSOU?

- QUAL FOI O PRIMEIRO? QUAL O NOME E ONDE ERA? LISTAR

- DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO (REPETIR PARA CADA UMA):

- O QUE ERA OFERECIDO NO ABRIGO (ESCOLA, ENSINO PROFISSIONALIZANTE, ESTAGIOS, SAÚDE, LAZER, ESPORTE, ADVOGADO, RELIGIÃO – QUAL?)?
- QUAIS AS OUTRAS DESENVOLVIDAS NO DIA-A-DIA DO ABRIGO?

- VOCÊ GOSTAVA DAS ATIVIDADES OFERECIDAS NO ABRIGO?
- VOCÊ FAZIA ALGUM TRABALHO DENTRO ABRIGO? QUAL? ERAM ATIVIDADES DOMÉSTICAS?
- QUE OUTRAS ATIVIDADES VOCÊ GOSTARIA QUE O PROJETO TIVESSE OFERECIDO?
- VOCÊ PODIA FAZER ALGUM TIPO DE PEDIDO OU RECLAMAÇÃO?
- FALE UM POUCO SOBRE AS NORMAS, OS HORÁRIOS E AS OBRIGAÇÕES QUE TINHAM LÁ?
- VOCÊ SEGUIA AS NORMAS? O QUE ACONTECIA SE NÃO SEGUISSE?
- COMO É A SUA RELAÇÃO COM OS TÉCNICOS, EDUCADORES E DIRETORES?
- VOCÊ SE SENTIA RESPEITADO PELA EQUIPE?
- COMO ERA SUA RELAÇÃO COM OS OUTROS JOVENS ABRIGADOS? FALE UM POUCO SOBRE ISSO.
- EXISTIA ALGUM TIPO DE DIVISÃO ENTRE OS JOVENS ABRIGADOS? COMO ERA ISTO?
- O QUE TINHA DE BOM LÁ?
- E DE RUIM?
- TERIA ALGUMA COISA QUE PUDESSE SER FEITA PARA MELHORAR?
- SABE POR QUE CHEGOU LÁ?
- VOCÊ JÁ FUGIU DO ABRIGO? SE SIM, POR QUÊ?
- SABE POR QUE SAIU DE LÁ
- FOI TRANSFERIDO PARA OUTRO PROJETO?
- QUAL?
- POR QUÊ?

2) ABRIGO ATUAL

- COMO SOUBE / CHEGOU NESTE ABRIGO?
- O QUE ERA OFERECIDO NO ABRIGO (ESCOLA, ENSINO PROFISSIONALIZANTE, ESTAGIOS, SAÚDE, LAZER, ESPORTE, ADVOGADO, RELIGIÃO – QUAL?)?
- QUAIS AS OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIA-A-DIA DO ABRIGO?
- VOCÊ FAZ ALGUM TRABALHO DENTRO ABRIGO? QUAL? SÃO ATIVIDADES DOMÉSTICAS?
- VOCÊ GOSTA DAS ATIVIDADES OFERECIDAS NO ABRIGO?
- QUE OUTRAS ATIVIDADES VOCÊ GOSTARIA QUE O PROJETO OFERECESSE?
- VOCÊ PODE FAZER ALGUM TIPO DE PEDIDO OU RECLAMAÇÃO?
- FALE UM POUCO SOBRE AS NORMAS, OS HORÁRIOS E AS OBRIGAÇÕES QUE VOCÊ TEM QUE CUMPRIR NO ABRIGO?
- VOCÊ SEGUIE ESSAS NORMAS? O QUE ACONTECE SE NÃO SEGUIR?
- VOCÊ SE SENTE RESPEITADO PELA EQUIPE? E PELOS OUTROS MENINOS?
- COMO É A SUA RELAÇÃO COM OS OUTROS JOVENS DESTA ABRIGO? FALE UM POUCO SOBRE ISSO.
- EXISTE ALGUM TIPO DE DIVISÃO ENTRE OS JOVENS DESTA ABRIGO? COMO É ISTO?

- COMO É LÁ? ALGUMA COISA MUDOU NA SUA VIDA?
- VOCÊ GOSTA DESSE ABRIGO? POR QUÊ?
- VOCÊ JÁ FUGIU DO ABRIGO? SE SIM, POR QUÊ?
- VOCÊ VOLTOU OU FOI ENCAMINHADO DE VOLTA?

IV) RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO/PROFISSIONALIZAÇÃO

- VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA OFICINA E/OU CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL?
- VOCÊ GOSTA DO CURSO QUE ESTÁ APRENDENDO? FALE UM POUCO SOBRE ELE?
- VOCÊ ESCOLHEU ESTE CURSO?
- VOCÊ TRABALHA OU JÁ TRABALHOU? SE SIM, EM QUE?
- ERA EMPREGO OU ESTÁGIO?
- GOSTA OU GOSTAVA DO SEU TRABALHO?
- TEM CONTATO COM OUTROS JOVENS ABRIGADOS QUE JÁ ESTEJAM TRABALHANDO? EM QUÊ? COMO É?
- QUE TIPO DE TRABALHO OU CURSO PROFISSIONALIZANTE VOCÊ GOSTARIA DE FAZER?

V) ESCOLA

- APRENDEU A LER? QUANTOS ANOS VOCÊ TINHA?
- VOCE ESTUDA AGORA?
- AONDE?
- QUE SÉRIE?
- REPETIU ALGUMA SÉRIE?

VI) FAMILIA

- COMO É SUA FAMILIA?
- VOCÊ MANTÉM CONTATO COM ELA?
- TEM IRMÃOS? QUANTOS, IDADES, SEXO? (PERGUNTAR SE SÃO DO MESMO PAI?)
- ALGUM DELES ESTÁ NA RUA OU ABRIGADO?
- ONDE ELES MORAM? QUER FALAR DELES?
- SUA MÃE/ PAI TRABALHA? EM QUÊ?
- VOCÊ QUER VOLTAR A MORAR COM ELES?
- SE SIM, O QUE FALTA PARA ISTO?
- SE NÃO, POR QUÊ?

VOCÊ QUER FALAR MAIS ALGUMA COISA?